

Volume 15, n. 2

Veredas da História

ISSN 1982-4238

Veredas da História, [online], v. 15, n.2, dez., 2022, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo J. Debom Garcia, (UCL)
Priscila Henriques Lima, UERJ
Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (UCL)

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Beatriz Galvão Abrantes, UFBA
Cassiano Celestino de Jesus
Joseane Pereira de Souza
Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Thasio Sobral

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

- Adriana Vidotte, UFG
Alexandre Galvão Carvalho (UESB)
Alessander Mário Kerber, UFRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho, UFRJ
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
10. Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
Jesús Ángel Solórzano Telechea (Universidad de Cantabria)
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Paulo Debom (UCL)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (UCL)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

5 GÊNERO, HISTÓRIA DA MULHERES E FEMINISMOS

Marcelo Pereira Lima (PPGH-UFBA)

Daniele Gallindo (UFPel)

ARTIGOS DO DOSSIÊ

9 COMO SE FABRICA UM HOMEM DO MAR? CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MASCULINIDADES NO MEIO HOMOSSOCIAL DA PIRATARIA MODERNA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Camila Acosta Queiroz (UFSM)

31 “DONA-DE-CASA X EMPREGADA”: OS CONCEITOS DE TRABALHO DOMÉSTICO A PARTIR DO BRASIL

Deyse Vieira Quinto (UNEB)

58 VIVÊNCIAS DOMÉSTICAS E PRÁTICAS MATRIMONIAIS NA FREGUESIA DA SÉ, SÃO PAULO, 1830 - 1870

Gabriela Bernardes Andrade (UNIFESP)

94 “NÓS PRECISAMOS ESTAR NOS LUGARES DE DECISÃO”: VOZES DO MOVIMENTO FEMINISTA EM CAXIAS DO SUL (1982- 2003)

Katani Maria Monteiro Ruffato (PPGH-UCS)

Rúbia Hoffmann Ribeiro (UCS)

130 NARRATIVAS VISUAIS DE TRABALHADORAS DE SÃO PAULO (1940): PERSPECTIVAS FOTOGRÁFICAS DE HILDEGARD ROSENTHAL

Maria Clara Lysakowski Hallal (UFPel)

165

**A PRESENÇA DE MARIA FELIPA
NUM PROCESSO JUDICIAL EM ITAPARICA, BAHIA, 1834**

Milton Moura (UFBA)

Felipe Peixoto Brito (Universidade Estácio de Sá - EAD)

EDITORIAL

Marcelo Pereira Lima
Universidade Federal da Bahia

O presente dossiê intitulado *Gênero, História da Mulheres e Feminismos* é uma nova edição da Revista *Veredas da História*, organizado por Daniele Gallindo e Marcelo Lima. Ele reúne seis estudos de pesquisadoras(es) dedicadas(os) aos campos da História Social das Mulheres, dos Estudos de Gênero e dos Estudos Feministas, entre outras áreas interdisciplinares. As autorias não partem dos mesmos parâmetros teórico-metodológicos e epistemológicos, mas, apesar disso, em maior ou melhor grau, valorizam as historicidades dos registros sobre as mulheres, os femininos e as feminilidades, assim como os homens, os masculinos e as masculinidades..

Os seis artigos foram escritos por pesquisadoras(es) e professoras(es) de diversas universidades públicas ou privadas, tais como a UFSM, UNEB, UNIFESP, UCS, UFPel, UFBA e a Universidade Estácio de Sá. Convidamos tod@s a ler e divulgarem essa nova edição que tem o propósito geral de feminilizar ou "*genderizar*" Clio.

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

GÊNERO, HISTÓRIA DAS MULHERES E FEMINISMOS



Daniele Gallindo-Gonçalves
Universidade Federal de Pelotas

Marcelo Pereira Lima
Universidade Federal da Bahia

O dossiê intitulado *Gênero, História da Mulheres e Feminismos* conta com 6 (seis) artigos elaborados por pesquisadoras(es) e professoras(es) de diversas universidades brasileiras distribuídas nas regiões norte, sul, sudeste e nordeste (UFSM, UNEB, UNIFESP, UCS, UFPel, UFBA e a Universidade Estácio de Sá).

Intitulado ***Como se fabrica um homem do mar? Considerações sobre as masculinidades no meio homosocial da pirataria moderna (séculos XVII e XVIII)***, o artigo foi escrito por Camila Acosta Queiroz, mestranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista CAPES. O objetivo principal do trabalho é analisar os grupos de piratas que atuaram no Atlântico entre a segunda metade do século XVII e início do século XVIII. A autora se apropria de parâmetros dos Estudos de Gênero e da História das Sexualidades, priorizando a análise do primeiro volume da edição inglesa da obra *A General History of the Pyrates, datada de 1724*. Ela ancora sua perspectiva em autoras tais como Marcus Rediker, Peter Linebaugh, Lauren Benton, Barry Richard Burg, Hans Turley, Raewyn Connell e, por fim, Joan W. Scott (1995).

O segundo artigo é assinado por Dayse Vieira Quinto, mestra em História pela Universidade Estadual da Bahia e professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, e tem como título ***“Dona-de-casa x empregada”: os conceitos***

de trabalho doméstico a partir do Brasil. O trabalho foca na investigação do contexto social brasileiro através de discussões conceituais sobre o trabalho doméstico no âmbito do capitalismo contemporâneo. O artigo problematiza o processo de deslocamento do trabalho doméstico das mulheres brancas às mulheres negras no Brasil. Para tanto, a autora parte de uma perspectiva que combina os Estudos Feministas e as teorizações marxistas sobre o tema. Entre diversas autorias, ela se apropria das discussões de obras de Selma James, Mariarosa Dalla Costa e Heleieth Saffioti, publicadas nas décadas de 1970 e 1980, bem como recorre igualmente aos relatórios elaborados pelas associações de domésticas brasileiras na década de 1980.

“Vivências domésticas e práticas matrimoniais na freguesia da Sé, São Paulo, 1830-1870”: eis o título do terceiro artigo deste dossiê assinado por Gabriela Bernardes Andrade, mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e bolsista FAPESP (2021-2023). O artigo analisa as práticas matrimoniais entre livres e libertos na Freguesia da Sé da cidade de São Paulo, entre as décadas de 1830 e 1870, especialmente através dos processos de divórcio presentes nos registros paroquiais. Além de delinear os perfis sociodemográficos dos nubentes da referida Sé, ela ainda discorre sobre a dinâmica das escolhas conjugais, os espaços domésticos, as relações vicinais e a articulação disso com as estratégias familiares e a dinâmica das conjugalidades firmadas, como aponta a autora, em “cenário onde o casamento representava, sobretudo, uma forma de se fazer alianças políticas e econômicas”.

O campo da História Oral, embora focando na temática dos movimentos feministas, é aventado pelas autoras Katani Maria Monteiro Ruffato, doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e docente do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado Profissional) da Universidade de Caxias do Sul, e por Rúbia Hoffmann Ribeiro, graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul. O título do artigo intitula-se ***“Nós precisamos estar nos lugares de decisão”:*** ***vozes do movimento feminista em Caxias do Sul (1982- 2003)***. Nele, as autoras analisam os diversos aspectos da história dos movimentos feministas em Caxias do Sul, no

Rio Grande do Sul, enfatizando especialmente as trajetórias de oito militantes da União Caxiense de Mulheres (UMCA) e da União Brasileira de Mulheres – seção Caxias do Sul (UBM). Tais trajetórias, segundo as autoras, foram (re)construídas a partir de uma perspectiva do campo da História Oral, o que permitiu realizar reflexões críticas sobre as principais dificuldades, demandas, tendências e estratégias dos feminismos em Caxias do Sul no período estudado.

O penúltimo artigo é assinado pela autora Maria Clara Lysakowski Hallal, doutora em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e pesquisadora do Laboratório de Política e Imagem (LAPI UFPel). No artigo, intitulado ***Narrativas visuais de trabalhadoras de São Paulo (1940): perspectivas fotográficas de Hildegard Rosenthal***, Maria Clara dedica-se ao estudo dos registros e narrativas visuais de uma fotógrafa imigrante, Hildegard Rosenthal, sobre as mulheres trabalhadoras que ocupavam a cidade de São Paulo em 1940. A autora concentra sua atenção analítica sobre as fotografias hildergardianas a partir da metodologia proposta por Augusto Pieroni. Para a autora, as narrativas visuais da fotógrafa suíça produziram imagens diversificadas, embora ainda assim elitistas, das mulheres que ocupavam a urbe paulistana no período.

Por fim, mas não menos importante, temos o artigo "***A presença de Maria Felipa num processo judicial em Itaparica, Bahia, 1834***", escrito por Milton Moura, membro do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, e por Felipe Peixoto Brito, graduando em História na Universidade Estácio de Sá (EAD). O artigo não é uma biografia tradicional de Maria Felipa. Pelo contrário, trata-se de uma análise dos autos do Processo Crime que investigou e julgou supostos atos de agressão física ocorridos na Vila de Itaparica em 1834. O documento possui quinze folhas, está incompleto e encontra-se depositado no Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, 33/1381/13. Através do método prosopográfico, os autores buscaram identificar se Maria Felipa obteve a prisão do seu agressor e conseguiu a vitória parcial em um Tribunal de Jurados. Ainda que tomando os cuidados necessários para lidar metodologicamente com esse tipo de fonte normativa, o artigo discutiu os limites da agência, da historicidade e da singularidade dessa personagem, que, como

dizem os próprios autores, "tem sido evidenciada nas comemorações e discussões acerca da participação da Bahia – e, no caso, da Ilha de Itaparica – no processo das lutas pela independência".

Antes de finalizar essa apresentação, gostaríamos de agradecer as contribuições de tod@s as(os) autoras(es) reunidas(os) nesse dossiê. Cada um(a) a seu modo, contribuiu para dar maior visibilidade e dizibilidade a essas temáticas ligadas às (des)articulações entre gênero, história das mulheres e/ou feminismos. Desejamos a tod@s uma ótima leitura!

COMO SE FABRICA UM HOMEM DO MAR? CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MASCULINIDADES NO MEIO HOMOSSOCIAL DA PIRATARIA MODERNA (SÉCULOS XVII E XVIII)

*HOW IS A SEAMAN MADE? CONSIDERATIONS ABOUT
MASCULINITIES IN THE HOMOSOCIAL ENVIRONMENT OF
MODERN PIRACY (17TH AND 18TH CENTURIES)*

Camila Acosta Queiroz¹

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de análise de grupos piratas que atuaram no Atlântico entre a segunda metade do século XVII e início do século XVIII a partir da ótica de gênero. Para isso, utilizei como fonte o primeiro volume da edição inglesa da obra *A General History of the Pyrates* (1724). Assim, trago considerações gerais sobre a pirataria moderna, ancoradas em Rediker e Linebaugh (2008) e Benton (2010), apresento pesquisas em torno de questões de gênero e sexualidade na pirataria, discutindo os trabalhos de Burg (1995) e Turley (1999) e, por fim, apresento minha análise com base nas propostas de Connell (1995, 2000) e Scott (1995).

ABSTRACT: The purpose of this paper is to present a proposal for the analysis of pirate groups that acted in the Atlantic between the second half of the seventeenth century and the beginning of the eighteenth century from a gender perspective. For this purpose, I used as a reference the first volume of the English edition of *A General History of the Pyrates* (1724). Thus, I bring general considerations about modern piracy, anchored in Rediker and Linebaugh (2008) and Benton (2010), present research around issues of gender and sexuality in piracy, discussing the works of Burg (1995) and Turley (1999) and, finally, present my analysis based on the proposals of Connell (1995, 2000) and Scott (1995).

¹ Mestranda em História pelo PPGH/UFSM e bolsista CAPES. Tem interesse em pesquisas sobre hidrarquia, gênero e pirataria na idade moderna. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2532496074321857> Contato: camilaacosta1901@gmail.com.

Palavras chave: Pirataria moderna. Gênero. Masculinidades
Keywords: Modern piracy. Gender. Masculinities.

Introdução

A figura do pirata moderno, ou pelo menos seu estereótipo, se mantém viva e se reconstrói na memória e nos usos do passado bem longe do lugar de origem dos cães do mar elisabetanos. A Era de ouro da pirataria, período assim chamado pela atuação incisiva de piratas na região do Atlântico e pela volumosa produção literária sobre tais sujeitos, ainda hoje ressoa nas memórias daqueles que adentraram no mundo do corajoso Edward Kenway, do anti-herói Jack Sparrow ou que andaram na prancha com o grupo brasileiro Tchakabum no início dos anos 2000.²

Grande parte do que chamamos de Pirata imaginário, termo cunhado na dissertação de mestrado do mexicano Andrés Ulpiano Alba Bajatta (2018), foi forjada, de início, a partir da disseminação de uma das obras canônicas da era de ouro da pirataria que leva o modesto título *A general History of the pyrates from their first rise and settlement in the Island of Providence, to the present Time. With the remarkable actions and adventures of the two Female Pyrates Mary Read and Anne Bonny* (1724), aqui, referida como *General History*. Trata-se de um conjunto de biografias de piratas que atuaram no Atlântico entre os séculos XVII e XVIII cuja autoria é atribuída a Daniel Defoe (1660-1731).³

O conceito se refere a ideia de pirata enquanto ser simultaneamente histórico e ficcional, isto é, ficção⁴ e realidade passam a ser elementos complementares que formaram uma figura e uma ideia de pirata (BAJATTA, 2018, p. 2-3). Analisar comunidades piratas através dessa documentação, portanto, exige que olhares dicotômicos dêem lugar à interpretações que considerem ambivalências e ambiguidades. Além do trabalho de Bajatta, a literatura sobre a pirataria já foi objeto de estudo em outros trabalhos historiográficos nacionais que enriquecem os debates

² Respectivamente, principal personagem do jogo Assassin's Creed IV: Black Flag, protagonista da saga Piratas do Caribe (DISNEY, 2003) e a música do grupo de axé intitulada Onda-onda (2001).

³ Foi um escritor e jornalista inglês, entre suas principais obras estão Robinson Crusóe (1719), Capitão Singleton (1720) e Moll Flanders (1722).

⁴ O caráter ficcional da obra é atribuído ao seu segundo volume (1724). Aqui trabalharemos com o primeiro, também de 1724.

e inserem as produções brasileiras sobre a temática em um debate que é majoritariamente anglófono.⁵

No estudo aqui apresentado, entretanto, o objeto de estudo se centra menos na literatura sobre pirataria que naqueles que atuavam propriamente como piratas no Atlântico nos fins do XVII e início do XVIII. Por se tratar de um conjunto de biografias nas quais Defoe inclui documentos judiciais, imagens e relatos, consideramos que a *General History* permite identificar e compreender nuances sobre as formas de organização das comunidades piratas. Conforme Jonaedson Carino, a escrita da biografia acompanha uma diversidade de finalidades, como exaltar, criticar, demolir, renegar, apologizar, reabilitar, santificar, entre outras, de modo a construir uma pedagogia do exemplo (CARINO, 1999, p. 154). Acreditamos que ao relatar a vida dos piratas biografados, Defoe, conscientemente ou não, inclui referências às masculinidades nas histórias desses sujeitos na medida em que o gênero opera como categoria estruturante das relações sociais, o que será abordado adiante. Neste trabalho parto de uma explanação sobre as configurações sociais da chamada pirataria moderna com base no conceito de hidrarquia, e adentro nas pesquisas sobre sexualidade, gênero e pirataria. Por fim apresento minha proposta interpretativa: considerar que, pelo menos em parte, as relações sociais construídas na hidrarquia perpassam por questões de gênero.

Quem são os homens do mar

Daniel Garrido Calixto em sua tese de doutorado *Las ordenanzas de corso y el marco de actuación corsario* (2016) afirmou que os piratas eram “[...] indivíduos que, por ganância, sem instrução, por maus instintos, transtornos mentais e/ou, em algum momento, rejeitados pela sociedade em que viviam, embarcaram na aventura marítima de roubo, roubo, extorsão, sequestro e homicídio, conforme os casos, sempre com violência e fora da lei” (Tradução nossa, CALIXTO, 2016, p. 168).

⁵ Para mais pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre pirataria moderna, ver: COSTA, 2016; SARTORETTO, 2017. Para mais sobre a pesquisa anglófona sobre pirataria ver: ROSENTHAL, 2012, p. 381-390.

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 9-30, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

Embora essa afirmação se relacione com a construção do Pirata Imaginário, os homens que atravessavam os limites jurídicos e jurisdicionais em meados da Idade Moderna correspondiam antes à categoria de trabalhadores marítimos que criminosos em tempo integral. Conforme indica Milton Zambrano Pérez, tanto o contrabando como a pirataria não podem ser encarados como um problema ético, mas sim como o exercício de uma espécie de soberania relativa (PÉREZ, 2007, p. 37). O autor aponta que a pirataria surgiu aos trabalhadores do mar como uma oportunidade de se livrar da miséria em virtude da promessa de grandes botins. (PÉREZ, 2007, p. 23-56). Como Richard Blakemore observou, é necessário estudar a agência de marinheiros na história marítima dentro de sua complexidade, considerando os limites e as possibilidades desses sujeitos históricos (BLAKEMORE, 2014, p. 251-274).

O historiador Marcus Rediker, em parceria com o pesquisador Peter Linebaugh, desenvolveram uma proposta para compreender o que exatamente eram os grupos piratas na idade moderna através da perspectiva de classes.⁶ Em *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário* (2008), os autores sustentam que a pirataria moderna se originou a partir da oposição entre Estado marítimo e hidrarquia. Isto é, entre o domínio imperial pelos oceanos e o empreendimento ilegal dos piratas, que agiam contra as coroas. Os autores apontam que os grupos piratas do século XVII eram formados por ex-trabalhadores das marinhas oficiais que passaram a se organizar em prol de seu próprio benefício, uma forma de organização conceituada como hidrarquia (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 175). Isto é, somando sua experiência em navegação com a coesão baseada em respeito, igualdade e afetividade, os trabalhadores do mar passaram a se organizar em grupos alheios à coroa e atuar nos oceanos de forma ilegal frente as jurisdições imperiais. (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 175).

Entretanto, apesar da diversidade étnico-cultural, havia um elemento que tornava o coletivo de marinheiros uniforme: a classe, que para o conceito de

⁶ O recorte espacial dos autores se limita à marinha inglesa, entretanto, Lauren Benton (2010) indica que esse processo abrange outros impérios para além da Inglaterra. A autora sustenta que a criação e fortificação de Estados marítimos operou como recurso político para a construção de jurisdições que se atendessem regiões além da terra, estendendo os domínios imperiais. Esse fator conectou as metrópoles e suas colônias na modernidade, com impactos diretos no controle colonial.

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 9-30, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

hidrarquia de Rediker e Linebaugh, é uma categoria fundamental. Os autores indicam que a partir de dura vivência no cotidiano em alto-mar, os trabalhadores marítimos passaram a desenvolver laços de sociabilidade entre seus pares, consolidando uma cultura ímpar com normas de ética e práticas de lazer particulares (p. 161-167). Um desses desdobramentos pode ser identificado como o gradual surgimento desse posicionamento cada vez mais oposto às marinhas oficiais. A partir da segunda metade do século XVII os trabalhadores marítimos passaram a se organizar em um mundo paralelo àquele do Estado marítimo e atacar autoridades mercantis e imperiais, configurando um novo desdobramento da hierarquia marítima, a hidrarquia dos marinheiros, a pirataria.

É com base nos princípios de funcionamento dessa “hidrarquia de baixo para cima” que as comunidades piratas regiam a si mesmas em alto-mar. O conceito de hidrarquia corresponde, portanto, às formas de organização e aos laços afetivos desenvolvidos entre os trabalhadores do mar do século XVII que se organizavam como piratas. Em razão das configurações particulares da hidrarquia, os autores definem o navio pirata como “democrático em uma época não democrática, e igualitário em tempos hierárquicos” (LINEBAUGH, 2008, 175). Em síntese, na longa duração a ação do Estado marítimo deu origem à hidrarquia dos marinheiros, seu oposto complementar. Assim, observamos o estabelecimento de um microcosmo cujo funcionamento era regido por noções de igualitarismo e nuances democráticas se deu em consequência da experiência daqueles trabalhadores nas marinhas oficiais e mercantes. Por essa razão, a hidrarquia não apenas é o oposto do Estado Marítimo, mas fruto dele.

Pirataria e gênero

Questões envolvendo sexualidade na pirataria começaram a adentrar nos estudos sobre a temática sobretudo através do trabalho de Barry Burg (1995), precursor no tema. Burg, em *Sodomy and the pirate tradition: English sea rovers in the seventeenth century Caribbean*, propõe traçar paralelos entre a socialização que acontecia nas prisões dos anos 70 e aquela que acontecia na pirataria do século XVII a partir de um fio condutor, a homosociabilidade. Burg indica que o pirata da era

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 9-30, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

dourada era um indivíduo que recusava quaisquer padrões e normas estabelecidas social e juridicamente. Por essa razão, segundo seu raciocínio, os piratas também “abriram mão” das convenções sociais em termos de sexualidade⁷ e viviam em uma comunidade na qual o homoerotismo era plenamente aceito e incentivado. Como indica o autor:

A monotonia suportada pelos condenados era provavelmente tão severa para os piratas, restrita como muitas vezes aos conveses de pequenos navios e cercada apenas por um horizonte ininterrupto. A eficácia com que a falta de estímulo sensorial reduz a atividade sexual é altamente problemática. Embora seja assumido por um número de autoridades para entorpecer os sentidos e desejos, pode ser que o tédio aumente a excitação erótica por pura falta de diversão alternativa. Mas qualquer que seja o efeito da monotonia na frequência sexual de qualquer grupo, os bucaneiros diferiam dos prisioneiros porque não estavam isentos de situações sociais que exigiam uma resposta sexual. Praticantes bem-sucedidos do ofício de bucaneiro muitas vezes tinham ocasião para beber e festejar depois de batalhas bem-sucedidas. A captura de prêmios, muitos contendo amplo estoque de bebidas alcoólicas, levou a cenas de deboche que são bem narradas na literatura de pirataria. O clima benigno das Caraíbas pode também ter conduzido a situações conducentes ao contacto sexual ou ao excesso. As águas quentes apodrecem rapidamente entre as tábuas e encorajam a proliferação de variados organismos marinhos que se afixam nos cascos ou se aborrecem nas tábuas. Os efeitos da água quente, do calor e de várias criaturas, todos combinados para aumentar a necessidade de manutenção do navio. Quando os piratas desembarcavam em cais isolados ou portos seguros e cuidavam dos seus navios, as folias selvagens acompanhavam frequentemente o trabalho de raspar, calafetar e revestir os cascos dos navios com enxofre e alcatrão (Tradução nossa, (BURG, 1995, p. 109-110).

Não é necessária uma longa análise através dos discursos de Burg para perceber uma perspectiva no mínimo determinista ou pouco complexa quando se trata de analisar homoerotismo ou espaços homosociais. A ideia de que homens convivendo juntos tendem a estabelecer relações homoeróticas devido ao clima ou a monotonia desconsidera a ideia de que gênero é uma relação complexa que perpassa por diferentes esferas da vida social, o que será abordado adiante.

Outro trabalho relevante que se propõe a refletir sobre a temática é *Rum, Sodomy and the Lash* (1999), do historiador Hans Turley. Turley propõe utilizar a

⁷ Para mais sobre legislação inglesa contra sodomia e a relação com a pirataria ver (KEEGAN, 2021).

literatura sobre pirataria como objeto de estudo a fim compreender como os escritores do século XVIII percebiam o pirata e demonstrar como este veio a ser retratado como um criminoso anti-herói romantizado hipermasculino. Para sua análise, o autor utiliza diferentes obras cuja autoria é atribuída a Daniel Defoe, isto é, a *General History* (1724), *Captain Singleton* (1720) e *Robinson Crusoe* (1719). Nesse sentido, o que Turley propõe denominar como *Piratical Subject* se trata de uma fusão entre o criminoso econômico, o transgressor cultural e o anti-herói, forjada através da literatura na era dourada da pirataria (TURLEY, 1999, p. 59).

De acordo com Turley, a ameaça dos piratas ao comércio se fundiu com narrativas que sugerem que o pirata tem desejos “não naturais” de viver em uma sociedade só de homens, em uma cultura que transgride as normas inglesas (TURLEY, 1999, p. 61-62).⁸ Tanto Burg (1995) como Turley (1999) defendem o mundo pirata como um espaço social que permite o desempenho de identidades sexuais pouco ortodoxas, e, sobretudo, que esse espaço foi construído por um desejo coletivo de viver em uma comunidade homosocial e socialmente transgressora (JOWITT, 2004, p. 3).

Entretanto, para considerar as ambiguidades e ambivalências na pirataria moderna cabe observar como tais comunidades agiam na realidade. Como apontado por Rediker e Linebaugh, os sujeitos que formavam os grupos de piratas a partir do século XVII o fizeram antes pelas demandas coletivas estabelecidas pela experiência nas marinhas, que por um sentimento coletivo de rejeição aos padrões sociais. Outra maneira de identificar que os piratas não rejeitavam completamente as jurisdições estabelecidas é através da pesquisa desenvolvida pela historiadora Lauren Benton em *A search for sovereignty: law and geography in European Empires, 1400–1900* (2010). Benton conecta história do direito e da geografia a fim de compreender a construção de autoridades e soberanias europeias sobre os oceanos. Embora esses espaços não compreendam as formas de controle territorial convencionais, também não representam um espaço vazio de ação humana. Benton procura enfatizar os esforços

⁸ Tanto o trabalho de Burg quanto o de Turley têm como um dos recortes espaciais a Inglaterra do século XVII, por isso as referências às marinhas e legislações inglesas. Nesse trabalho lido com comunidades piratas de origens diversas e que se caracterizam por estarem constantemente em movimento através do Atlântico, assim, embora *General History* tenha sido publicada na Inglaterra, o objeto de pesquisa que observo através dessa documentação não se limita a um recorte espacial fixo.

coletivos por parte dos impérios no sentido de expandir suas autoridades rumo aos oceanos. Tal empenho é ilustrado, em grande parte, por trabalhadores do mar que fogem das vistas dos governos em terra (BENTON, 2010, p. 11). Afinal, conforme afirma o historiador Denver Brunsman “sem marinheiros, não há Marinha; sem Marinha, não há Império” (BRUNSMAN, 2019, p. 11).

Nessa perspectiva, a autora identifica que mesmo aqueles que cometeram crimes contra os impérios em alto mar reforçaram a legislação imperial e contribuíram para sua manutenção. Milton Zambrano Pérez (2007) atenta à dificuldade de conceituar e definir pirataria em um mundo moderno marcado pela instrumentalização da criminalidade como estratégia de batalha em diversas esferas de conflitos (PÉREZ, 2007, p. 23-56). Há uma linha tênue entre o que era ilegal mas alinhado aos interesses de uma coroa e o que era ilegal e oposto a ela. A criminalidade em alto-mar possui desdobramentos diversos e não é monopólio dos piratas, muito menos de “forças” contrárias às grandes coroas. Na modernidade, pirataria, corso e contrabando foram utilizados a serviço de impérios como formas de influenciar o comércio de nações inimigas e controlar territórios marítimos.

Os corsários, por exemplo, eram aqueles que embora saqueassem navios, possuíam uma permissão oficial para fazê-lo. Isso era certificado através de uma Carta de Corso, um documento que estabelecia uma espécie de aliança com uma Coroa e concedia ao capitão a permissão para roubar navios de nações inimigas de seu contratante (SARTORETTO, 2017, p. 42). Dessa forma, a principal diferença entre corso e pirataria é a legitimidade jurídica de ambos. Benton percebe que na medida em que os marinheiros concebiam o mar como um espaço de passagens que se interconectam, as ideias por eles sustentadas eram semelhantes às imperiais (BENTON, 2010, p. 12). Isto é, compreendia-se que a jurisdição imperial se estendia pelo oceano através de faixas imaginárias marcadas pelas passagens dos navios e que eram reafirmadas mesmo por aqueles que agiam ilegalmente.

Dessa maneira, embora tenham inaugurado o debate sobre o tema, as considerações trazidas em *Sodomy and the Pirate Tradition* (1995) e *Rum, sodomy and the lash* (1999) merecem ser revisitadas a partir de perspectivas que considerem a complexidade e as particularidades de categorias como gênero, sexualidade e

masculinidade. Por essa razão, pretendo partir da ideia já abordada e sustentada por Burg e Turley de que as comunidades piratas constroem a si mesmas em um ambiente indubitavelmente homosocial. Entretanto, proponho alinhar a análise de *General History* com discussões teóricas sobre gênero e masculinidades a fim de, justamente, generificar o objeto de estudo.

Uma história “generificada”, uma proposta interpretativa

Daniel Garrido Calixto aponta que o pirata na idade moderna era um indivíduo que desenvolvia sua existência em um ambiente espacialmente alterado, sensível e sempre rodeado por mais homens (CALIXTO, 2016, p. 217). Somado a isso, em *The invisible Hook* (2009) o pesquisador Peter Leeson se refere aos grupos piratas como uma “comunidade movida pela testosterona” (Tradução nossa, LEESON, 2009, p. 174). Além disso, Defoe indica que o código de normas pirata estabelecido pelo capitão Bartholomew Roberts determinava em sua sexta regra:

Nenhum menino ou mulher deve ser permitido entre eles. Se algum homem fosse encontrado seduzindo alguém do último sexo e a levasse para o mar, disfarçado, ele sofreria a morte; de modo que, quando algum caiu em suas mãos, como aconteceu no Onslow, eles colocaram um Centinela imediatamente sobre ela para evitar más consequências de um instrumento de divisão e briga tão perigoso; [...]; eles discutem quem será o Centinela, o que geralmente acontece com um dos maiores valentões, que, para garantir a virtude da Senhora, não permite que ninguém se deite com ela, exceto ele mesmo (Tradução nossa, DEFOE, 1999 [1724], p. 275-276).⁹

Além disso, as duas capitãs mulheres que são retratadas em *General History* ingressaram na pirataria disfarçadas de homens. Conforme narra Defoe sobre a pirata Mary Read:

⁹ No original: “No Boy or Woman to be allowed amongst them. If any Man were found seducing any of the latter Sex, and carry’d her to Sea, disguised, he was to suffer Death; so that when any fell into their Hands, as it chanced in the Onslow, they put a Centinel immediately over her to prevent ill Consequences from so dangerous an Instrument of Division and Quarrel; [...]; they contend who shall be Centinel, which happens generally to one of the greatest Bullies, who, to secure the Lady’s Virtue, will let none lye with her but himself.”

Ela assume novamente seu traje masculino e, indo para a Holanda, assume um regimento de infantaria, aquartelado em uma das cidades da fronteira: aqui ela não permaneceu muito tempo, não havia probabilidade de preferência em tempos de paz, portanto ela assumiu uma resolução de buscar sua fortuna de outra maneira; e retirando-se do Regimento, embarca-se a bordo de um Navio com destino às Índias Ocidentais (Tradução nossa, DEFOE, 1999 [1724], 220).¹⁰

Ou seja, embora o navio pirata seja composto por uma variedade étnico-cultural considerável,¹¹ observamos um ambiente de socialização homossocial e de condições hostis para a sobrevivência. Julie Hardwick, indica que as pesquisas historiográficas sobre o Antigo Regime e gênero, via de regra, debatem em torno da hierarquia de gênero e como os padrões de mudança reformulam as expectativas e experiências dentro da lógica de gênero. Assim são tomadas duas vias de análise: as naturezas mutáveis das experiências entre homens e mulheres e a maneira como o gênero teve papel integral nas mudanças políticas, culturais e econômicas do período (HARDWICK, 2012. p. 183-200, p. 183-184). Este trabalho busca somar a ambas linhas de análise na medida em que proponho apresentar tanto o caráter social das masculinidades quanto a forma como elas permitiam determinadas relações.

O trabalho de Joan Scott *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), é paradigmático em relação à maneira como a análise historiográfica passou a considerar o que chamamos de gênero. De acordo com Torrão Filho, encarar

¹⁰ No original: "*She again assumes her Man's Apparel, and going into Holland, there takes on in a Regiment of Foot, quartered in one of the Frontier Towns: Here she did not remain long, there was no Likelihood of Preferment in Time of Peace, therefore she took a Resolution of seeking her Fortune another Way; and withdrawing from the Regiment, ships herself on board of a Vessel bound for the West-Indies.*"

¹¹ Rediker e Linebaugh (2008, p. 162-167) enfatizam que apesar de legislações estipularem uma tripulação majoritariamente composta por ingleses, os navios da marinha inglesa do século XVII eram compostas não apenas por ingleses, como também irlandeses, holandeses, americanos e até mesmo africanos. Dessa maneira, o navio pirata do século XVII era composto por uma "multidão mista de todos os países" que se comunicavam eficientemente. A tripulação de Black Sam Bellamy em 1717, por exemplo, incluiu britânicos, franceses, holandeses, espanhóis, suecos, nativos americanos, afro-americanos e africanos libertos de navios negreiros. Já a tripulação do George Galley em 1724 era formada por ingleses, galeses, irlandeses, escoceses, suecos e dinamarqueses (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 177). Além disso, Peter Leeson (2009, P. 157-158), indica que os navios piratas da segunda metade do XVII e primeira do XVIII também contavam com uma tripulação negra livre. Leeson indica, por exemplo, que 61% tripulação do Capitão Hamlin (1682) era composta por homens negros, de modo semelhante, marinheiros negros representavam cerca de 38% da tripulação do Capitão Williams (1717).

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 9-30, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

gênero enquanto uma categoria de análise não somente acrescenta temáticas ao debate, mas propõe uma transformação nas premissas das quais se parte para a análise historiográfica (TORRÃO FILHO, 2005, p. 3). O que Scott propõe, em linhas gerais, é tratar gênero como um elemento estruturante de relações sociais cuja base se localiza nas diferenças entre os sexos (SCOTT, 1995, p. 86). Sob essa perspectiva é possível partir para questionamentos como “como o gênero funciona nas relações sociais? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise” (p. 74-75).

Isto é, através da proposta de Scott nos é possível compreender não apenas a chamada história das mulheres mas também das relações sociais fabricadas a partir da interação entre sujeitos que operam sua existência dentro de categorias generificadas e compreender, por consequência, a composição dessas relações. Conforme indica Torrão Filho (2005, p. 10): “A partir do gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (TORRÃO FILHO, 2005, p. 10).

Scott considera os gêneros masculino e feminino como construções socioculturais através das quais as diferenças sexuais sustentam a organização social de diferentes comunidades (SCOTT, 1995, p. 72), nesse sentido, cabe a nós, enquanto historiadores, explorar os modos através dos quais as identidades de gênero são fabricadas e compreendê-las com as demais relações e campos sociais situados historicamente (SCOTT, 1995, p. 88). Na perspectiva de Scott, portanto, as demais configurações sociais também são forjadas a partir da interação entre sujeitos que operam dentro da categoria de gênero, nesse sentido, o masculino só pode ser compreendido quando relacionado ao feminino e vice-versa (TORRÃO FILHO, 2005, p. 19). De acordo com a autora, o gênero converte seres biológicos como machos e fêmeas – e cabe também considerar pessoas intersex – em seres sociais, isto é, homens e mulheres, de modo que as diferenças biológicas não determinam as desigualdades que fazem parte de suas relações (SCOTT, 1992, p. 89). Isto significa que gênero deve ser entendido como uma relação.

Para compreender tal relação proponho recorrer a outro trabalho do campo das humanidades, *Masculinities* (1995), de Raewyn Connell. Na medida em que consideramos gênero como uma relação que é construída – e se constrói – nas diferentes esferas da vida social, como propõe Scott, podemos alinhar tal perspectiva com a de Connell conforme esta última propõe que as masculinidades são configurações de práticas estruturadas pelas relações de gênero (CONNELL, 2005, p. 44). Nesse sentido, “[...] gênero não é fixado no avanço da interação social, mas é construído na interação” (Tradução nossa, p. 34).¹² Ou seja, as relações que constroem as masculinidades são dialéticas e dependem profundamente das demais configurações sociais nas quais são construídas. As masculinidades, portanto, são genuinamente históricas. Seus desdobramentos dependem de espacialidade e temporalidade, de forma que estão suscetíveis à mudanças de acordo com mudanças em outras esferas. Por essa razão, as masculinidades são diversas (p. 37-44).

Seguindo uma interpretação que correlaciona as propostas de Scott (1995) e Connell (1995), podemos analisar a fonte através da categoria de gênero, esta compreendida como uma relação construída de forma dialética cujas configurações se desdobram no que chamamos de masculinidade. Assim, podemos questionar, seguindo as orientações de Scott como operam as masculinidades nos microcosmos das comunidades piratas retratadas por Defoe, e como elas se relacionam com as demais esferas da vida social? (SCOTT, 1995, p. 88).

Aqui não podemos cair em uma lógica de relação direta entre os modelos de masculinidades presentes nas diferentes instituições em terra e as comunidades piratas. Conforme indica Arlette Farge em seu texto *Virilidades populares*: “Mesmo pouco letrados, os homens do povo vivem do nascimento à morte numa sociedade que os forma, inscrevendo neles códigos de conduta que às vezes eles têm a possibilidade de acompanhar, e às vezes de recusar” (FARGE, 2013, p. 286).

O que quero dizer é que não é possível construir uma relação direta na qual as masculinidades na hidrarquia serão nada além do que a reprodução das masculinidades em terra em decorrência das tripulações piratas serem formadas

¹² No original: “[...] gender is not fixed in advanced of social interaction, but is constructed in interaction.”

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 9-30, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

majoritariamente por antigos trabalhadores das marinhas. As masculinidades são construídas constantemente e variam conforme o meio no qual se inserem. Conforme Connell já indicava, as dinâmicas de construção das masculinidades variam conforme as configurações do meio o qual se observa (CONNELL, 2005, p. 36).

Além disso, também não podemos seguir o caminho de Burg (1995) e Turley (1999) e pensar que a homosociabilidade produzia relações por si mesma, isto é, que as masculinidades naquele meio eram produzidas por si só, sem operação dialética na construção do gênero. Por um lado, Scott afirma que “a idéia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino” (SCOTT, 1995, p. 82). Entretanto, minha proposta é que isso não significa que podemos interpretar que nos ambientes homosociais regidos pela hidrarquia repousava uma presença masculina tão potente que suprimia quaisquer referências ao feminino para sua formação enquanto comunidades masculinas. Observando a obra de Defoe percebemos que embora estejamos tratando de comunidades homosociais, a presença de elementos considerados femininos é crucial para a construção das masculinidades, mesmo que não se trate da presença efetiva de mulheres a bordo – os casos de Anne Bonny e Mary Read serão abordados adiante. Isto é, as masculinidades são construídas através das com seu “oposto complementar”.¹³

Obviamente, um dos tipos de encontros com mulheres acontecia quando os barcos atracavam em portos para reabastecer víveres ou em caso de atacar navios inimigos nos quais haviam mulheres. Esses contatos passavam, via de regra, pela esfera sexual. No capítulo que consta a biografia do capitão pirata Edward England, por exemplo, indica

O capitão England, depois dessa hesitação, entrou em um porto, limpou seu próprio navio e preparou o Peterborough, que ele chamou de Victory; eles viveram lá muito arbitrariamente por várias semanas, libertando-se com as mulheres negras e cometendo atos

¹³Aqui é válido ressaltar que minhas referências às ideias de masculino e feminino são ancoradas na documentação, de modo que não há menções a pessoas que fogem dessa binariedade em *General History*. Entretanto, a pesquisa histórica não pode perder de vista a ideia de agência de sujeitos que fogem da lógica binária de gênero.

tão ultrajantes que chegaram a uma ruptura aberta com os nativos, vários dos quais mataram, e uma de suas cidades eles estabeleceram em chamas (Tradução nossa, DEFOE, 1999 [1724], p. 181).¹⁴

E continua: "As mulheres que eles forçaram de maneira bárbara a seus desejos, e para recompensá-los, destruíram seus cacauzeiros e incendiaram várias de suas casas e igrejas"(p. 190).¹⁵ Em outra passagem, no capítulo dedicado a biografia do capitão Teach, popularmente conhecido como Barba Negra, Defoe comenta que o pirata se casou com uma criatura, que aqui entenderemos como mulher, e que a obrigava a "se prostituir" com seis outros piratas enquanto ele assistia a cena:

Antes que ele embarcasse em suas Aventuras, ele se casou com uma jovem criatura de cerca de dezesseis anos de idade, o Governador realizando a Cerimônia. Como é costume casar-se aqui com um padre, também é lá com um magistrado; e essa, fui informado, tornou-se a décima quarta esposa de Teach. Das quais cerca de uma dúzia ainda podem estar vivas. Seu comportamento neste estado foi algo extraordinário; pois enquanto seu sloop estava na enseada de Okerecock [ocracoke] e ele em terra em Plantation, onde morava sua esposa, com quem depois de ter dormido a noite toda, era seu costume convidar cinco ou seis de seus companheiros brutais para desembarcar e ele a forçaria a se prostituir para todos eles, um após o outro, diante de seu rosto (Tradução nossa, p. 220).¹⁶

Nos trechos acima é possível observar uma relação com o outro – feminino – não apenas perpassando a esfera sexual como também adquirindo nuances de violência. Conforme indica Arlette Farge, masculinidades e virilidades não necessariamente são sinônimos de violência no mundo popular da idade moderna,

¹⁴ No original: '*Captain England, after this Baulk, went into a Harbour, clean'd his own Ship, and fitted up the Peterborough, which he call'd the Victory; they liv'd there very wantonly for several Weeks, making free with the Negroe Women, and committing such outrageous Acts, that they came to an open Rupture with the Natives, several of whom they kill'd, and one of their Towns they set on Fire.*'

¹⁵ No original: "*The Women they forced in a barbarous Manner to their Lusts, and to requite them, destroyed their Cocoa Trees, and fired several of their Houses and Churches.*"

¹⁶ No original: '*Before he sailed upon his Adventures, he married a young creature of about sixteen Years of Age, the Governor performing the Ceremony. As it is a Custom to marry here y a Priest, so it is there by a Magistate; and this, I have been informed, made Teach's fourteenth Wife. whereof about a dozen might be still living. His behaviour in this State, was something extraordinary; for while his Sloop lay in Okerecock [ocracoke]inlet, and he ashore at Plantation, where his Wife lived, with whom after he had lain all Night, it was his Custom to invite five o six of his brutal companions to come ashore, and he would force her to prostitute her self to them all, one after another, before his Face.*'

entretanto, é impossível pensar a construção da hierarquia de gênero separada da violência em um período histórico no qual a violência perpassa toda a vida das classes populares (FARGE, 2013. p. 514-516). Isto é, a construção e reafirmação enquanto homem masculino perpassa, também, pela violência característica da hierarquia de gênero. Além disso, o comportamento *vouyer* de Barba Negra e o fato de Defoe não mencionar qualquer “perda de status” de Teach enquanto masculino revela o caráter múltiplo das masculinidades. No caso da comunidade pirata, o que o trecho acima indica é que participar de uma relação sexual que envolva outros homens não “desqualifica” o capitão enquanto masculino, ao tempo que reforça a hierarquia de gênero, relação através da qual são construídas tais masculinidades.

Além disso, proponho atentar às piratas mulheres Anne Bonny e Mary Read e às razões do êxito de seus disfarces. Connell já indicava o quanto a materialidade dos corpos é importante, isto é, corpos biológicos generificados terão desempenhos diferentes no mundo material e social tanto a partir das diferenças sexuais quanto a partir de outros elementos (CONNELL, 2005, p. 45-64). Assim, outra esfera na qual se constróem e se reafirmam as masculinidades é na materialidade dos corpos, isto é, do que eles podem ou não fazer. Anne Bonny e Mary Read, ambas mulheres que adentraram na vida pirata disfarçadas de homens, somente tiveram seus “segredos” revelados quando lhes era conveniente, desejado ou julgaram necessário. Na passagem seguinte Defoe indica que Mary Read decidiu revelar sua identidade quando se apaixonou por um colega marinheiro:

[...] mas não há nada mais engenhoso do que o amor, não foi difícil para ela, que já havia sido praticada nessas artimanhas, encontrar uma maneira de deixá-lo descobrir seu sexo: ela primeiro se insinuou em seu gosto, falando contra a Vida de um Pirata, à qual ele era totalmente avesso, então eles se tornaram Mes-Mates e Companheiros estritos: Quando ela descobriu que ele tinha uma Amizade por ela, como Homem, ela permitiu que a Descoberta fosse feita, por descuido mostrando seus seios, que eram muito brancos. O jovem companheiro, que era feito de carne e osso, teve sua curiosidade e desejo tão aumentados por esta visão, que ele nunca cessou de importuná-la, até que ela confessou o que era (Tradução nossa, DEFOE, 1999 [1724], p. 218-219).¹⁷

¹⁷ No original: “[...] but there is nothing more ingenious than Love, it was no hard Matter for her, who had before been practiced in these Wiles, to find a Way to let him discover her Sex: She first insinuated herself into his Liking, by talking against the Life of a Pyrate, which he was altogether averse to, so

Defoe também apresenta como Mary Read e Anne Bonny compartilharam seus segredos uma com a outra enquanto pensavam que ambas eram homens:

Esta era parte da evidência contra ela, que ela negou; o que, seja verdade ou não, é certo que ela não queria bravura, nem mesmo era menos notável por sua modéstia, de acordo com as noções de virtude: seu sexo não era sequer suspeito por qualquer pessoa a bordo até Anne Bonny, que não era tão reservada em Point of Chastity, teve uma simpatia especial por ela; em suma, Anne Bonny a tomou por um jovem e bonito companheiro e, por algumas razões mais conhecidas por ela mesma, descobriu seu sexo pela primeira vez para Mary Read; Mary Read, sabendo o que ela faria e sendo muito sensível à sua própria incapacidade dessa forma, foi forçada a chegar a um entendimento correto com ela e, portanto, para grande decepção de Anne Bonny, ela a deixou saber que ela também era uma mulher. ; mas essa intimidade perturbou tanto o capitão Rackam, que era o amante e galante de Anne Bonny, que ele ficou furiosamente ciumento, de modo que disse a Anne Bonny que cortaria a garganta de seu novo amante, portanto, para acalmá-lo, ela o deixou no Segredo também (Tradução nossa, DEFOE, 1999 [1724], p. 221).¹⁸

Anne Bonny foi uma pirata mulher que ingressou na pirataria também disfarçada. Entretanto, se aproximou amorosamente do seu capitão Calico Jack, ou John Rackan, de maneira que só ele sabia de seu disfarce. Quando Bonny engravidou, por exemplo, ela foi retirada da tripulação até dar a luz e em seguida voltou à vida no mar:

they became Mess-Mates and strict Companions: When she found he had a Friendship for her, as a Man, she suffered the Discovery to be made, by carelessly shewing her Breasts, which were very white. The young Fellow, who was made of Flesh and Blood, had his Curiosity and Desire so rais'd by this Sight, that he never ceas'd importuning her, till she confessed what she was."

¹⁸ No original: *"This was Part of the Evidence against her, which she denied; which, whether true or no, thus much is certain, that she did not want Bravery, nor indeed was she less remarkable for her Modesty, according to the Notions of Virtue: Her Sex was not so much as suspected by any Person on board till Anne Bonny, who was not altogether so reserved in Point of Chastity, took a particular Liking to her; in short, Anne Bonny took her for a handsome young Fellow, and for some Reasons best known to herself, first discovered her Sex to Mary Read; Mary Read knowing what she would be at, and being very sensible of her own Incapacity that Way, was forced to come to a right Understanding with her, and so to the great Disappointment of Anne Bonny, she let her know she was a Woman also; but this Intimacy so disturb'd Captain Rackam, who was the Lover and Gallant of Anne Bonny, that he grew furiously jealous, so that he told Anne Bonny, he would cut her new Lover's Throat, therefore, to quiet him, she let him into the Secret also."*

[...] de modo que ela consentiu em fugir dele e ir para o mar com Rackam em roupas masculinas: ela era tão boa quanto sua palavra e, depois de ter estado no mar por algum tempo, ela provou ter uma criança e, começando a crescer, Rackam desembarcou ela na Ilha de Cuba; e recomendando-a lá a alguns amigos dele, eles cuidaram dela, até que ela foi trazida para a cama: quando ela estava de pé e bem novamente, ele mandou chamá-la para acompanhá-lo. (Tradução nossa, p. 230)¹⁹

Defoe descreve seu modo de agir da seguinte maneira:

Ela tinha um temperamento feroz e corajoso, portanto, quando ela estava sob condenação, várias histórias foram relatadas sobre ela, muito para sua desvantagem, como que ela havia matado uma criada inglesa uma vez em sua paixão com uma faca. , enquanto ela cuidava da casa de seu pai; [...] Era certo que ela era tão robusta, que uma vez, quando um jovem companheiro iria se deitar com ela, contra sua vontade, ela o espancou tanto, que ele ficou doente por um tempo considerável. (Tradução nossa, (DEFOE, 1999 [1724], p. 229).²⁰

E finaliza suas biografias com um comentário sobre ambas marinheiras da tripulação de Calico Jack: "Em todas essas expedições, Anne Bonny o acompanhava e, quando algum negócio era feito em seu caminho, ninguém era mais ousado ou corajoso do que ela, principalmente quando eram levados; ela e Mary Read, com mais um, foram todas as pessoas que ousaram manter o convés, como já foi sugerido. (Tradução nossa, p. 230)".²¹ Em paralelo, é válido observar como Defoe descreve Teach:

¹⁹ No original: *"so that she consented to elope from him, and go to Sea with Rackam in Men's Cloaths: She was as good as her Word, and after she had been at Sea some Time, she proved with Child, and beginning to grow big, Rackam landed her on the Island of Cuba; and recommending her there to some Friends of his, they took Care of her, till she was brought to Bed: When she was up and well again, he sent for her to bear him Company."*

²⁰ No original: *"She was of a fierce and courageous Temper, wherefore, when she lay under Condemnation, several Stories were reported of her, much to her Disadvantage, as that she had kill'd an English Servant-Maid once in her Passion with a Case-Knife, while she look'd after her Father's House; [...] It was certain she was so robust, that once, when a young Fellow would have lain with her, against her Will, she beat him so, that he lay ill of it a considerable Time."*

²¹ No original: *"In all these Expeditions, Anne Bonny bore him Company, and when any Business was to be done in their Way, no Body was more forward or courageous than she, and particularly when they were taken; she and Mary Read, with one more, were all the Persons that durst keep the Deck, as has been before hinted."*

Essa barba era preta, que ele deixou crescer em um comprimento extravagante; quanto à largura, chegava aos olhos; ele estava acostumado a torcê-lo com fitas, em pequenas caudas, à maneira de nossos Ramilies Wiggs, e girá-los sobre suas orelhas: em tempo de ação, ele usava uma bandagem sobre seus ombros, com três braçadeiras de pistolas, penduradas em coldres como cartucheiras; e colocou fósforos acesos sob seu chapéu, que aparecendo em cada lado de seu rosto, seus olhos naturalmente parecendo ferozes e selvagens, fizeram dele uma figura tal que a imaginação não pode formar uma ideia de uma fúria, do inferno, para parecer mais assustador. Se ele tinha a aparência de uma fúria, seus humores e paixões eram adequados a ela; relataremos mais duas ou três de suas extravagâncias, que omitimos no corpo de sua história, pelas quais parecerá a que nível de maldade a natureza humana pode chegar, se suas paixões não forem controladas (Tradução nossa, p. 48).²²

Em paralelo, Defoe evoca elementos como a barba de Teach e a forma como ele a arrumava e entrava em batalha. Teach desempenhava uma espécie de performance proposital no momento em que entrava em batalha. Essa imagem reforçava sua fama enquanto pirata violento através de elementos visuais relacionados ao seu corpo. Entretanto, quando se observa os casos de Bonny e Read, percebe-se outras nuances da corporeidade. Até que seus disfarces tenham sido descobertos, as piratas não apenas eram entendidas como homens, mas como homens que desempenhavam papéis masculinos com maestria naquela comunidade, isto é, o trabalho de marinheiro.

É por essa razão que seus disfarces funcionaram: as masculinidades na pirataria moderna – e em outros meios – não dependem completamente do corpo sexuado generificado, mas de outros tipos de desempenho. Isto é, podemos observar condutas ditas como masculinas em seres biologicamente considerados mulheres, por isso Connell afirma que “As masculinidades não são programadas em nossos genes, nem fixadas pela estrutura social, antes da interação social. Eles passam a

²² No original: ‘*This Beard was black, which he suffered to grow of an extravagant Length; as to Breadth, it came up to his Eyes; he was accustomed to twist it with Ribbons, in small Tails, after the Manner of our Ramilies Wiggs, and turn them about his Ears: In Time of Action, he wore a Sling over his Shoulders, with three Brace of Pistols, hanging in Holsters like Bandaliers ; and stuck lighted Matches under his Hat, which appearing on each Side of his Face, his Eyes naturally looking fierce and wild, made him altogether such a Figure, that Imagination cannot form an Idea of a Fury, from Hell, to look more frightful. If he had the Look of a Fury, his Humours and Passions were suitable to it; we shall relate two or three more of his Extravagancies, which we omitted in the Body of his History, by which it will appear, to what a Pitch of Wickedness, human Nature may arrive, if its Passions are not checked.*”

existir conforme as pessoas agem. Eles são produzidos ativamente, usando os recursos e estratégias disponíveis em um determinado ambiente social”(Tradução nossa, CONNELL, 2000, p. 12).²³ Mesmo que biologicamente localizadas na categoria mais oposta possível ao que se considera um homem, Anne Bonny e Mary Read não deixaram de “performar masculinidades”. E isso se deu em razão de que uma das faces das masculinidades piratas, embora estreitamente relacionada com o trabalho físico, não responde ou depende da parte biologicamente sexuada. Através de ambos os trechos é possível perceber que a materialidade dos corpos faz parte da fabricação de tipos específicos de masculinidades. Seja através do semblante que Teach carrega, seja através do desempenho de Bonny e Read em suas tarefas como marinheiros.

Considerações finais

Embora a repercussão de *General History* constitua por si só um objeto de estudo, através da obra de Defoe é possível acessar uma parcela da forma como algumas comunidades piratas se organizavam, e, portanto, observar as nuances das relações de gênero ali estabelecidas. Diante do que foi exposto, tornou-se evidente que os homens do mar são fabricados – também – pelo gênero, de maneira que este atravessa outros campos daquela configuração social. Assim, a masculinidade não opera como uma característica pessoal do sujeito, mas como uma das nuances materiais através da qual as relações de gênero se manifestam, e isso ocorre tanto na esfera da sexualidade, da violência quanto no desempenho no cotidiano do mar e nos modos como os sujeitos operam na hidrarquia.

Um homem pirata masculino tinha relações sexuais com mulheres, consentidas ou não. Ele também podia incluir outros homens em suas relações sexuais sem ser desclassificado de sua categoria. Além disso, ele era mais masculino quanto melhor desempenhadas fossem suas funções e mais incisivo fosse seu comportamento, mesmo que este homem fosse uma mulher. Assim, a forma como essas relações eram construídas afetava a – e era afetada pela – forma como os

²³ No original: “*Masculinities are neither programmed in our genes, nor fixed by social structure, prior to social interaction. They come into existence as people act. They are actively produced, using the resources and strategies available in a given social setting.*”

Veredas da História, [online], v. 15, n. 2, p. 9-30, dez., 2022, ISSN 1982-4238

sujeitos nelas envolvidos agiam socialmente. Por fim, mesmo que a hidrarquia implique em um ambiente majoritariamente homossocial, fica atestada a relevância de considerar o gênero como um elemento estruturante das relações sociais, na medida em que este orientou e formou – em maior ou menor grau – o modo de agir dos sujeitos inseridos naquele meio social.

Referências

Fontes

DEFOE, Daniel. **A General History of the Pyrates**. Edição: Manuel Schonhorn. Nova York: Dover Publications, 1999 [1724].

Bibliografia

BAJATTA, Andrés Ulpiano Alba. El Pirata Imaginario: **Charles Johnson Y La Representación Histórica De La Piratería**. Dissertação de mestrado em História. Centro de Investigación y Docencia Económicas - CIDE. Cidade do México, 2018.

BENTON, Lauren. **A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400 – 1900**. New York: Cambridge University Press, 2010.

BLAKEMORE, Richard. Thinking outside the gundeck: maritime history, the royal navy and the outbreak of British civil war, 1625-1642. **Historical Research**, v. 87, n. 236. p. 251-274. Maio, 2014. Disponível em Blakemore Thinking Outside the Gundeck.pdf (reading.ac.uk). Acesso em 28 dez 2021.

BRUNSMAN, Denver. Pirates vs. Press Gangs: The Battle for the Atlantic. Tradução: PINHEIRO, Marcos Sorrilha. **Revista História UNESP**, São Paulo, vol 38, p. 1-16, 2019. Disponível em: História São Paulo (unesp.br). Acesso em 23 jan 2022.

BURG, Barry Richard. **Sodomy and the perception of evil: English sea rovers in the seventeenth-century Caribbean**. 1ª Ed. Nova York: New York University Press, 1983.

BURG, Barry Richard. **Sodomy and the pirate tradition: English sea rovers in the seventeenth century Caribbean**. NYU Press, 1995.

CALIXTO, Daniel Garrido. **Las ordenanzas de corso y el marco de actuación corsario**. Tese de Doutorado, Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2016.

CARINO, Jonaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. **Educação & Sociedade**, v. 20, p. 153-182, 1999.

CARVALHO FILHO, S. de A. A masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades**, p. 1-7, 2008.

CONNELL, Raewyn. **Gender and power: society, the person and sexual politics**. 1ª Ed. Oxford: Polity Press, 1987.

- CONNELL, Raewyn. **Masculinities**. 2ª Ed. Los Angeles: Califórnia Press, 2005.
- CONNELL, Raewyn. **The men and the boys**. 1ª Ed. Sidney: Allen & Unwin, 2000.
- COSTA, Nicássio Martins da. **Navegando em águas perigosas: A abordagem literária e a construção de estereótipos dos piratas caribenhos do Setecentos**. Dissertação de mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2016
- DE MATOS, Maria Izilda Santos. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. **História: questões & debates**, v. 34, n. 1, 2001
- DEFOE, Daniel. **A General History of the Pyrates**. Edição: Manuel Schonhorn. Nova York: Dover Publications, 1999 [1724].
- FARGE, Arlette. Virilidades populares. In: CORBIN, Alain; COURDINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História da virilidade. (1. A invenção da virilidade, da antiguidade às Luzes)**. Petrópolis: Ed: Vozes, 2013. P. 495-523.
- FOX, Edward Theophilus. Pirate articles. **Piratical Schemes and Contracts: Pirate Articles and Their Society 1660-1730**. 2013. Tese de doutorado em Philosophy in Maritime History. University of Exeter. Londres, 2013. P. 45-90.
- HARDWICK, Julie. Gender. In: DOYLE, William (Ed.). **The Oxford Handbook of the Ancien Régime**. Oxford University Press, 2012. P. 183-200.
- JOWITT, Claire. 'Parrots and Pieces of Eight': Recent trends in pirate studies. **Literature Compass**, v. 1, n. 1, p. 1-23. 2004.
- KEEGAN, Nicole. Men and Matelotage: Sexuality and Same-Sex Relationships within Homosocial Structures in the Golden Age of Piracy, 1640-1720. Undergraduate Library Research Awards. 2021. Disponível em: Disponível na Internet via <https://digitalcommons.lmu.edu/ulra/awards/2021/2?utm_source=digitalcommons.lmu.edu%2Fulra%2Fawards%2F2021%2F2&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages>. Acesso em 06 ago. 2022.
- KING, Kathryn R. Introduction: Hans Turley, **Queer Studies, and the Open-Hatched Eighteenth Century**. **The Eighteenth Century**, p. 265-272, 2012
- LEESON, Peter. **The invisible hook: The Hidden Economics of Pirates**. 1ª Ed. New Jersey. Princeton University Press, 2009.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MAXWELL, Kenneth. Democracia Pirata. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). **Chocolate, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. P. 69-88.
- O'DRISCOLL, Sally. **The Pirate's Breasts: Criminal Women and the Meanings of the Body**. **The Eighteenth Century**, v. 53, n. 3, p. 357-379, 2012.

Veredas da História, [online], v. 15, n. 2, p. 9-30, dez., 2022, ISSN 1982-4238

PÉREZ, Milton Zambrano. Piratas, piratería y comercio ilícito en el Caribe. La visión del otro (1550-1650). **Historia Caribe**, Colombia, P. 23-56, 2007. Disponível em <Historia Caribe. 2007 - Dialnet (unirioja.es)>. Acesso em 25 out. 2021.

REDIKER, Marcus. **Between the Devil and the Deep Blue Sea: merchant seamen, pirates and the Anglo-American maritime world, 1700-1750**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ROSENTHAL, Laura J. **Cultural Studies and Pirate Studies: Straight on'til Morning. The Eighteenth Century**, v. 53, n. 3, p. 381-390, 2012.

SARTORETTO, Eduardo. **“Tengo el honor de ser el más obediente y humilde servidor de Vuestra Excelencia”**: uma análise das movimentações e práticas de corso e pirataria na Região do Rio da Prata (1810 – 1822). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Unesp, 1992.

TORRÃO FILHO, Amílcar. 2005. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** (24), janeiro-junho, P.127-152.

TURLEY, Hans. **Rum, sodomy, and the lash: Piracy, sexuality, and masculine identity**. NYU Press, 1999.

Recebido em: 13.01.2023

Aprovado em: 15.07.2023

“DONA-DE-CASA X EMPREGADA”: OS CONCEITOS DE TRABALHO DOMÉSTICO A PARTIR DO BRASIL

“HOUSEWIFE X MAID”: THE CONCEPTS OF DOMESTIC WORK FROM BRAZIL

Deyse Vieira Quinto

Universidade do Estado da Bahia¹

Resumo: O estudo do contexto histórico-social brasileiro contribui de forma significativa para concepção conceitual do trabalho doméstico no capitalismo. Desse modo, o presente artigo busca questionar como a histórica transferência do trabalho doméstico da mulher branca à mulher negra no Brasil impacta as teorizações feministas marxistas sobre o tema. Utiliza-se da análise de obras de Selma James, Mariarosa Dalla Costa e Heleieth Saffioti, publicadas nas décadas de 1970 e 1980, bem como se recorre a relatórios produzidos por associações de domésticas brasileiras na década de 1980. Assim, recupera-se os debates travados pelo movimento político de trabalhadoras domésticas contra as definições sobre o trabalho doméstico feitas por juristas, sindicalistas, acadêmicos etc. na busca de um entendimento sobre o que é trabalho doméstico segundo a própria categoria.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Feminismo; Marxismo

Abstract: The study of the Brazilian social and historic contexts aided significantly in the understanding of the concept of domestic labor in capitalism. Thus, the present article questions how the historic transfer of domestic labor from white women to black women in Brazil impacts the Marxist Feminist theories on the matter. Using the analysis of works from Selma James, Mariarosa Dalla Costa and Heleieth Saffioti, published in the 70's and 80's, as well as reports produced by associations of Brazilian domestic laborers in the 80's. Thereby, the debates held by the domestic laborers' political movement against the definitions of domestic labor made by jurists, unionists, academics, etc. are recovered in the search of an understanding of what is domestic labor according to its own category.

Keywords: Domestic Labor; Feminism; Marxism

¹ Mestra em História pela Universidade Estadual da Bahia e professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E-mail: quintodeyse@gmail.com.

Introdução

Nas décadas de 1970 e 1980, feministas marxistas discutiam sobre a relação entre o trabalho doméstico, o surgimento do patriarcado e os estágios de desenvolvimento do capitalismo. Autoras como Isabel Larguia e John Dumoulin, Wally Seacombe, Margaret Benston, Mariarosa Dalla Costa, Ira Gerstein, Terry Free, Angela Davis, Heleieth Saffioti, entre outras ajudaram a refletir, então, a respeito da divisão sexual do trabalho, da subordinação da mulher ao papel de dona-de-casa, da responsabilização das tarefas domésticas e de cuidado estritamente à unidade privada familiar, como também a respeito da própria definição conceitual do trabalho doméstico no capitalismo: é produtivo ou improdutivo?

Não obstante, no Brasil, em 1975, Tania Kaufmann publica um manual intitulado "A aventura de ser dona-de-casa (dona-de-casa X empregada): um assunto sério visto com bom humor". O livro, escrito por uma dona-de-casa que se diz experiente, pretendia ensinar jovens donas-de-casa sobre como escolher, "amaciar" e lidar com trabalhadoras domésticas.

É sintomático a forma como Tania Kaufmann, depois de se posicionar como patroa, definiu essa relação de trabalho: "a instituição empregada [doméstica] é muito forte entre nós [brasileiros], está por demais enraizada, já pertence ao folclore nacional". Nesse sentido, se é lugar-comum a interpretação de que a mulher é responsável pelo trabalho doméstico no capitalismo, a autora do manual explicitou o enraizamento da prática de delegação do trabalho doméstico das mulheres burguesas brancas às mulheres pobres negras no Brasil.

Na apresentação do mesmo manual, outra patroa, Eliezer Schneider, declara que a relação entre patroas e domésticas é "questão aparentemente banal, mas difícil de fato; e, bastante antiga, mas sempre atual". As autoras caracterizaram essa relação como "enraizada" e "antiga" porque a delegação ocorre desde a formação da sociedade colonial até 1888, quando o trabalho doméstico cumpria-se numa relação entre senhoras e escravizadas, mantendo-

se no pós-abolição entre patroas e trabalhadoras domésticas assalariadas ou não-assalariadas (KAUFMANN, 1975. p. 63).

Ainda no mesmo período, discutia-se a regulamentação legislativa do trabalho doméstico no Brasil, bem como se avolumava a articulação política das trabalhadoras domésticas em organizações profissionais. Dessa forma, no Brasil, não só as feministas acadêmicas estavam interessadas em definir conceitualmente o trabalho doméstico no contexto e termos econômicos fundamentalmente capitalistas, mas também políticos, juristas, patroas, sindicalistas e as próprias trabalhadoras domésticas.

Portanto, é sobre as definições conceituais do trabalho doméstico no capitalismo que nos ateremos, pois esta questão ganha uma importância diferencial no debate público brasileiro. Assim, no marxismo, temos autoras que o definem como produtivo, dentre essas o pioneiro artigo de Selma James e Mariarosa Dalla Costa, e autoras que o definem como improdutivo, aqui selecionamos o livro de Heleieth Saffioti por pensar o contexto brasileiro. Nos centraremos a essas duas obras.

Como se pretende demonstrar, o estudo do contexto histórico-social de desenvolvimento do trabalho doméstico no Brasil contribui de forma significativa para a teorização a respeito do tema. Dessa forma, este artigo busca questionar sobre como a delegação do trabalho doméstico no contexto histórico brasileiro impacta as teorizações feministas marxistas sobre o trabalho doméstico no capitalismo. Para tanto, utiliza-se de análise de obras bibliográficas publicadas nas décadas de 1970 e 1980, bem como se recorre a relatórios produzidos por associações de domésticas na década de 1980.

Para melhor organização da análise, na primeira parte do artigo, discute-se brevemente o contexto de desenvolvimento do trabalho doméstico na sociedade brasileira, estabelecendo o escravismo como estruturante da organização das relações de trabalho, especialmente entre patrões e trabalhadoras. Na seção seguinte, analisa-se as já citadas obras feministas, em especial marxistas, sobre a conceituação do trabalho doméstico no capitalismo. Por fim, recupera-se os debates travados pelo movimento político de trabalhadoras domésticas brasileiras contra as definições conceituais sobre o

trabalho doméstico feitas por juristas, sindicalistas, acadêmicos etc. na busca de um entendimento sobre o que é trabalho doméstico, segundo a própria categoria.

PRIMEIRA PARTE: Apanhado histórico sobre a relação entre donas-de-casa de trabalhadoras domésticas no Brasil

Já em seu título, o manual de Tania Kaufmann, publicado pela primeira vez em 1975 evidencia o caráter conflituoso da relação entre domésticas e patroas. O livro se chama *A aventura de ser dona-de-casa (dona-de-casa X empregada)*, onde a autora manifesta explicitamente o desejo das donas-de-casa em “amaciar” e “educar” as trabalhadoras, algo tomado como justificativa para tal publicação. No trecho a seguir, retirado do capítulo intitulado “Como corrigir erros”, esses aspectos se tornam mais patentes:

Finalizando este capítulo, queremos lembrar que crianças e criadas procuram ir sempre até onde podem. Tentam sempre avançar o sinal. Cabe a nós, com firmeza e serenidade, fixar os limites de sua liberdade e poder, que acabam justamente no ponto em que começam o nosso poder e a nossa liberdade. Daí a “luta” (KAUFMANN, 1975, p. 63).

A liberdade e o poder da doméstica precisavam estar, na ótica do patronato, subordinado à liberdade e ao poder da dona-de-casa. Percebe-se, dessa maneira, o caráter de antagonismo e subordinação estabelecido nessa atividade profissional. E, no que tange à subordinação, as patroas empenhavam-se em plenamente de marcá-la. Não obstante, ao atestar as tentativas de “avançar o sinal” empreendidas pelas domésticas, somadas às tentativas de “fixar os limites” empreendidas pelas patroas, revela-se uma outra característica própria dessa relação: na ausência de regulamentação jurídica efetiva, valia-se a constante negociação dos termos de trabalho entre as partes, que, como visto, não estavam em paridade.

Em contraponto à posição do patronato, em 1985, as associações profissionais da categoria realizavam o V Congresso Nacional de Empregadas Domésticas do Brasil, em Recife (Pernambuco), onde discutiam sobre como o controle exercido propagava-se na vida social da trabalhadora para além da

casa dos patrões, pois o controle servia, inclusive, de modo a minar a organização política da categoria:

Sobre as dificuldades para a união dos empregados domésticos a situação é a seguinte:

Uma das dificuldades está relacionada com **a longa jornada do trabalho. Geralmente os empregados domésticos trabalham aos domingos e feriados, de 14 a 16 horas por dia**, ficando difícil encontrar tempo e disposição para se reunir com os elementos de sua categoria.

Outra dificuldade é que **muitos domésticos moram na casa dos patrões**. Ficando isolados um dos outros, é difícil discutir os problemas comuns. E **facilita para os patrões dominar os empregados, impedindo-os de sair, através de uma carga de trabalho muito grande**. E o empregado aceita com medo de perder o emprego, principalmente, se ele for sair para participar de um grupo de domésticos. Além disso, o empregado vai ficando, cada vez mais, com a cabeça parecida com a dos patrões, quer dizer, vai acreditando no que eles dizem, que nós somos uma parte da família do patrão (Grifo nosso).²

Não sem conflito, controlava-se o uso do tempo e as atividades realizadas porta adentro, mas também o trânsito e as relações pessoais porta afora. Era pretendido que as domésticas dedicassem todo o seu tempo e vitalidade ao trabalho. Essas eram frequentemente tratadas como uma extensão da organização da casa, estabelecendo uma relação agressiva e desigual de trabalho, onde as trabalhadoras deveriam agir em total abdicação de suas subjetividades, tais como ideologias e conduta moral.

Portanto, uma das maiores aferências do trabalho doméstico nas décadas de 1970 e 1980 era a exigência de que a trabalhadora estivesse permanentemente disponível ao trabalho e pela pretensão de servidão absoluta à família. Desse modo, as domésticas viam-se isoladas do universo público exterior, bem como limitadas em cultivar relações familiares e afetivas próprias.

Portanto, cabe voltar-se às análises de Sandra Granham sobre as dinâmicas do trabalho doméstico no passado escravista da metade última do século XIX. Desse modo, poderemos melhor compreender o antagonismo, a subordinação e a negociação, assim como a exigência de disponibilidade

² **Relatório do V Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil** – Recife/PE, 1985.

permanente e servidão absoluta que caracterizavam as relações de trabalho doméstico nas décadas citadas.

No contexto de reorganização social na iminência da abolição, no Rio de Janeiro, por exemplo, as domésticas escravizadas e livres tinham de negociar seus diferentes arranjos de trabalho. Segundo Sandra Graham, a negociação estava baseada: no poder patriarcal do senhor, que domina e controla o espaço doméstico; na relação de desconfiança entre domésticas e patrões; e na regulação do emprego doméstico em benefício dos patrões (GRAHAM, 1992. p. 16-17).

A autora elabora os pares analíticos casa-rua e proteção-obediência para fundamentar sua análise. A casa, onde o trabalho doméstico realiza-se, é o ambiente de domínio patronal, em oposição complementar à rua, onde o domínio dos patrões é diminuto. Assim, a casa é o espaço onde a doméstica tem seu trânsito e ações controladas, onde tem pouca autonomia; e a rua é o espaço em que a doméstica está entre os seus, onde tem maior liberdade, mas também está propícia às incertezas e ao perigo.

Quando nova na casa, a doméstica era vista com desconfiança pelos patrões até ser "domesticada", ou seja, até estar submetida ao poder patriarcal. Assim, quando as escravizadas e, ou, as mulheres livres não se submetiam ao pleno controle, eram punidas, mandadas embora ou vendidas; e quando obedeciam, recebiam alguma proteção contra as incertezas da rua, como alimentação. Prevalcia, então, uma prática paternalista que se concretizava em prover, contudo, também em castigar, como se essas mulheres fossem incapazes de ter vontade própria (GRAHAM, 1992, p. 15-21).

Com base nas fontes, é possível considerar que características do trabalho doméstico escravista no contexto da segunda metade do século XIX foram perpetuadas ao longo do século XX. São heranças da escravidão as práticas paternalistas de troca de proteção por obediência, sendo que obediência, no século XX, e dentro do âmbito do trabalho doméstico, significava cumprir com a exigência de disponibilidade permanente e servidão absoluta da doméstica à família, de modo que a trabalhadora ficava, inclusive, isolada de relacionamentos exteriores. Ao mesmo passo, proteção significava

moradia, vestimenta e alimentação precárias e, quando muito, baixa remuneração.

A negociação da troca de proteção por obediência se dava no próprio cotidiano de trabalho, no correr da relação da doméstica com os patrões. Isso ocorre porque o Estado tardiamente regulamentou alguns poucos direitos às trabalhadoras domésticas, apenas em 1972, e, mesmo após a legislação, prevaleceu a informalidade. Nesse sentido, no pós-abolição o Direito serviu como mecanismo da burguesia para manter heranças escravistas no trabalho doméstico. Dessa forma, às práticas escravistas se superpõem mecanismos de manutenção do poder patriarcal do patronato.

Porém, mais do que isso, segundo Lélia Gonzalez, a trabalhadora doméstica das décadas de 1970 e 1980 não se diferiria da mucama, a escrava doméstica do passado. Ao interpretar a conjuntura econômica dos anos 1960 a 1980 a partir de dados estatísticos, a autora conclui que a situação da mulher negra no mercado de trabalho pouco mudou com o passar das gerações, pois esta continuava relegada aos postos de trabalho mais desvalorizados e precários. Desse modo, no pós-abolição ocorre também a manutenção da racialização e subalternização dessa atividade profissional, realizada majoritariamente por mulheres negras pobres (GONZALEZ, 2018. p. 127-129).

Diante do panorama histórico do trabalho doméstico no Brasil, cabe, então, reiterar uma questão trazida por Lélia Gonzalez: “por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar?”. Por que há tanto esforço das patroas em “amaciar” as trabalhadoras domésticas como se elas fossem animais a serem amestrados?

Segundo Gonzales, isso acontece por conta do lugar ocupado pela mulher negra no processo de formação da cultura brasileira: o da mucama, que ainda segundo a autora, é um engendramento das posições de mulata e de doméstica. Nesse sentido, a mulher negra escravizada era obrigada a cuidar dos filhos dos senhores, cozinhar, passar, limpar, lavar e, inclusive, satisfazer, de modo compulsório, o senhor sexualmente.

Emerge, então, a figura da mãe-preta, louvada pelo mito da democracia racial como a escravizada que se dedica totalmente à criação dos filhos dos

senhores. O mito da democracia racial oculta, entretanto, que a mãe-preta é a mãe, pois é ela quem realiza todo o trabalho de alimentação e cuidado.

Para Gonzales, “quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira” (GONZALEZ, 2018, p. 205). Assim, a mulher branca é a outra, pois apenas pare os filhos do senhor, em tempo que a função materna e a função de mulher é exercida pela escravizada: mãe-preta e mucama-doméstica.

Como verifica a autora, ainda no Brasil do século XX, às mulheres negras são atribuídas as posições de mulata, exaltada no carnaval, e de doméstica, discriminada no cotidiano. Gonzales aponta que a doméstica é quem segura “a barra familiar praticamente sozinha”, pois é como “o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” ao realizar todo o trabalho reprodutivo.

Já Rita Laura Segato analisa que, no Brasil, há uma diferença entre o criar filhos e o pari-los, pois, desde o período colonial, a maternidade desdobra-se na mãe biológica e jurídica, a mãe branca, e na mãe que de fato cuida e cria, a mãe-preta. Ou seja, a maternidade passa a possuir duplo vínculo ao ser transferida a uma mãe substituta que realiza o trabalho reprodutivo no espaço doméstico (SEGATO, 2006. p. 4).

Esta prática se mantém no pós-abolição através da contratação de mulheres negras pobres em troca de pouca ou nenhuma remuneração, chamadas de babás. Entretanto, ao longo do século XX, nega-se a mãe-babá e a sua raça, exclui-se a negritude e o trabalho reprodutivo realizado pela babá, o que acaba por evidenciar apenas a mãe branca. Para Segato, a mãe branca-burguesa nega o trabalho materno desempenhado pela babá ao inscrever o trato contratual e escantear o afetivo (SEGATO, 2006, p. 18).

Sobre a relação entre a mulher branca patroa e a mulher negra trabalhadora doméstica, Suely Kofes analisa que a doméstica exerce seu trabalho na unidade residencial da patroa, “onde realizará funções e papéis colados aos papéis e posições de trabalho atribuídos à mulher na ordem doméstica, os quais implicam dimensões complexas como afetividade e sexualidade”(KOFES, 2001. p. 11-26). Dessa forma, a natureza do trabalho

doméstico é ambígua, pois a residência é um espaço privado e organizado pela afetividade.

Então, cabe às patroas estabelecerem esse espaço de diferenciação entre patroas e domésticas, porque esta relação se realiza no espaço doméstico da patroa. Kofes conclui que a diferenciação dessa relação, apoiada também no racismo e classismo, é tamanha que ocorre a desconsideração da doméstica enquanto mulher. Tal diferenciação garantiria que não haveria confusão sobre quem representa o papel social de mulher naquela residência.

Como exposto, nas décadas de 1970 e 1980, exigia-se da trabalhadora doméstica disponibilidade permanente ao trabalho e pretendia-se servidão absoluta à família, ao passo que as relações de trabalho estavam marcadas pelo antagonismo, pela subordinação e pela negociação entre partes desiguais. Além disso, o trabalho doméstico era nitidamente racializado, de modo que a própria mulher negra era entendida socialmente a partir da posição de doméstica.

Não por acaso o trabalho doméstico realizado por mulheres negras desde os tempos coloniais era marcado por tais características. Exige-se disponibilidade permanente e pretende-se servidão absoluta porque era a mulher negra quem realizava a função materna e de mulher dentro da unidade doméstica familiar. O antagonismo e a subordinação serviam à negação de que era a mulher negra quem desempenhava essas funções, e, conseqüentemente sublimar o seu papel na transferência de valores à família. E, por fim, a informalidade jurídica que garantia a negociação como forma de manutenção do poder patriarcal dos patrões.

Assim, o contexto histórico brasileiro tem a transferência da função materna e de mulher da mulher branca à mulher negra dentro do ambiente privado doméstico. O ponto fulcral é que a acentuada transferência do trabalho tido como responsabilidade da mulher branca à mulher negra a partir de uma relação de trabalho escravista ou remunerada marca substancialmente a concepção do trabalho doméstico no capitalismo, mesmo aquele que não é remunerado. Nesse sentido, cabe algumas considerações sobre como se interpreta a questão do trabalho reprodutivo comumente consolidadas.

SEGUNDA PARTE: Reflexões teóricas sobre o trabalho doméstico: produtivo ou improdutivo?

Silvia Federici declara ser surpreendente que Karl Marx tenha ignorado, em suas teorizações sobre o capitalismo, o trabalho de reprodução da força de trabalho realizado pelas mulheres. Nas palavras da autora, Marx teria “reduzindo-o ao consumo por parte dos trabalhadores das mercadorias que seus salários podem pagar e ao trabalho que a produção dessas mercadorias requer” (FEDERICI, 2018. p. 198).

Assim, segundo Federici, as mulheres, o trabalho doméstico, a sexualidade e a procriação acabaram por serem retirados do debate sobre a reprodução dos trabalhadores nas obras marxianas. Apesar disso, ou talvez justamente por isso, o trabalho doméstico e a domesticidade não saíram do escopo de discussões sobre a mulher, tornando-se tema clássico e recorrente de debate, principalmente, entre feministas marxistas.

São frequentes as discussões sobre como classificar “a natureza e o valor” dessa forma de trabalho dentro das categorias econômicas marxistas. Esse constante debate pode ser sintetizado em alguns âmbitos. Em um primeiro momento, interpreta-se que o trabalho doméstico era improdutivo, alheio à esfera de produção, pré-capitalista e que, com o avanço do capitalismo, viria a desaparecer (CASTRO, 2020, p. 126-150).

Segundo Federici, Marx ignorou o trabalho reprodutivo das mulheres porque “aceitou os critérios capitalistas sobre o que constitui o trabalho, e porque acreditava que o trabalho industrial assalariado era o estágio no qual se desenvolveria a batalha para a emancipação humana” (FEDERICI, 2018, p. 201). Posteriormente, gerações de marxistas seguiram os mesmos pressupostos.

Foi a partir da década de 1960 que surgiram outras interpretações, críticas a anterior, mediante a análise da consolidação da organização do trabalho doméstico pelo capital para o aumento da produtividade do trabalho através da reprodução da força de trabalho. Isso ocorre, segundo Federici, pois entre as décadas de 1960 e 1970 houve diversas revoltas contra a naturalização do trabalho reprodutivo como inerentemente de mulheres no norte e no sul global. Esses movimentos ajudaram a revelar a forma como o trabalho

doméstico não remunerado é central ao capitalismo (FEDERICI, 2018, p. 206-207).

Dentre esses movimentos, pode-se citar o *Movimento para um salário para o trabalho doméstico*, composto pelas marxistas italianas Silvia Federici, Leopoldina Fortunati, Selma James e Mariarosa Dalla Costa. A campanha por salários para o trabalho doméstico teve início em 1972, na Itália, e participaram também feministas inglesas, francesas e estadunidenses. A mobilização internacional tinha como objetivo forçar o reconhecimento sobre como o trabalho doméstico contribui para a produção da força de trabalho, produz capital e que, portanto, é um trabalho que deve ser remunerado pelo Estado (FEDERICI, 2018, p. 26).

No Brasil, naquele mesmo ano, o trabalho doméstico remunerado foi reconhecido como profissão e regulamentado juridicamente. A nova legislação foi fruto da organização política de trabalhadoras domésticas dos vários estados brasileiros e estabeleceu alguns poucos direitos reivindicados pelas associações profissionais da categoria desde 1930. Entretanto, diferente do *Movimento para um salário para o trabalho doméstico* e de outros movimentos do norte e do sul global, no Brasil eram as trabalhadoras domésticas remuneradas quem se rebelavam.

É importante destacar essa diferença, pois ela aponta algumas peculiaridades do contexto brasileiro que podem enriquecer o debate clássico sobre o tema. Até porque, ainda que pensadas a partir de realidades diferentes, as discussões sobre como classificar o trabalho doméstico chegaram, mesmo que indiretamente, às associações de trabalhadoras domésticas. Portanto, cabe, então, recuperar algumas publicações da década de 1970 e 1980.

Selma James e Mariarosa Dalla Costa publicaram um artigo que é referência recorrente quando se trata do debate marxista sobre o trabalho reprodutivo. *Las mujeres y la subversión de la comunidad* foi escrito em 1971. No artigo, discorrem sobre a organização capitalista da família e do papel da dona-de-casa, demonstrando que “toda la explotación de clase se ha alzado sobre la mediación específica de la explotación de las mujeres” (DALLA COSTA; JAMES, 2005, p. 13).

Para as autoras, todas as mulheres são determinadas pelo papel de donas-de-casa, mesmo as que realizam trabalho remunerado fora do lar. Como também complementa Angela Davis, “embora a ‘dona-de-casa’ tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade” (DAVIS, 2016. p. 242).

Segundo Selma James e Mariarosa Dalla Costa, o capital separou homens e mulheres em função de seu papel social, colocando a mulher isolada em casa para realizar atividades não qualificadas de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, a construção patriarcal (re)produz a ideia de que a mulher em suas funções domésticas não possuiria papel na lógica capitalista. A mulher, assim, sofreria uma dupla arbitrariedade, a primeira que a alienaria a determinadas funções domésticas, e a segunda, a ausência de reconhecimento de sua produtividade.

Contudo, Dalla Costa e James questionam essa ideia, ao afirmar que mesmo que somente o homem trabalhador assalariado participe diretamente da produção social, o trabalho reprodutivo feito pelas mulheres produz um tipo especial de mercadoria: a própria força de trabalho. De modo que “su papel em el ciclo de la producción social ha permanecido invisible porque solo El producto de su trabajo, El trabajador, era visible” (DALLA COSTA; JAMES, 2005, p. 6).

Dessa maneira, o trabalho realizado pela dona-de-casa é reconhecido pelas autoras como intrínseco à produção de mais-valia. O trabalho doméstico seria, assim, uma forma mascarada de trabalho produtivo, sendo um erro considerar as donas-de-casa como produtoras apenas de valores de uso. Dalla Costa e James argumentam que o trabalho doméstico é uma enorme quantidade de serviços sociais que o capital transformou em atividade privatizada, pois a família seria o pilar da organização capitalista do trabalho (DALLA COSTA; JAMES, 2005, p. 6)

É considerável a argumentação das autoras de que as mulheres contribuem para a acumulação de capital a partir de suas especificidades próprias e que, portanto, são as donas-de-casa participes da classe

trabalhadora. É importante ressaltar que o posicionamento das autoras vai contra ao tradicional pensamento marxista que acredita que o capital não chegou à cozinha, marginalizando e negligenciando a importância do trabalho doméstico ao capital, e, também, o papel da dona-de-casa na luta revolucionária (FEDERICI, 2018, p. 64).

A partir da consideração de que as donas-de-casa são fundamentais à luta revolucionária, as autoras ainda sugerem alternativas para superar a estrutura do trabalho reprodutivo. Para tanto, seria necessário quebrar a tradição da mulher privatizada e criar solidariedade entre mulheres pela luta contra a organização capitalista da família nuclear.

Defendem, então, que primeiro seria necessário rejeitar o papel de dona-de-casa e seu isolamento no espaço doméstico. Dessa forma, na luta socializada as mulheres descobririam e exerceriam um poder que lhes ofereceriam uma identidade alternativa, um novo grau de poder social que poderia romper a lógica do capital (DALLA COSTA; JAMES, 2005).

Para tornar mais tangíveis as alternativas de luta propostas pelas autoras, podemos trazê-las ao contexto brasileiro. Como discutido na primeira parte do artigo, no Brasil, temos a transferência da função de dona-de-casa da mulher branca burguesa e de classe média à mulher negra pobre trabalhadora doméstica. Sendo a família nuclear a base da organização capitalista do trabalho e a dona-de-casa o pilar da família, no contexto brasileiro temos a mulher branca como uma representante esvaziada do papel de dona-de-casa e a mulher negra como quem efetivamente realiza o trabalho reprodutivo, cumprindo a função da outra no lar.

Dessa maneira, quando se fala que a trabalhadora doméstica é “quase da família”, deliberadamente se omite que é ela quem cumpre a função de dona-de-casa no lar dos patrões, ao mesmo passo que se exclui a trabalhadora do círculo afetivo familiar. Esse “quase”, também implica em dar tratamento insuficiente a essas mulheres, pois, frequentemente, o trabalho das domésticas não é visto em sua integridade pelos patrões. Isso faz com que as domésticas não sejam tratadas nem como trabalhadoras, pois os seus direitos são

negligenciados; muito menos como parte da família, pois são constantes os relatos de abuso emocional e físico sofrido pelas trabalhadoras.

Em 1981, Angela Davis, ao analisar o trabalho doméstico remunerado e não-remunerado no contexto norte-americano, observava:

As mulheres negras, entretanto, pagaram um preço alto pelas forças que adquiriram e pela relativa independência de que gozavam. Embora raramente tenham sido “apenas donas de casa”, elas sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas. Devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. **E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças.** Enquanto empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas (Grifo nosso) (DAVIS, 2016, p. 250).

Ainda que guardem diferenças entre o uso da mão da obra de mulheres negras para o trabalho reprodutivo no Brasil e nos Estados Unidos, a questão sobre como ficava a família da trabalhadora é importante ao que aqui se discute e vai de encontro à análise de Lélia Gonzalez:

Enquanto empregada doméstica, ela [mulher negra] sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. É tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas (os irmãos mais velhos, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se a casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (3 ou 4 horas da “manhã”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então, quando tem que ir às “reuniões de pais” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “psicológicos” de seus filhos, que apresentam comportamento “desajustado” que os tornam “dispersivos” ou incapazes de “bom rendimento escolar” (GONZALEZ, 2018, p. 44-45).

Nesse sentido, por ocasião da super exploração, por vezes se observa que muitas dessas mulheres ficavam impedidas de formar suas próprias

famílias, ficando presas à família que lhe empregava, o que escancara ainda mais seu papel dentro desse lar. Não obstante, quando conseguiam formar família, o trabalho doméstico remunerado as levava a negligenciá-la, restando à doméstica socializar o trabalho reprodutivo de sua própria família com outras mulheres de sua comunidade ou com seus próprios filhos, principalmente o cuidado com as crianças.

A transferência da função de dona-de-casa, como ocorreu historicamente no Brasil, estabelece uma relação entre patroa e trabalhadora doméstica fundamental à luta das mulheres contra a naturalização do papel de dona-de-casa. “Debemos salir de la casa; debemos rechazar la casa porque queremos unimos a otras mujeres...” (DALLA COSTA; JAMES, 2005, p. 13), branda Dalla Costa e James. No entanto, no caso brasileiro, porta adentro da casa da patroa há uma relação entre mulheres de raças e estratos sociais diferentes que, como visto na primeira seção do artigo, faz com que a doméstica tenha sua identidade de mulher completamente anulada em função da posição de dona-de-casa da patroa, evidenciando os conflitos de classe.

Muitas vezes, é a transferência do trabalho de dona-de-casa à doméstica que libera a patroa para o trabalho remunerado fora de casa e para a vida social, de modo que também as patroas se beneficiam desse modelo de família nuclear ao agir como agente de subordinação da doméstica. O que nos leva a refletir sobre os limites da possibilidade de criação de solidariedade entre essas mulheres na luta contra a organização capitalista da família. Afinal de contas, quais contrariedades a patroa encontraria ao lutar contra a subordinação da mulher ao homem enquanto subordina outra mulher?

Não obstante, as feministas marxistas brasileiras refletiram sobre a questão da definição conceitual do trabalho doméstico no capitalismo, especialmente o remunerado. No livro *Emprego doméstico e capitalismo*, Heleieth Saffioti utiliza de base de dados quantitativos para compreender como uma forma de trabalho pré-capitalista se insere no mundo capitalista. Publicado em 1978, trata-se de um reconhecido aporte à discussão no contexto nacional.

Saffioti argumenta que o trabalho das domésticas não pode ser considerado produtivo apenas porque ela recebe salário e que, apesar de o

assalariamento o redefinir de acordo com as condições sociais impostas pelo capitalismo, não transforma os seus moldes não capitalistas. Isso porque o trabalho doméstico produz a força de trabalho fora do modo de produção capitalista, ainda que profundamente vinculado a ele (SAFFIOTI, 1978. p. 195-196).

Ou seja, a trabalhadora doméstica torna possível a produção e reprodução da força de trabalho dentro de uma instituição incapaz de extrair mais-valia, a família. Dessa forma, a intelectual conclui que a doméstica está submetida a um tipo de exploração diferente da exercida sobre os trabalhadores produtivos, uma vez que essa exploração não pode ser convertida em capital. Portanto, as contribuições de Saffioti reiteram a perspectiva de que o trabalho doméstico seria improdutivo e pré-capitalista (SAFFIOTI, 1978, p.195-196).

Para Federici, análises que vão nesse sentido denotam antiquada aceitabilidade do equívoco de Marx a respeito dos critérios capitalistas sobre o que constitui o trabalho, o que desembocava na interpretação equivocada do trabalho doméstico como pré-capitalista, retrógrado e antiquado (FEDERICI, 2018, p. 197).

Em seu livro, Saffioti analisa dados quantitativos sobre donas-de-casa e sobre trabalhadoras domésticas de Araraquara (São Paulo). Trata da idade, origem, hábitos, costumes, estado civil, faixa salarial, opiniões etc. de empregadas e empregadoras. Mas chega a ser curioso que em seus dados não aparecem referência às raças dessas mulheres. Além disso, não dá relevância ao passado escravista nem ao racismo engendrado nessas relações de trabalho. Para a autora, o significativo número de donas-de-casa brasileiras que contratam domésticas é consequência da relação entre o setor capitalista e o setor não-capitalista da economia dos países da periferia do capitalismo (SAFFIOTI, 1978, p.195-196).

Mais curioso ainda é que pensar que a publicação do livro ocorre no período em que as associações de domésticas brasileiras há anos reivindicavam-se como profissionais e como parte da classe trabalhadora perante o Estado, sindicatos e movimentos sociais. Momento esse em que a

classificação conceitual do trabalho doméstico era relevante no debate público nacional, com uma importância política fundamental à luta das trabalhadoras domésticas por cidadania, já que era com base na definição conceitual – dizia-lhe não-econômico – que o Estado lhes negava direitos trabalhistas.

Se Saffioti conclui seu livro refletindo sobre a possibilidade de um mundo sem trabalhadoras domésticas e com divisão equitativa do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres, os pontos cegos de sua análise foram justamente a acentuada transferência mal remunerada desse trabalho e a potente luta das trabalhadoras domésticas, mulheres negras, contra a discriminação da mulher.

Outras autoras marxistas que mais recentemente pensaram o trabalho doméstico foram Helena Hirata e Danièle Kergoat, que o fazem, inclusive, a partir da comparação de diferentes contextos nacionais em suas aproximações e distanciamentos. Ao tratar da França, Hirata e Kergoat, consideram a emergência, no início do século XX, do “modelo da delegação” na divisão sexual do trabalho entre as esferas do trabalho reprodutivo e profissional nas famílias. Ou seja, se antes a mulher ocupava o papel de cuidadora e o homem de provedor, agora as mulheres acumulam os dois papéis ao começarem a trabalhar fora de casa (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 595-609).

As autoras traçam a correspondência entre o crescimento do trabalho assalariado das mulheres à emergência da delegação do trabalho reprodutivo às mulheres de fora da família que estão em situações precárias, francesas ou migrantes:

Essas mulheres [migrantes], muitas vezes diplomadas, entram em concorrência direta com as dos países de origem, que têm situação precária e pouco estudo. Duas relações sociais entre mulheres, inéditas historicamente, estabelecem-se dessa maneira: uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres, todas precárias, mas precárias de maneira diferente, dos países do Norte e dos países do Sul e, logo também, de “cores” diferentes com a chegada a esse mercado de mulheres dos países do Leste. As relações étnicas começam assim a ser remodeladas através das migrações femininas e da explosão dos serviços a particulares. As relações de gênero também se apresentam de uma forma inédita: **a externalização do trabalho doméstico tem uma função de**

apaziguamento das tensões nos casais burgueses dos países do Norte (e em inúmeros países urbanos do Sul, mas, nesse caso, trata-se de movimentos migratórios internos no país em questão) **e permite igualmente maior flexibilidade das mulheres em relação à demanda de envolvimento das empresas. Em um plano mais geral, isso permite às sociedades do Norte fazer vista grossa a uma reflexão sobre o trabalho doméstico** (Grifo nosso, HIRATA; KERGOAT 2007, p. 602).

As reflexões feitas acima revelam a singularidade do caso brasileiro, onde o trabalho doméstico não remunerado está estritamente relacionado ao trabalho doméstico remunerado através da delegação. Nesse sentido, nota-se o quanto as análises feitas a partir do Brasil podem enriquecer as elaborações sobre o trabalho doméstico remunerado ou não remunerado. Inclusive porque a delegação do trabalho doméstico é um fenômeno emergente em outros países, como visto. Torna-se essencial também, ao partir de considerações feitas em conjunturas exógenas, pontuar tais características do contexto nacional. Não obstante, cabe ainda levar em conta a realidade das domésticas a partir das definições feitas pelas mesmas.

É tendo em vista o exposto que acredita-se ser imprescindível recuperar as definições dadas pelas próprias trabalhadoras domésticas no fazer prático, tanto em sua luta, quanto a respeito da organização capitalista do trabalho reprodutivo. Para isso, na seção a seguir, se é discutido através de análise documental como as domésticas enxergam o papel social do seu trabalho. Almeja-se, dessa forma, compreender quais sentidos as próprias trabalhadoras domésticas apreendem sobre o seu ofício e como podemos localizá-lo na lógica política, econômica e social brasileira.

TERCEIRA PARTE: Reflexões de trabalhadoras domésticas sobre o trabalho doméstico

Com a crescente organização política das trabalhadoras domésticas em associações profissionais a partir da década de 1930 – processo que se intensificou a partir de 1960 – a questão sobre a natureza e o valor do trabalho doméstico ganhou uma dimensão de grande impacto social no Brasil. Esse debate se expandia em planos diferentes da sociedade, propiciando

significados variados. Em um contexto jurídico, a legislação regulamentava a profissão e a categorizava como “não-econômica” para justificar os poucos direitos conferidos. E no contexto de luta organizada, os sindicatos de trabalhadores urbanos questionavam se as domésticas compunham e qual a importância delas na luta da classe trabalhadora.

As associações de domésticas pautavam a discussão reivindicando por direitos e espaço político. Sobre a conversão da exploração da doméstica em capital, é emblemático o hino do IV Encontro Regional do Nordeste das Empregadas Domésticas, ocorrido em 1987 na cidade de João Pessoa (Paraíba):

Perguntei às crianças que tendes / quanto vale a presença, o aconchego / de' quem dá o mingau e acalanta / banha e veste, inda sai a passeio? ... / Produzimos cuidado e carinho / produzimos o vosso sossego! / Refrão: Companheiras, bem alto gritamos / esta nossa importância maior / pelos nossos direitos lutemos / reconheçam o nosso valor (bis) / Vós, patroas, pensai um momento / se viessem estas mãos a falta / mãos que ilustram assoalhos e móveis / e se esmeram' em tudo arruma... / Produzimos beleza e descanso / produzimos o gosto do lar. / Vós, patrões, um instante escutai / avaliai este cheiro e sabor / o tempero, o arranjo, este gosto / isto é arte do nosso labor... / Produzimos delícia, apetite / produzimos saúde e vigor / E vós, jovens, rapazes e moças / que gostai' de sair alinhados / quem lava os trajes e os passa? / Essas mãos, esses dedos' tão gastos. Produzimos das vestes os cuidados.³

As domésticas quando defendiam o valor de seu trabalho, atentavam para a arte de seu labor, declarando que produziam cuidado, carinho, sossego, descanso, saúde, vigor, beleza. Nesse sentido, o trabalho era entendido pelas trabalhadoras como expressão de dignidade, rigor, criatividade, pois não o julgavam unicamente pelos termos do valor de troca material, mas também simbólico e afetivo.

Consideram, assim, que o valor do trabalho das domésticas não poderia ser puramente compreendido na conversão em capital. E ao defender que produziam saúde, vigor e descanso, afirmavam que o fato do trabalho doméstico não produzir bens tangíveis não significava que esse não gerava valor social e econômico.

³ **Relatório do VI Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil** – Nova Veneza/SP, 1989.

Dado o papel da família na organização do trabalho doméstico tanto por ser o ambiente de realização como por ser o seu próprio fim, era à família a quem elas direcionam a pergunta sobre o valor do trabalho doméstico. Aos patrões e patroas, que pelo trabalho das domésticas tinham saúde para o trabalho e tempo para o lazer e descanso; aos jovens e crianças, que pelas mãos das domésticas recebiam carinho e cuidado.

Assim, as empregadas politicamente organizadas consideravam o seu trabalho fundamental à família: "Produzimos cuidado e carinho / produzimos o vosso sossego!". Declaravam, assim, quê são as trabalhadoras domésticas quem produzem "o gosto do lar", ou seja, as responsáveis por todo o trabalho necessário. Desse modo, chamam atenção ao trabalho que cotidianamente realizavam, mas que a importância é invisibilizada.

Desse modo, era através da família e do trabalho doméstico, remunerado ou não, que se disponibilizava força de trabalho estável e disciplinada para a produção capitalista. Como sintetizado pela associação baiana: "na verdade, o trabalho doméstico produz saúde, limpeza, dando condições para que a família sobreviva".⁴

Dessa maneira, evidenciavam que o trabalho doméstico ao garantir a reprodução, era também produtivo, o que significa que as trabalhadoras domésticas são exploradas pelo capital e, portanto, parte da classe trabalhadora. Entretanto, apesar da própria autocompreensão, constantemente enfrentavam barreiras, dado o referido entendimento comum de que o trabalho doméstico era improdutivo. Desse modo, a categoria teve de demonstrar sua importância econômica para, assim, buscar conquistar o reconhecimento como componentes da classe trabalhadora brasileira.

No documento resultante do V Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil, de 1985, temos:

Nós, 126 Empregadas Domésticas, delegadas no V Congresso Nacional de nossa categoria, no Recife, constatamos:

1 – que somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham no Brasil (1/4 da mão de obra feminina, quase 3 milhões de empregadas domésticas no país);

⁴ **Relatório do VI Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil** – Nova Veneza/SP, 1989.

2 – que há um crescimento significativo no número de empregadas domésticas (acentuado pelo desemprego nas outras categorias);

3 – que representamos uma força importantíssima na vida econômico-social-cultural do Brasil (é só pensar o que seria do país se todas nós domésticas parássemos de trabalhar ao mesmo tempo);

4 – que apesar de todo esse valor e importância, não somos reconhecidas como profissionais; continuam as desumanas e injustas condições de trabalho, denunciadas nos quatro congressos anteriores. [...]

d) Lançamos um apelo a todos os sindicatos de trabalhadores que nos consideram como parte da classe trabalhadora, com o nosso enorme peso econômico, com nossa força de mulher, para participar a nível de igualdade, da mesma luta, e que dêem toda a sua força às reivindicações específicas da nossa categoria. [...]

Finalizamos, dirigindo o nosso protesto às autoridades constituídas e à sociedade em geral. Não podem mais ser ignorados os valores e o peso econômico e social que tem a nossa categoria. Somos milhões de empregadas domésticas. Basta de sofrimento e de esmagamento que vem da escravidão.⁵

Esse documento é resultante das discussões feitas no congresso entre as associações de Maceió, Brasília, Ceará, Belo Horizonte, Uberlândia, Uberaba, João Monlevade, Monte Carmelo e Sete Lagoas, João Pessoa, Campina Grande, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Mossoró, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, São Paulo, Vitória, Campinas e Piracicaba. O tema do evento foi "O Reconhecimento da Profissão de Empregada Doméstica".

No trecho citado, verifica-se o esforço em explicitar a importância quantitativa e qualitativa que o trabalho doméstico significava para a sociedade brasileira. Foi através da afirmação da contribuição econômica, social e cultural que as trabalhadoras domésticas reivindicavam-se como profissionais e como parte da classe trabalhadora, e por conseguinte, como sujeitas de direitos, exigindo o reconhecimento por parte dos demais trabalhadores e do poder público.

As domésticas sugerem que se pense "o que seria do país se todas nós domésticas parássemos de trabalhar ao mesmo tempo". Assim, contra a desvalorização e pouco reconhecimento, enfatizam a "os valores e o peso

⁵ **Relatório do V Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil** – Recife/PE, 1985.

econômico e social” da categoria. Sobre o mesmo tema, as domésticas da associação baiana refletiram:

Todo mundo concorda que qualquer trabalhador deve lutar pelos seus direitos: moradia, educação, saúde, lazer, melhores condições de salário e trabalho.

Mas muita gente ainda acha normal que as empregadas domésticas sejam tratadas quase como escravas: não podem freqüentar certos lugares, ganham salários miseráveis, não podem estudar ou escolher onde morar, e quase não têm tempo livre para tratar de seus próprios interesses. [...]

Os trabalhadores domésticos, negros em sua maioria, terão melhores condições quando puderem ter consciência da importância do seu trabalho. Quando acabarem com a ideia de que trabalhador doméstico só tira do patrão e não dá nada em troca. Na verdade, o trabalho doméstico produz saúde, limpeza, dando condições para que a família sobreviva. [...]

O fato da maioria dos domésticos ser mulher reforça a discriminação, pois muitos ainda acham que trabalho de mulher não tem valor e nem deve ser reconhecido. Por isso, também é nossa obrigação lutar contra a discriminação da mulher, principalmente da mulher negra, que além de ser discriminada pelos homens, também é desrespeitada pela mulher branca.⁶

Esse trecho foi retirado de uma carta que a associação da Bahia enviou para o VI Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas do Brasil. O evento ocorreu entre os dias 19 e 22 de janeiro de 1989, na cidade de Campinas (São Paulo), com o tema “União e organização da categoria”. Participaram do evento 40 associações de cidades do Ceará, da Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Até abril de 1989, cada grupo poderia enviar uma carta à associação organizadora, a de São Paulo, com reflexões que considerasse pertinentes ao debate.

Na citação, as baianas refletem sobre a subalternidade a que as trabalhadoras domésticas estavam submetidas na sociedade brasileira. A normalização de relações de trabalho análogas à escravidão fazia com que o próprio direito das domésticas de reivindicar melhores condições de vida e trabalho fosse invalidado. Observavam, ainda, que havia o entendimento comum de que o trabalho doméstico não produzia coisa alguma, de forma que acreditava-se que os patrões pagavam-lhes salários em troca de nada.

⁶ **Relatório do VI Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil** – Nova Veneza/SP, 1989.

De maneira sucinta, analisam que as relações de trabalho remontam às práticas do período escravista, que há discriminação por ser visto como trabalho de mulher e que há o apagamento da importância social e econômica de tal atividade ao ser lida como improdutiva.

Esses fatores contribuem para as domésticas construírem a interpretação de que “a própria Lei Trabalhista (CLT) nos discrimina: não temos nem todos os direitos dos outros trabalhadores e os poucos direitos que temos são negados a grande maioria”.⁷E ainda: “até mesmo os sindicatos de trabalhadores que são mais combativos, discriminam os trabalhadores domésticos, pois estão acostumados a vê-los como inferiores”.⁸

Tanto o poder público como os sindicalistas entendiam que o trabalho doméstico era improdutivo, colocando um empecilho burocrático ao acesso a direitos trabalhistas e à participação das domésticas na luta política da classe trabalhadora. No entanto, por mais que a discussão se desse em termos teórico-conceituais, a produção da diferença entre domésticas e os demais trabalhadores era motivada pela discriminação racial e de gênero, que hierarquizava os trabalhadores.

Esses mecanismos discriminatórios são ocultados nos discursos, mas as próprias domésticas os desvelam na carta: estavam estigmatizadas pela escravidão e invisibilizadas pelo capital. Propositadamente ou não, faltou a esses setores sociais questionar-se porque o capital permitiria o dispêndio de tanto tempo de trabalho em atividades supostamente improdutivas. Afinal, por que o sistema capitalista permitiria tanta força de trabalho desperdiçada em trabalho não lucrativo? (FEDERICI, 2018, p. 64)

Dessa maneira, o reconhecimento social das domésticas como profissionais, sujeitos de direitos e como parte da classe trabalhadora brasileira teve de ser conquistado. Para tanto, foi preciso enfrentar mecanismos discriminatórios de raça, de gênero e de produção da diferença entre trabalhadores mobilizados no processo de hierarquização de classe. Em suas ponderações, as domésticas consideravam que a subalternidade compulsória da

⁷ **Relatório do V Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil** – Recife/PE, 1985.

⁸ **Relatório do VI Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil** – Nova Veneza/SP, 1989.

categoria era motivada pela discriminação que o trabalho doméstico sofria por ser tido como trabalho de mulher, como também por essa atividade profissional estar ligada ao passado de escravidão no Brasil.

Mais do que isso, as trabalhadoras afirmavam veementemente que o trabalho doméstico era sim produtivo, demonstrando sua importância econômica. Nesse sentido, se aproximam da interpretação de James e Dalla Costa. Além disso, na carta da associação baiana, estas adicionavam mais um ponto para análise: a consideração de que a categoria era formada majoritariamente por mulheres negras, chamando atenção a esse fato. Dessa forma, o pensamento do movimento político das trabalhadoras domésticas brasileiras foi-se construindo, não no debate de conceitos teóricos e/ou jurídicos, mas no fazer-se de sua luta.

A cada congresso nacional da categoria afinavam ainda mais suas ponderações e entendimentos acerca da realidade social, principalmente a partir da interação com outros movimentos sociais. Assim, a luta organizada da categorias e mostrava a sua única e verdadeira aliada. No sentido que reforçavam suas compreensões através de laços de aliança, solidariedade mútua e pertencimento.

Na prática, demonstram aquilo que James e Dalla Costa sugerem em seu artigo como forma de lutar contra a naturalização do papel de dona-de-casa: "Debemos salir de la casa; debemos rechazar la casa porque queremos unimos a otras mujeres..." (DALLA COSTA; JAMES, 2005, p. 13). Apesar de nesse momento não estarem em contato com esse texto, as trabalhadoras domésticas ousaram se unir em associações e ocupar o espaço público em prol de melhores condições de vida e trabalho para as mulheres.

Considerações finais

Nas décadas de 1970 e 1980, a questão conceitual sobre a natureza e valor do trabalho doméstico tinha uma dimensão política bastante relevante no contexto brasileiro. As domésticas elaboraram suas interpretações e contrariaram, assim, quem se utilizava da afirmação do trabalho doméstico ser improdutivo como forma de negar direitos e retirar as trabalhadoras dos

espaços públicos de discussão política, garantindo a manutenção da subalternidade de mulheres negras ao trabalho reprodutivo.

Contra essas posturas, defenderam o valor social do trabalho que produz cuidado, carinho, sossego, descanso, saúde, vigor, beleza, tornando possível a reprodução da força de trabalho. Dessa maneira, lutaram contra a discriminação de gênero, contra a hierarquização de classe e contra o racismo, contra a invisibilidade do trabalho reprodutivo e contra a manutenção de práticas escravistas. Diferente de Saffioti, perceberam que uma definição conceitual tem impactos sociais e usos políticos, que sob categorizações teóricas incidem também “mecanismos essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios” (NASCIMENTO, 2018. p.83)

Diante de todo o exposto, o que o desenvolvimento do trabalho doméstico no Brasil aponta é que a transferência do trabalho reprodutivo à doméstica provoca a acomodação das patroas diante do papel de dona-de-casa. Assim, diminui-se questionamentos e revoltas das patroas perante a divisão social do trabalho segundo os gêneros, pois quem carrega a família nas costas é a trabalhadora doméstica, enquanto a patroa libera-se para outras atividades.

Como o desenrolar da organização política das trabalhadoras domésticas brasileiras demonstra, a luta para quebrar a estrutura do trabalho reprodutivo é capitaneado pelas próprias trabalhadoras domésticas. Nesse sentido, a dona-de-casa patroa constitui mais um empecilho a ser superado. Como as domésticas concluem: “é nossa obrigação lutar contra a discriminação da mulher, principalmente da mulher negra, que além de ser discriminada pelos homens, também é desrespeitada pela mulher branca”.

Assim, para uma análise da questão do trabalho doméstico no Brasil é imprescindível colocar no centro que foram as mulheres negras trabalhadoras domésticas quem realizaram o trabalho reprodutivo para suas famílias e para a família dos patrões. Se para James e Dalla Costa é fundamental que a mulher saia de casa para se unir a outras mulheres, no Brasil vemos que as trabalhadoras domésticas ousaram sair da casa dos patrões, formaram

associações profissionais e reivindicaram os espaços públicos de disputa política, alcançando assim melhores condições de vida e trabalho.

Portanto, delineia-se a importância das associações profissionais de trabalhadoras domésticas, pois são essas mulheres, não as brancas patroas, quem são inovadoras ao se unirem contra as condições do trabalho reprodutivo. É esse o ponto do contexto histórico-social brasileiro que deve ser destacado nas análises feministas sobre o trabalho doméstico.

Referências

Fontes:

Relatório do V Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil – Recife/PE, 1985.

Relatório do VI Congresso Nacional das Empregadas Domésticas do Brasil – Nova Veneza/SP, 1989.

Bibliografia:

CASTRO, Mary Garcia. Trabalhadoras domésticas no Brasil: sujeitos ou sujeitadas na classe, no gênero e na raça?. **Princípios**, [S.L.], v. 1, n. 159, p. 126-150, 2020. Editora Cubo. <http://dx.doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.159.006>.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. **Las mujeres y la subversión de la comunidad**. 2005. [1972]. Disponível em: <<https://patagonialibertaria.files.wordpress.com/2014/10/mariarosa-dalla-costa-las-mujeres-y-la-subversion-de-la-comunidad-1971.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2022

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2016

FEDERICI, Silvia. **O Ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.1, n.132, set/dez, p. 595-609, 2007.

KAUFMANN, Tania. **A aventura de ser dona-de-casa (dona-de-casa X empregada)**. Rio de Janeiro: Arte nova S.A., 1975.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas- SP: Editora da UNICAMP, 2001.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual: Possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

SAFFIOTI, Heleith. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

SEGATO, Rita Laura. **O Édipo Brasileiro: A dupla negação de gênero e raça**. Série antropologia, (400), Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

Recebido em: 22.08.2022

Aprovado em: 31.01.2023

VIVÊNCIAS DOMÉSTICAS E PRÁTICAS MATRIMONIAIS NA FREGUESIA DA SÉ, SÃO PAULO, 1830 - 1870

DOMESTIC EXPERIENCES AND MARRIAGE PRACTICES IN THE PARISH OF SÉ, SÃO PAULO, 1830 - 1870

Gabriela Bernardes Andrade¹

(UNIFESP)

Resumo: Este trabalho tem por escopo analisar as práticas matrimoniais entre livres e libertos na Freguesia da Sé, núcleo central da cidade de São Paulo, entre as décadas de 1830 e 1870. Com o aporte de registros paroquiais, documentos de caráter censitário e processos de divórcio, delineamos um panorama demográfico dos nubentes da Sé, atentando para seu perfil e escolhas conjugais. Investigamos como a presença dos indivíduos que não se casaram apareceu na documentação, pensando seu perfil social e as formas de sobrevivência num cenário onde o casamento representava, sobretudo, uma forma de se fazer alianças políticas e econômicas. Por fim, adentramos o espaço doméstico e das relações vicinais e exploramos, em escala pormenorizada, o convívio cotidiano dos cônjuges e as evidentes relações de poder dentro do matrimônio.

Palavras-chave: Casamento; comportamentos conjugais; São Paulo

Abstract: The scope of this work is to analyze the marriage practices between free and freedmen in the Parish of Sé, central nucleus of the city of São Paulo, between the 1830s and 1870s. With the contribution of parish records, census documents and divorce processes, we outlined a demographic overview of the betrothed in the Sé, paying attention to their profile and marital choices. We investigated how the presence of individuals who were not married appeared in the documentation, thinking about their social profile and ways of surviving in a scenario where marriage represented, above all, a way of making political and economic alliances. Finally, we enter the domestic space and neighborhood relationships and explore, on a detailed scale, the daily life of the spouses and the evident power relations within marriage

Keywords: Marriage; marital behaviors; Sao Paulo

As práticas matrimoniais dos habitantes de São Paulo e seus efeitos na dinâmica social têm sido exploradas por pesquisas no âmbito populacional e familiar sobretudo para o período colonial, ou para as primeiras décadas do XIX. Neste trabalho, buscamos entender as escolhas matrimoniais dos habitantes

¹ E-mail: gb.andrade96@outlook.com

livres e libertos da freguesia central de São Paulo, seu perfil social e econômico, revisitando a documentação censitária de 1836 e os registos paroquiais da Freguesia da Sé até 1870. Assim, realizamos o levantamento dos dados contidos nas atas paroquiais de casamento e óbito, estipulando alguns recortes temporais entre as décadas de 1830 e 1870² - com o intuito de confrontar os resultados com outras pesquisas.

Estudos demográficos demonstraram que na cidade de São Paulo e em algumas paróquias mineiras, em finais do século XVIII e início do XIX, não foi predominante o tipo de família extensa. As áreas urbanas ou semi-urbanas e mineradoras se caracterizavam por um intenso fluxo de pessoas, como lugares considerados de passagem, impactando a constituição das unidades domésticas, a exposição de crianças e o acesso ao casamento (FARIA, 1997, p. 371-272). Situações como a presença do concubinato, a ilegitimidade e o número relevante de mulheres chefiando fogos desafia o historiador a refletir sobre o comportamento cotidiano, a sociabilidade e a construção de moradias. Por isso a importância de repensar os agrupamentos humanos em seus diversos formatos, levando em consideração a necessidade da pluralização do conceito de família e a coexistência de grupos de variadas origens étnicas (p. 375)

Privilegiamos o estudo sobre a família na cidade de São Paulo entre os anos de 1830 e 1870 por ser uma temática pouco mapeada pela historiografia especializada. Não há trabalhos referentes a este recorte espacial e temporal para investigar a história da família. Se já temos alguns trabalhos mapeando a vida econômica, política e social de São Paulo nessas décadas de meados do XIX, não há estudos sobre a composição doméstica e as dinâmicas familiares na cidade. Neste artigo, queremos conhecer os significados do matrimônio para os residentes na Sé.

Maria Luiza Marcílio foi pioneira ao explorar os movimentos demográficos dos habitantes de São Paulo na década de 1960, desde o período colonial até meados do século XIX, sob o olhar da demografia histórica. Em sua

² Foram analisados todos os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito elaborados entre os intervalos de 1834 a 1836, de 1843 a 1847, de 1854 a 1858 e de 1866 a 1870. Para viabilizar a pesquisa, optamos por selecionar cinco anos de cada década a fim de acompanhar determinados índices demográficos da Sé e estudar como algumas questões do âmbito familiar e social apareceram na documentação nesse arco temporal.

clássica tese, a historiadora desenhou um quadro populacional do núcleo central e seus bairros limítrofes, explorando o processo de ocupação da cidade e as principais características sociais e conjugais, através de listas nominativas de habitantes e registros paroquiais. Um dos principais traços sociais foi o alto índice de ilegitimidade entre os nascimentos registrados, refletido por uma baixa procura por sacramentar uniões e uma relevante proporção da população feminina sobre a masculina na cidade. Essa considerável parcela de mulheres habitando São Paulo mostrou-se predominantemente solteira e livre, sendo elevado também o índice de celibato definitivo - abrangendo 45,5% do grupo feminino acima dos 50 anos em 1798 (MARCÍLIO, 2014, p. 211).³ Na década de 1980, Eni Mesquita Samara chegou a conclusões semelhantes às de Marcílio quanto às relações conjugais na cidade de São Paulo. Com o aporte de inventários, testamentos e listas nominativas, a historiadora, Samara salientou que as escolhas matrimoniais eram atravessadas por critérios de cor e grupo social e as camadas mais elevadas da população acabavam tendo um acesso mais facilitado ao casamento do que as menos abastadas. A expressiva presença de indivíduos celibatários, a falta de pretendentes à altura e as despesas envolvendo a sacralização das uniões foram os principais indícios inibidores das uniões legalizadas em São Paulo (SAMARA, 1987/88, p. 91-105).

Em um recorte temporal mais recuado, Alzira Lobo de Arruda Campos buscou entender o processo de adaptação do matrimônio, moldado pelos valores sociais e culturais europeus, na sociedade colonial paulista. Os processos de divórcio, testamentos, petições, róis de desobriga e outros conjuntos documentais permitiram a autora esmiuçar os padrões seletivos matrimoniais e as relações informais que passavam longe daquelas sacramentadas pela Igreja. Casos de proles reconhecidas no momento do falecimento, situações de bigamias - propiciadas pelo nomadismo de seus

³ A categoria de celibato definitivo é utilizado em estudos de Demografia Histórica, principalmente em análises sobre os aspectos nupciais de uma sociedade, a fim de estipular a proporção de indivíduos que não aderiram ao matrimônio ao longo de seu ciclo de vida. A incidência de pessoas celibatárias foi calculada baseado nos métodos de Louis Henry, que determinou que dificilmente um indivíduo sairia da condição de solteiro a partir dos 50 anos em sociedades antigas. Isso não significa que essas pessoas não tenham mantido relações amorosas à margem do casamento ou relações sexuais em algum momento de sua trajetória de vida.

moradores -, casos de concubinatos e os maus tratos físicos e psicológicos que levavam a dissolução do matrimônio, foram fatores que evidenciaram a distância entre o discurso e a prática do casamento. Segundo Campos, os critérios de escolha dos cônjuges paulistas seguiam a tendência da homogamia e a formalização das uniões através do casamento estaria muito mais relacionada a interesses sociais e econômicos do que a busca por vínculos amorosos. Ou seja, o matrimônio era uma prática importante na manutenção de certos privilégios sociais e alianças econômicas (CAMPOS, 2003).

Já na década de 1990, Muriel Nazzari conduziu uma análise sobre as transformações na prática do dote na sociedade paulista, sua importância nos arranjos matrimoniais e seu gradativo desaparecimento. O dote, assim como o casamento, foi incorporada aos costumes da América Portuguesa e foi fundamental nos primeiros momentos de povoamento de São Paulo entre os indivíduos mais abastados. Eram importantes para a manutenção de privilégios, na consolidação de negócios familiares e na transmissão de bens legados às filhas. Os componentes do dote poderiam influenciar no tipo de negócio, na ocupação produtiva dos maridos e até mesmo determinar onde o casal residiria, uma vez que poderiam abranger pedaços de terra para cultivo, cabeças de gado, escravizados e ferramentas agrícolas. Essa prática garantia amparo para as filhas e caracterizava-se como um importante fornecedor de meios de produção e a consolidação da família como um núcleo produtivo (NAZZARI, 2001). Para Nazzari, a transformação da função da família, que cada vez mais deixava de ser uma unidade produtiva e se tornava uma unidade de consumo, influenciou diretamente no enfraquecimento do dote. Os vestígios de transformações na prática - que antes se pautavam em meios produtivos e depois em bens de consumo - representava não só um sintoma dessa mudança na sociedade paulistana, que principiava em meados do século XIX, mas uma transformação dos costumes matrimoniais (NAZZARI, 2001, p. 197).

As pesquisas destacadas compartilham senão o mesmo arco temporal, mas temporalidades muito próximas. A prática matrimonial envolvia questões complexas, atreladas à condição jurídica dos nubentes, aos interesses econômicos e principalmente às questões étnicas e raciais. A cidade de São

Paulo mostrou índices mais ou menos constantes, como uma alta ilegitimidade e uma baixa de matrimônios, esta reforçada por uma relevante incidência de celibatários. Ao mesmo tempo, essas análises permitiram verificar que, por mais que indivíduos de todas as camadas sociais aderissem ao matrimônio, este tinha um valor atrelado à garantia de subsistência dos envolvidos. Quais seriam então as condições de quem não se casava? Qual o peso do matrimônio para a vida dos nubentes, especialmente entre as mulheres? É possível depreender outras formas de convivência e relacionamento para além da união legalizada pela Igreja? Existiriam outros sentidos para o casamento em São Paulo no século XIX, além do que já foi levantado pela historiografia?

Dado a relevância dos indivíduos em celibato definitivo e proles ilegítimas em São Paulo, cabe investigar quais as condições daqueles que não se casavam e reunir vestígios do peso do matrimônio na vida dos habitantes da Sé, especialmente entre a população feminina. A intenção é verificar esses dados no tempo, para compreender se após a década de 1830 - momento que se concentram os estudos sobre o tema – existiram mudanças significativas no índice de celibato definitivo entre a população. Observamos também uma parca presença de pessoas divorciadas, separadas e mulheres com maridos ausentes nas listas nominativas e documentos paroquiais. Logo, intenciona-se problematizar como esses indivíduos apareciam na documentação e explorar como se dava a convivência cotidiana entre os casais.

No tópico a seguir apresentaremos um panorama demográfico dos nubentes da Freguesia da Sé, pensando a seletividade e o comportamento matrimonial dos moradores das ruas centrais de São Paulo, conjugando a análise de listas nominativas de habitantes com registros paroquiais. Investigaremos também a natureza dos arranjos domiciliares presentes na cidade, documentando vivências familiares diversas. Na sequência, exploraremos as relações conjugais e familiares concorrentes àquela recomendada pela Igreja, concentrando-se em investigar os celibatários, os divorciados e os separados em São Paulo.

Aspectos demográficos, arranjos domiciliares e comportamentos conjugais na Freguesia da Sé

Os arranjos domiciliares mostraram-se diversos entre as ruas centrais da cidade de São Paulo em meados da década de 1830. De um total de 919 domicílios arrolados nas listas nominativas da Freguesia da Sé, para o ano de 1836, definimos 23 deles como organizações domésticas indeterminadas⁴, seguindo os critérios propostos por Iraci del Nero da Costa⁵. Entre os 896 fogos sistematizados, observamos que os tipos mais numerosos foram os domicílios solitários ou singulares (29,8%), os domicílios sem família (24%) e os domicílios com famílias simples (31,3%). Em menor escala, temos os domicílios com família estendida ou ampliados (13,2%) e os domicílios com múltiplas famílias (1,7%)⁶. Esse quadro mostrou que os fogos de tipos extensos ou de múltiplas famílias não foram predominantes entre os logradouros centrais da cidade da Sé em 1836. A parcela de domicílios solitários (29,8%) era duas vezes maior que a soma dos domicílios extensos (13,2%) e aqueles com múltiplas famílias (1,7%). Quando examinamos as organizações domésticas monoparentais (11,6%) - formadas principalmente por indivíduos sem cônjuge e com filhos - em relação às extensas (13,2%), esse cenário se torna mais nítido, pois por pouco não se igualaram quantitativamente.

É importante ressaltar que esses dados corroboram pesquisas anteriores sobre os arranjos domésticos em centros mais urbanizados no século XIX, que demonstraram consideráveis parcelas de núcleos familiares pequenos, de

⁴ Para a análise dos arranjos domiciliares da Freguesia da Sé, a partir das listas nominativas de 1836, nos baseamos nas categorias domiciliares de Iraci del Nero da Costa, em seu trabalho *Vila Rica: População (1719 - 1826)*, publicado no ano de 1979. Dessa forma, contamos 23 fogos com organizações domésticas indeterminadas, ou seja, arranjos que não couberam nas categorias determinadas pelo autor ou que apresentaram estruturas muito ambíguas, sendo difícil determinar com alguma certeza a tipologia que se aproximava.

⁵ Iraci del Nero da Costa desenvolveu uma análise da composição dos domicílios de Vila Rica, Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX, tendo como base as categorias domiciliares de Peter Laslett. Costa adaptou os tipos domiciliares de Laslett para o contexto brasileiro, levando em consideração a presença de escravizados e agregados nas residências (COSTA, 1979).

⁶ Utilizamos cinco categorias para determinar a composição dos domicílios na Sé: (1) solitários, com chefes de domicílio solteiros ou viúvos vivendo sós; (2) sem família, com irmãos sem prole, parentes ou moradores sem laços coabitando; (3) família simples, com casais, indivíduos solteiros e viúvos com filhos; (4) família estendida, com familiares ascendentes, descendentes, colaterais e indeterminados; e por último os de (5) múltiplas famílias, com mais de um núcleo convivendo no mesmo domicílio. Dessa forma, construímos um quadro das estruturas domiciliares das ruas centrais da Freguesia da Sé em meados da década de 1830.

domicílios solitários e os chefiados por mulheres⁷. Categorias domiciliares desse tipo se manifestaram em localidades que, desde o final do século XVIII, ganhavam contornos mais urbanos, apresentando uma dinâmica populacional mais dispersiva e uma disparidade demográfica entre os sexos.

O núcleo urbano de São Paulo experimentou um processo de adensamento ainda no início do Oitocentos. Apesar dos entornos prevalecerem ruralizados, com chácaras nos arredores, os largos e as ruas centrais concentraram um misto de funções urbanas tais como comércio, administração civil, instituições religiosas e prédios residenciais. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, observou que em 1809 cerca de 1.281 imóveis foram cadastrados para a tributação da Décima Urbana - imposto predial com fins de taxaço de bens de raiz nas cidades brasileiras - nas Freguesias da Sé e Santa Ifigênia. Nessas freguesias centrais da cidade, quase a totalidade dos prédios eram residenciais e térreos, sendo poucos os exclusivamente comerciais e ou de uso misto. Outro dado relevante foi que metade dos edifícios eram destinados ao aluguel, revelando um cenário de concentração de imóveis para locação nos logradouros do centro (BUENO; ARRAES; MOURA; BORSOI, 2018, p. 10). Diante de um núcleo central com poucos prédios essencialmente comerciais e muitos imóveis residenciais, não foi desprezível a prática do comércio ambulante neste contexto, bem como salientou Maria Odila Leite S. Dias em *Quotidiano e Poder*. Quitandeiras, lavadeiras e negociantes, mulheres livres e escravizadas improvisaram seus ganhos nas ruas ou de casa em casa, por vezes morando sós ou com os filhos em domicílios e quartos de aluguel⁸.

Nas primeiras décadas do século XIX a Freguesia da Sé já se consolidava como núcleo urbano da cidade de São Paulo, com a área territorial delimitada pelos rios Anhangabaú e Tamanduateí. Nas imediações do Largo da Sé aglutinaram-se casas de negócio, tavernas, igrejas, prédios administrativos e

⁷Alguns pesquisadores já trataram sobre a diversidade dos arranjos domésticos em localidades mais urbanizadas no Oitocentos, podemos citar Denize Terezinha Leal de Freitas para Porto Alegre (RS), Mario Marcos Sampaio Rodarte para a província de Minas Gerais, Sílvia Maria Jardim Brugger mais especificamente para São João del Rei (MG) e Dora Isabel Paiva da Costa para Campinas (SP).

⁸Segundo Dias, não era incomum que proprietárias alugassem quartos para seus escravizados em ruas secundárias do centro da cidade, como no intuito de participar mais ativamente do comércio local. Eram agrupamentos que chamavam constantemente atenção das autoridades (DIAS, 1984, p. 91).

imóveis residenciais. Os distritos Norte e Sul da Sé - divisão feita a partir de uma sessão da Câmara Municipal em 1833 - concentravam as taxas mais elevadas de indivíduos escravizados e livres pobres. Também era uma freguesia de contrastes sociais, de convívio entre negociantes com diversos escravizados com mulheres empobrecidas na mesma vizinhança, como foi observado nas listas nominativas de 1836. Desde o final do século XVIII a Sé foi ganhando contornos mais urbanizados, podemos destacar alguns marcos, como a construção de fontes e chafarizes próximo a largos e igrejas, a inauguração da Casa da Ópera no Pátio do Colégio, o advento do Curso Jurídico no Largo São Francisco em 1828 e melhoramentos no calçamento de ruas centrais na década de 1850, especialmente nos arredores do Largo do Rosário (MOURA, 1954; SANT'ANNA, 2007). O desenvolvimento da cidade de São Paulo, nesse período, esteve mais atrelado à uma realidade socioeconômica dispersiva, de produção, comércio, transporte e serviços urbanos do que de um crescimento acentuado e sedentarização da população (MOURA, 2006).

O panorama familiar da Freguesia da Sé em meados da década de 1830 refletiu, de certa forma, essa característica movediça e dispersiva que São Paulo experimentou na primeira metade do século XIX. Segundo nosso levantamento, o tipo domiciliar mais frequente foi o de família simples, representando 31,3% de um total absoluto de 896 fogos. Esses fogos eram compostos por três subcategorias: (1) os domicílios só com núcleo, compostos apenas por casais ou casais em concubinato; (2) os domicílios de núcleo com filhos, formados por casais com filhos ou casais em concubinato com filhos; e por último (3) os domicílios monoparentais, compostos por indivíduos solteiros ou viúvos com filhos. Este último teve um peso significativo no levantamento, além de indicar importantes aspectos das dinâmicas conjugais naquele contexto.

Nos fogos monoparentais, contamos 94 domicílios chefiados por mulheres e apenas 10 chefiados por homens, demonstrando que era mais comum mulheres criarem seus filhos na ausência de um cônjuge. Esse dado corrobora a noção de que para algumas moradoras da região central da cidade a busca pelo matrimônio não era tão fundamental para sua sobrevivência, visto a quantidade de mulheres viúvas e solteiras em domicílios monoparentais. Com

exceção de 15 mulheres, todas as demais tiveram a fonte de seus rendimentos descritos nas listas nominativas, o que evidenciou os esforços femininos de manter a si própria ou prover seu domicílio. É possível destacar o caso de dona Joaquina Francisca Pereira, solteira, que vivia no segundo quarteirão do Sul da Sé com seus cinco filhos e outros seis escravizados. Além de costureira, dona Joaquina possuía rendimentos de casas, provavelmente advindos de aluguéis de residências. Já a viúva dona Pulquéria Maria de Barros, de 41 anos, moradora na Rua São Bento, tinha dois filhos pequenos e mais sete escravizados. Seus rendimentos eram provenientes dos jornais dos seus escravizados.

Nos domicílios sem família (24%), outro conjunto relevante no levantamento, verificamos casos de pessoas sem relações de parentesco convivendo na mesma residência - especialmente em quartos separados e nos baixos de sobrados. Eram agrupamentos com ausência de um núcleo familiar, com a presença de pessoas sem relações parentesco, irmãos sem filhos ou familiares distantes no mesmo domicílio. Cenário que se verificou no fogo 16, do estudante Estebão Francisco dos Anjos, na rua de São Bento. Estebão morava com mais duas escravizadas e no pavimento térreo do mesmo domicílio vivia o sapateiro Manoel José Barbosa e o caixeiro Antonio Francisco Vianna. Esse padrão de moradores com lojas e oficinas abertas nos fogos compartilhados diz muito sobre a função dos domicílios nas primeiras décadas do século XIX. As residências não serviam exclusivamente como moradas, possuíam adjacências onde se poderia abrir tendas ou lojas, conforme a necessidade dos residentes naquele meio, algo verificado também outros centros urbanos, como em Santos no mesmo período (BUENO, 2018, p.16).

Cabe destacar que quase metade dos domicílios sem família (103 de um total de 215 domicílios) não possuíam escravos e nem agregados em sua composição. Alguns mostraram-se diversificados, agrupando pessoas de diferentes estados civis e etnias, o que pode ser atrelado à realidade socioeconômica dos moradores. Dois casos se destacaram nas listas nominativas da Sé e podem representar essa realidade de agrupamentos diversos, sem escravizados e sem agregados, ambos localizados no quarteirão que abrangia a Rua da Feira, a Rua Jogo da Bola e o Largo São Francisco. Eram

fogos compostos por indivíduos adultos, pardos ou mulatos e sem nenhum laço de parentesco aparente. No primeiro fogo, chefiado pela viúva Maria Francisca, de 50 anos, vemos uma composição mais diversa, com dois homens e três mulheres - contando com Maria - todos pardos e naturais de São Paulo. A cabeça da casa era cega e não apareceu com um ofício designado, mas convivia com uma corneta, uma costureira e um carpinteiro - o único letrado e com o rendimento declarado. Os moradores possuíam estados civis diversos, além da viúva Maria Francisca, os dois homens eram solteiros, a jovem costureira era solteira e a outra mulher era casada - sem a companhia do marido. No mesmo quarteirão observamos o fogo da mineira Anna Francisca, mulata, com 58 anos, composto por mais duas mulheres e dois homens, todos mulatos, com ofícios e rendimentos declarados. Quase todos os moradores eram solteiros, com exceção da chefe da casa, a viúva Anna Francisca, e da costureira Maria, de 43 anos, que foi arrolada na documentação como divorciada. Nenhum dos residentes foram descritos como agregados ou dependentes de outro indivíduo do fogo - eram adultos e a maioria tinha formas de rendimento próprio.

Podemos ler ambos os casos como domicílios forjados por relações de ajuda mútua ou laços de afinidade entre indivíduos com condição social e econômica similares - e não como agrupamentos aleatórios. A presença de mulheres divorciadas ou de casadas com maridos ausentes, sem sobrenomes, reforçam a hipótese de que os vínculos forjados nesses domicílios poderiam ser fundamentais para a sua sobrevivência. Verificamos outros domicílios sem famílias que apresentaram composições essencialmente femininas, fogos de mulheres costureiras, engomadeiras e lavadeiras, em logradouros próximos à Ladeira do Carmo e à Travessa de Santa Thereza. Muitas delas se avizinhavam, desvelando uma rede de apoio mútuo que extrapolava o interior dos fogos e se firmava na vizinhança. A chefia feminina foi bastante expressiva nos domicílios da categoria sem família, contamos 100 mulheres cabeças da casa de um total de 215 domicílios. A maioria delas tiveram suas ocupações descritas, afinal, eram mulheres agenciadoras em seus fogos, vivendo de suas costuras, envolvidas com negócios e rendimentos próprios ou mesmo atuando como lavadeiras. As chefes eram majoritariamente solteiras e viúvas, em casos raros

encontramos casadas vivendo sem a companhia do marido e uma divorciada. As brancas e pardas se sobressaíram no conjunto, mas também encontramos mulheres mulatas e pretas como chefes de casa. Se por um lado, os domicílios sem família apontaram agrupamentos voltados para negócios abertos em suas adjacências, por outro, observamos arranjos cuja figura preponderante eram mulheres sem cônjuges. Esses dados sobre a composição dos domicílios são fundamentais para a percepção do panorama conjugal da Freguesia da Sé naquele momento, que demonstrava situações muito diversas e vários agrupamentos que tinham como característica principal a ausência de uniões formais.

Entre as amostras coletadas dos registros paroquiais de matrimônio, no período de 1830 a 1870, contabilizamos em média 33 casamentos anuais entre livres e libertos na Sé - incidência muito próxima daquela verificada por Marcílio entre 1820 e 1850, de 31 celebrações anuais na mesma freguesia⁹. Eram em sua maioria, uniões entre indivíduos com condições jurídicas similares, ou seja, entre iguais, ressaltando a premissa social de que os casamentos mistos eram rigorosamente desestimulados. Em uma sociedade escravista, a cor era um elemento de desqualificação social e isso ficou evidente nos registros de uniões legalizadas em São Paulo. As atas matrimoniais não indicavam a cor dos consortes, mas a condição jurídica veio discriminada: de 1.458 noivos, apenas 55 foram prescritos como libertos e forros, marcando sua passagem pela escravidão. Entre estes, foram mencionadas suas cores e etnias - pretos, crioulos e pardos - destacando-os num levantamento onde todos os outros nubentes não tiveram suas cores descritas. Em todo o período tratado, tivemos apenas 9 casamentos com pessoas escravizadas, sendo a maioria dos consortes forros, libertos ou descendentes de escravizados. Ao contrário dos registros paroquiais, o recenseamento de 1836 indicou as cores dos habitantes da Sé, contamos apenas 12 casais com cores diferentes, porém todos brancos e pardos, nenhum

⁹ De acordo com Marcílio, a média de casamentos calculada entre os anos de 1820 e 1850, de 31 por ano, foi a mais baixa do período analisado. As séries completas de matrimônios para os indivíduos livres começaram apenas em 1760, sendo assim, a autora verificou que entre 1760 e 1769 a média anual era de 38 casamentos celebrados. Já entre 1809 e 1818, foi observado uma elevação de casamentos, a média anual subiu para 82. No período seguinte, como mencionado, caiu para 31 casamentos por ano. (MARCÍLIO, 2014, p. 192).

deles nos "extremos sociais". Foi o caso de Felipe Neri Souza (40 anos), português e branco, casado com Gertrudes Maria (26 anos), parda. Moravam com dois filhos menores, também pardos, no fogo de número 40, no 3º Quarteirão do Norte da Sé, sem escravos e agregados.¹⁰ Esse padrão de seletividade matrimonial pautado na condição jurídica e nas cores dos nubentes também foi foco de análise de Campos, que verificou apenas nove casamentos inter-raciais entre a população livre no ano de 1804. De acordo com a historiadora, os cônjuges não apresentaram indícios de prestígio social, sugerindo que não fosse comum casamentos mistos entre os mais abastados (CAMPOS, 2003, p. 122 e 123). Em todo o levantamento não foi encontrado nenhum consórcio entre brancos e pretos.

Para explorar outros critérios de escolhas maritais, recompomos o estoque marital da população da Freguesia da Sé, ou seja, investigamos a totalidade de pessoas disponíveis para o mercado matrimonial em relação às que já passaram pelo casamento. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* determinaram que, além do consentimento dos pais, existia uma idade mínima para o consórcio: as mulheres ficavam habilitadas a casar a partir dos 12 anos de idade e os homens, a partir dos 14 anos.¹¹ Utilizamos essas idades como parâmetro de análise, pois torna-se possível construir um quadro conjugal dos moradores de ambos os sexos da região central da cidade, viabilizando uma comparação intersexual. Voltamos às listas nominativas de 1836 para perscrutar os movimentos conjugais do núcleo urbano da cidade de São Paulo, pois essa documentação é a mais completa para São Paulo em dados censitários em relação às anteriores. Para elaborar os quadros populacionais da Sé, consideramos os dados daqueles que tiveram sua idade e status marital declarados no levantamento. A estrutura etária da população foi dividida entre jovens (12 a 19 anos), adultos (20 a 59 anos) e velhos (a partir de 60 anos),¹² a fim de perceber índices demográficos e comportamentos sociais

¹⁰ Maços de População - Freguesia da Sé, 1836. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/macos_populacao.

¹¹ VIDE, 1853, Livro Primeiro, Título LXIV, parágrafo 267, p. 109 e 110.

¹² Alguns estudos demográficos utilizaram outros critérios etários para caracterizar a população e realizar suas análises. Silvia Maria Jardim Brugger, por exemplo, considerou como crianças aqueles com idade até os 10 anos, os adultos aqueles entre 11 e 45 anos e os velhos os indivíduos acima dos 46 anos, ao realizar a sistematização dos dados presentes nas listas

dos moradores das ruas centrais de São Paulo. Dessa forma, é possível estudar o conjunto populacional da freguesia e a proporção de casados entre os dois sexos neste ano. A seguir, apresentamos duas tabelas que sumarizam os dados da população feminina e masculina da Sé em 1836.

Tabela 1. Contagem de indivíduos livres e libertos, por idade, estado marital e sexo (1836)

Idade	SEXO MASCULINO					SEXO FEMININO				
	Solteiro	Casado	Viúvo	Divorciado	Total por grupo etário	Solteira	Casada	Viúva	Divorciada	Total por grupo etário
12-15	110	-	-	-	110	111	3	-	-	114
16-20	151	3	-	-	154	154	43	2	-	199
21-25	124	26	-	-	150	130	43	4	-	177
26-30	88	39	-	-	127	132	74	7	-	213
31-35	40	51	2	-	93	61	30	10	-	101
36-40	40	50	3	-	93	76	42	22	1	141
41-45	25	36	6	-	67	40	25	20	1	86
46-50	12	40	5	-	57	37	27	23	1	88
51-55	19	25	4	-	48	30	10	20	-	60
56-60	20	13	2	1	36	23	7	19	-	49
61-65	8	10	3	-	21	19	3	14	-	36
66-70	5	10	4	-	19	8	1	9	-	18
71+	4	3	6	-	13	13	2	9	-	24
Total	646 (65,4%)	306 (31%)	35 (3,5%)	1 (0,1%)	988	834 (63,9%)	310 (23,8%)	159 (12,2%)	3 (0,1%)	1.306

Fonte: Maços de população - Freguesia da Sé (1836).

Um primeiro ponto a ser considerado quando observamos os dados organizados nas Tabelas 1 e 2, foi a preponderância do grupo feminino em relação ao masculino no ano de 1836, com um total de 1.306 mulheres para 988 homens. Esse cenário corrobora as análises de demografia e relações familiares no século XIX, que haviam indicado uma quantidade relevante de mulheres em

nominativas de Minas Gerais do século XIX. Ela justificou que era comum nesse período indivíduos com 10 ou 11 anos terem ocupações, sendo assim uma possível marcação do início da idade produtiva. Na presente pesquisa, utilizei os padrões etários adotados por Maria Luiza Marcílio em sua tese sobre São Paulo.

São Paulo. A mobilidade geográfica do grupo masculino por empreendimentos no interior ou em outras localidades foi apontada por diversos pesquisadores como uma justificativa consonante desse traço populacional (HOLANDA, 1966, p. 55-111; MARCÍLIO, 2014; DIAS, 1984). De todo modo, temos que a freguesia central seguiu a tendência encontrada na cidade por outros estudos, sendo o grupo feminino aproximadamente 32% superior ao dos homens naquele ano.

Esse cenário não se restringiu somente a década de 1830, Marcílio averiguou que no ano de 1765 a população feminina também prevaleceu na Freguesia da Sé. Os dados levantados a partir da lista nominativa daquele ano indicou 2.078 mulheres livres em relação à 1.754 homens, do mesmo grupo social.¹³ Já no recenseamento de 1798, a historiadora decidiu traçar um panorama populacional de toda a cidade e apurou uma tendência similar: um grupo de 8.298 mulheres para 6.931 homens. Mesmo com os desmembramentos das circunscrições eclesiásticas da Sé nos anos seguintes e a subdivisão dos habitantes em outras freguesias, observamos que em um recorte de pouco mais de setenta anos, a população feminina paulistana era predominante em termos de proporção, na Sé e na cidade de São Paulo.

Observamos que, além da proeminente quantidade de mulheres habitando a área central da cidade, os moradores da região da Sé eram relativamente jovens e adultos. Contamos 1.672 indivíduos entre 12 e 40 anos de idade, uma proporção equivalente a 73% de um total de 2.294 habitantes. Essa relevante taxa de população jovem foi ressaltada por teorias demográficas - principalmente por Louis Henry e Maria Luiza Marcílio - como uma característica de populações antigas antes de uma transição demográfica ou em vias de desenvolvimento, como verificado em regiões europeias no século XVII e XVIII (MARCÍLIO, 2014, p. 158). Trata-se de um cenário bastante plausível para a realidade que São Paulo viria a experimentar a partir de meados do século XIX, com a aceleração do processo de urbanização e um crescimento populacional mais acentuado.

¹³ O recenseamento de 1765 permitiu que a pesquisadora levantasse informações como idade, condição e estado marital apenas para a população livre da Freguesia da Sé, pois eram os dados que se apresentaram mais consistentes. Não foi possível construir quadro semelhante para a população de toda cidade e muito menos para a parcela escravizada. (MARCÍLIO, 2014, p. 148).

Outro ponto relevante foi a proporção de indivíduos solteiros em 1836, quando comparados com os números de casados e viúvos. De fato, o casamento não era uma prática largamente difundida entre os moradores da região central da capital paulista, além disso, foram notadas algumas diferenças entre as relações conjugais praticadas entre homens e mulheres no período. As solteiras estavam em maior número, com 834 (63,9%) para um total de 1.306 moradoras, um número bem expressivo. Já as casadas representavam 310 pessoas (23,8%) e as viúvas 159 (12,2%) do total. Outras três mulheres foram declaradas como divorciadas nas listas nominativas em 1836. Entre o grupo masculino, os solteiros também se sobressaíram, constituindo 646 (65,4%) dos homens. Os casados somavam 306 (31%), os viúvos 35 (3,5%) e somente um divorciado foi listado na documentação. Apesar de verificarmos números aproximados de homens e mulheres casados na Sé, percebemos algumas variantes, especialmente se empregarmos uma análise considerando a estrutura etária. Isso porque a incidência de casados variava de acordo com o sexo e estágio da vida em que se encontravam.

Ao observar os dados dos mais jovens, pessoas entre 12 e 20 anos de idade, vimos que a população feminina costumava aderir ao matrimônio em idade mais baixa do que a masculina. A historiografia mais recente demonstrou que esse cenário não era incomum no século XIX e que muitos casamentos não aconteciam em idades muito precoces. Em São João del Rei, Minas Gerais, Silvia Maria Jardim Brugger constatou padrões etários matrimoniais para indivíduos livres muito próximos aos observados na região central de São Paulo, na década de 1830 e 1840 (BRUGGER, 2007, p. 97). Em uma temporalidade mais recuada, no ano de 1813, em São Paulo, Campos verificou que os casamentos pubertários não eram prestigiados, a projeção dos nubentes se acentuou nas listas nominativas somente a partir dos 21 anos. As situações de casamentos com mulheres abaixo dos 15 anos de idade não foram tão significativas para influenciar nos índices conjugais. Portanto, o modelo conjugal existente na cidade era do tipo intermediário. Segundo a historiadora, apesar da legislação apontar uma faixa etária apropriada para o casamento, existiam questões que

implicam na sociabilidade do casal, como a maturidade e adaptação à vida de casados, bem como demonstraram os autos de divórcio.

Se o padrão etário marital apontava que os homens tendiam a se casar mais tarde que as mulheres na Sé, era de se esperar que os casais apresentassem uma diferença de idade, especialmente maridos mais velhos que as esposas. Os dados refletiram uma parcela expressiva de casais em idades discrepantes, contamos 115 casais com mais de 10 anos de diferença, uma representação expressiva de 49% de um conjunto de 237 casais estudados. Deste total, 88 consortes apresentaram até 5 anos de diferença e apenas 8 casais com a mesma idade. Os casos de mulheres mais velhas que os maridos apareceram, mas em menor proporção, sendo mais comum aquelas com diferenças de até 3 anos em relação aos maridos. Foram raras as exceções de mulheres com idades mais avançadas que seus cônjuges: encontramos uma com 18 anos de diferença, uma com 20 anos de diferença e outra 25 anos mais velha, ou seja, somente três para toda a Sé.

As diferenças etárias entre os nubentes se espelharam visivelmente nos índices de viuvez averiguados nos quadros populacionais da Freguesia da Sé em 1836. Entre o conjunto de viúvos arrolados, o grupo feminino somava 159 (12,2%) de um total de 1.306 mulheres, e o masculino apenas 35 (3,5%) de 988 homens. Observamos que as mulheres se tornavam viúvas mais novas que os homens e a faixa etária de maior concentração foi entre os 36 e 55 anos, com 85 mulheres. A parcela masculina de viúvos mostrou-se bem distribuída entre os grupos etários, o intervalo de idade com maior incidência foi entre 41 e 55 anos de idade, com 15 homens. Entendemos que as diferenças etárias entre os consortes explicam apenas em parte os índices de viuvez na Sé. É bem plausível a hipótese de que essa baixa concentração de homens viúvos seria um reflexo da prática de maridos mais velhos que as mulheres, já que poderiam naturalmente vir a falecer antes delas. Mas é preciso considerar também uma busca maior dos viúvos por segundas núpcias, pois o baixo índice de viuvez entre os homens atravessou todas as faixas etárias. Uma nova consorte poderia representar uma figura de cuidado com possíveis filhos menores, um auxílio nos rendimentos da casa e até novas alianças políticas e econômicas.

Em contrapartida, uma maior quantidade de mulheres viúvas indicaria que elas não procuravam se casar novamente, especialmente a partir dos 36 anos, quando a viuvez passou a se acentuar. Os recenseamentos demonstraram diversas viúvas, chefes de família, entre 40 e 60 anos, sobrevivendo de seus rendimentos, sozinhas ou junto de seus familiares. Esses casos evidenciaram que muitas mulheres viúvas seguiam com seus ofícios e outras formas de sobrevivência, sem a necessidade de um novo cônjuge para aliviar nos rendimentos - cenário já comprovado na análise da composição dos domicílios da Sé. Temos, por exemplo, Josefa Felícia, de 63 anos, parda e viúva, que morava na Rua Direita com mais três mulheres pardas, que tinham entre 30 e 60 anos. Não ficou explícito se eram familiares ou agregadas, mas era provável que auxiliassem Josefa em sua taberna de gêneros do país. A maior parte das chefes de família viúvas localizadas no recenseamento possuíam alguma fonte de rendimento, o que nos leva a pensar que a indiferença pelas segundas núpcias poderia se apoiar no fato de não existir a necessidade de um apoio financeiro provido por uma figura masculina.

Passando para a análise das atas paroquiais da Freguesia da Sé produzidas no Oitocentos, vimos que nelas eram indicados o estado marital apenas de quem já havia passado pelo matrimônio, como homens e mulheres viúvas. Para os demais nubentes não foram indicadas informações mais específicas, o que nos leva a presumir que se tratava de indivíduos em suas primeiras núpcias - o que representaria uma maioria nos registros, totalizando 1.333 solteiros (91,4%). Desta forma, contamos 125 viúvos (8,5%) casando em segundas núpcias na Sé, de um total de 1.458 esposos e esposas nas amostras coletadas entre 1830 e 1870. Posto isso, calculamos a frequência de celebrações por segundas núpcias na Sé, que variava de 3 a 8 por ano, sem extrapolar a quantidade de 11 matrimônios em um único ano, como aconteceu em 1848. Com o respaldo dos dados auferidos a partir das amostras, estipulamos que aconteciam em média 5,6 casamentos por segundas núpcias na Sé por ano, sendo que a média de matrimônios celebrados na freguesia foi de 33. Quanto ao perfil de viúvos que aderiram ao casamento mais uma vez, percebemos que

os homens sobressaíram na documentação, foram 71 para 54 mulheres - uma incidência de 24% em relação ao grupo feminino.

Celibato definitivo e os arranjos conjugais na Sé

Ficou evidente nas tabelas populacionais da região central de São Paulo que entre 1830 e 1872 os habitantes eram predominantemente solteiros. Essa tendência sinalizou para a existência de uniões consensuais não reconhecidas pela Igreja e na presença significativa de proles ilegítimas. A estratégia de análise da população por sexo e por idade possibilitou a investigação dos aspectos nupciais da Sé, inclusive a proporção intersexual de solteiros e as taxas de celibato definitivo entre os habitantes livres e libertos.

Como foi ressaltado, entre o grupo feminino a fração de solteiras foi proeminente em relação a população absoluta da Sé, sobretudo nas faixas mais jovens. Das 1.306 mulheres residentes na freguesia central, 834 delas eram solteiras, representando 63,9% do total. O intervalo etário de 12 a 30 anos concentrou um expressivo número de solteiras, somando 527 moças. Apesar de aderirem às uniões legalizadas mais jovens que os homens, geralmente antes dos 20 anos, alta incidência de mulheres solteiras prevaleceu no ano de 1836. Entre a parcela masculina, a proporção de solteiros foi mais baixa, representando 646 (65,4%) de um total de 988 habitantes masculinos. Assim como o grupo feminino, a parcela de homens solteiros era superior na amostra e se concentrou entre a faixa etária de 12 a 30 anos de idade, com 473 indivíduos. Ainda assim, as mulheres eram maioria entre os habitantes da Sé e, conseqüentemente, também superior no número de solteiras.

A população jovem e solteira, apesar de grande maioria na região central da cidade - o que reforça a noção de que os casamentos não eram pubertários em São Paulo no início do século XIX - poderiam vir a contrair o matrimônio em algum momento de sua vida. Portanto, coube estipular a incidência de pessoas que não se casaram, ou seja, calcular o índice de celibato definitivo entre os habitantes da Sé. Para a análise, selecionamos os indivíduos a partir dos 50 anos, a média determinada por estudiosos para averiguar quem não se casava, e estendemos até o limite etário descrito na documentação. Além da idade,

dividimos os grupos por sexo e cor, a fim de esquadrihar o perfil dos celibatários na década de 1830, na Freguesia da Sé.

Tabela 2 - Índice de celibato definitivo entre a população livre e liberta da Sé (1836)

IDADE	HOMENS		MULHERES	
	Total de solteiros	Total da população masculina	Total de solteiras	Total da população feminina
50-59	33	94	56	124
60-69	20	48	38	76
70-79	7	20	11	20
80-89	-	4	7	11
90+	1	1	-	1
	61 (36,5%)	167	112 (48,3%)	232

Fonte: Maços de população - Freguesia da Sé (1836).

Os dados demonstraram que a proporção de solteiros a partir dos 50 anos foi de 48,3% para as mulheres e 36,5% para os homens, considerando a totalidade dos habitantes da Sé nas mesmas faixas etárias. O celibato foi mais proeminente entre o grupo feminino, sendo 112 solteiras no total, quase o dobro do grupo masculino, que compreendeu 61 solteiros. Marcílio determinou as taxas de celibatários entre os habitantes da Sé no ano de 1798, pois o recenseamento daquele ano foi o primeiro a trazer informações mais completas sobre a idade, o estado marital e o sexo da população livre. Ela verificou que entre as mulheres de 40 a 59 anos, o índice foi de 45,5% e entre os homens foi de 34,3%, para a mesma faixa etária, considerando a freguesia central. Ao estipular os índices de celibato da população livre para todo o município, a proporção de solteiros acima dos 50 anos foi de 35,2% para as mulheres e de 26,5% para os homens, um resultado paralelo ao encontrado na Sé. No entanto, a diferença fundamental entre a população essencialmente urbana da Sé e os outros bairros periféricos, sobretudo os rurais, seria que entre estes o casamento aconteceu em maior proporção. Quando Marcílio considerou toda a

população paulistana, os índices diminuíram, demonstrando que os fregueses da Sé tendiam a permanecer solteiros em relação aos habitantes de outras freguesias (MARCÍLIO, 2014, p. 211).

Os índices de celibato definitivo não se alteraram significativamente entre os anos de 1798 e de 1836, na Freguesia da Sé, pelo contrário, nossa análise apontou para uma permanência desse hábito nesse intervalo. Se Marcílio calculou uma taxa de 45,5% para as mulheres em 1798, vimos que para o ano de 1836 foi para 48,3%; entre os homens, em 1798 o índice foi de 34,3% para 36,5% em 1836. É difícil atribuir uma explicação definitiva para os níveis significativos de celibatários na Sé, mas podemos pensar em algumas hipóteses. Os deslocamentos populacionais podem ter influenciado nos arranjos cotidianos e nas formas de se viver na cidade, principalmente quando consideramos a região mais urbanizada da cidade, que atraía tropeiros e onde se instalava casas de comércio e a administração política da Província. As ruas centrais da Sé concentravam passantes, forasteiros, comércio ambulante e outras possibilidades de trabalho, nos quais os indivíduos livres se engajaram na busca por formas de ganho e sobrevivência. A população feminina e pobre não ficou excluída desse cenário. A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, deparou-se com diversas mulheres livres e libertas, ocupando-se como padeiras, quitandeiras e lavadeiras, sobrevivendo de seu ganho e mantendo seu domicílio com apoio de familiares e da vizinhança (DIAS, 1984). Apesar de incentivado pela Igreja, o casamento poderia não ter um peso muito substancial nos arranjos sociais dos homens e mulheres da região central, pela própria possibilidade de sobreviver sem o suporte de um cônjuge.

Se no início do século XIX vemos uma proporção significativa de habitantes celibatários, quais seriam os índices para as próximas décadas? Seria possível analisar esse aspecto no tempo? Os registros paroquiais de óbito permitiram estipular o celibato definitivo da população, já que a idade dos falecidos geralmente era indicada. Para tal, seria necessário selecionar a porção de indivíduos solteiros falecidos com mais de 50 anos a fim de verificar a incidência de celibatários a partir dessa documentação. Para a Sé, as atas de sepulturas mostravam as idades da maioria dos falecidos, isso quando não

estipularam esse dado a partir das características físicas ou através de algum conhecido. Através os registros de óbitos coletados entre os anos de 1830 e 1870, determinamos o índice de celibato definitivo considerando o número de solteiros, casados e viúvos a partir dos 50 anos. Assim, conseguimos analisar os aspectos nupciais da população mais velha que faleceu na Sé.

Tabela 3. Índice de celibato definitivo entre livres e libertos, população acima dos 50 anos - Freguesia da Sé (1830-1870)

PERÍODO	HOMENS	MULHERES
1834-1836	58 (36,3%)	81 (48,2%)
1843-1847	92 (14,2%)	171 (30,5%)
1854-1858	129 (21%)	153 (32%)
1866-1870	167 (25,1%)	173 (43,4%)

Fonte: Registros Paroquiais de Óbito, 1830 - 1870. Family Search.

A tabela indicou que entre as décadas de 1830 e 1870, os índices de celibato definitivo na freguesia central foram elevados entre as mulheres, na verdade, nunca estiveram inferiores a 30% entre esse grupo, levando em consideração a população acima dos 50 anos. Foi uma situação bastante distinta da população masculina, que experimentou uma variação de 14% a 36% com o passar dos anos. Observamos que as taxas de celibatários calculadas a partir das listas nominativas de 1836 - que apontaram 48,3% para as mulheres e 36,5% para os homens - foram confirmadas pelos índices coletados dos registros paroquiais entre 1834 e 1836, de 48,2% para o grupo feminino e 36,3% para o grupo masculino. Ou seja, o índice de celibatários na década de 1830 era relevante não só entre as mulheres como também entre os homens, evidenciando o cenário de poucas uniões legalizadas naquele contexto. No período seguinte, entre os anos de 1843 e 1847, percebemos uma queda na quantidade de homens solteiros e um aumento daqueles casados, mostrando um quadro bastante contrastante em relação às mulheres. Calculamos uma proporção de 30,5% de mulheres celibatárias para 14,2% de homens celibatários.

No período de 1854 a 1858, a quantidade de casados continuou preponderante entre o grupo masculino acima dos 50 anos, o que resultou uma proporção de 32% de celibatárias para o grupo feminino e 21% de celibatários para o grupo masculino. Interessante ver que os números de celibatários voltaram a subir em relação aos resultados calculados na década anterior. A queda observada entre 1843 e 1847 não significou uma tendência, muito menos entre o grupo masculino que havia baixado consideravelmente a taxa de solteiros. Ou seja, a adesão ao matrimônio não se mostrou gradativa com o passar dos anos, mesmo na década de 1850 observamos a perpetuação da manutenção do status de solteiro ao longo da vida - o que não significa a ausência de relações amorosas ou sexuais. Já no último período, de 1866 a 1870, as taxas de celibato definitivo voltaram a subir e se aproximou daquela determinada na década de 1830 - ao menos para o grupo feminino. Observamos a mesma tendência dos anos anteriores: uma maioria de mulheres solteiras e uma maioria de homens casados. Calculamos um total de 43,4% de mulheres celibatárias para 25,1% de homens celibatários na Sé.

A análise da composição dos domicílios mostrou que as mulheres solteiras tiveram seu destaque na chefia das residências nas listas nominativas de 1836, vivendo com seus filhos, com agregados e até mesmo e com escravizados. No entanto, é importante ressaltar a presença de mulheres casadas e chefes de domicílio na documentação. Muito se discutiu na historiografia sobre as mulheres chefiando lares e com "maridos ausentes", termo que poderia sugerir que pudessem ter sido abandonadas pelos seus cônjuges. Porém, o termo "ausente" quase não apareceu na documentação, pelo menos não diretamente atribuído aos maridos das cabeças da casa. Ficou evidente que a ausência dos maridos nos domicílios poderia abranger diversas situações, mostrando a complexidade das relações conjugais no período.

Os maridos ausentes e o divórcio silenciado

Nem sempre as mulheres com maridos ausentes eram colocadas como chefes de domicílio na Sé, na década de 1830, demonstrando as diversas facetas que essa situação poderia apresentar. Vimos em alguns fogos cônjuges

apartados apenas temporariamente, como o exemplo de Bernardo das Dores, de 40 anos, e Maria Theodora, de 23 anos, moradores do 1º Quarteirão do Sul da Sé. Bernardo era o cabeça da casa, tinha ocupação de tropeiro e andava de viagem para fora da cidade de São Paulo, tratava-se, de certa forma, de um marido ausente. Maria Theodora havia ficado em casa, com quatro crianças muito novas, provavelmente seus filhos. Nesse caso, trataram de especificar que Maria “vivia em companhia de seu marido”, ou seja, mesmo na ausência deste, ela não tinha a mesma autoridade sobre sua casa. Apesar de não conter explicitamente o termo “ausente” nos casos averiguados, entendemos que essas pessoas viviam apartadas de seus cônjuges, seja por separação não legalizada, abandono ou simplesmente por viver em domicílios diferentes - como poderia acontecer no caso de agregados e escravizados. Outro ponto importante verificado na documentação foram as situações de separações temporárias na Sé, onde era especificado o paradeiro do esposo, frisando a autoridade que este tinha sobre o seu domicílio e sua família. De certa forma, as ausências provocadas pelas separações temporárias se diferenciavam daquelas que não eram especificadas.

Encontramos apenas quatro pessoas divorciadas vivendo na Sé em 1836, sendo três mulheres e um homem - como demonstrou a Tabela 1. Todos eles viviam no Sul da Sé, mais especificamente nos quarteirões que abrangiam a Rua Jogo da Bola, a Rua da Feira e o Largo de São Francisco. Tinham entre 39 e 53 anos e sobreviviam de seus próprios rendimentos. Dona Gertrudes Mendes era branca, tinha 50 anos, era quitandeira e chefiava seu domicílio, onde vivia com mais dois menores, escravizados. Já Joaquim da Silveira, branco e com 53 anos, vivia de seu soldo, também chefe da casa onde morava com um escravizado, que era pedreiro, e mais duas pessoas sem vínculos especificados. Outro caso foi o de Antonia Angélica, também branca, cabeça da casa, com 39 anos, que vivia de seus bens, que lhe rendiam 200\$000 réis. Morava com dois escravizados e outras duas mulheres, uma delas “encostada”. Antonia Angelica era vizinha de Joaquim da Silveira. Por último, temos Maria, de 43 anos, mulata, que vivia de suas costuras, que rendiam a ela 40\$000 réis. Era a única que não chefiava um domicílio, morava com outras 4 pessoas, todas mulatas e com ocupações

profissionais. Para Maria, é possível que essa rede de apoio tenha sido fundamental para manter-se naquele momento. As listas nominativas, de caráter serial e demográfico, impõem limites quanto às motivações e a opção pelo divórcio nesses casos.

Nos registros paroquiais averiguamos indivíduos que viviam apartados de seus cônjuges seguindo os vestígios dos batismos realizados na Sé, registrados com pais incógnitos. Com base na coleta de dados entre os anos de 1830 e 1870, contamos apenas 28 casos de uma totalidade de 4.713 batizados. A maior parte dos genitores eram mulheres casadas que viviam separadas de seus cônjuges há muitos anos. Vimos Joaquina Branca de Oliveira como um dos casos que se destacaram nos registros da Sé, pois chegou a batizar dois filhos de pais incógnitos, um em 1855 e outro em 1857. Ela declarou que vivia separada do marido há muito tempo, o nome do cônjuge e o do pai dos batizados não foram mencionados. Joaquina poderia viver amancebada com outro homem, já que não tinha mais contato com seu marido e teve filhos depois de separada. No caso, pode ter optado em omitir nomes para evitar escândalos sociais. Já Antonia Maria Pinheiro destoou dos casos de mulheres casadas que não viviam mais com os seus maridos, pois no batismo de seu filho Francisco, em 1856, consta que era casada com Antonio Navalhada, mas o pai da criança era incógnito. Antonia declarou que Navalhada se ausentou por tanto tempo de sua vida que nem sabia dizer onde existia. Possivelmente tratava-se de um caso de abandono por parte do marido, já que a mãe da criança não escondeu a informação de que era casada e nem o nome do cônjuge, ressaltando a sua ausência por tantos anos. Interessante notar que, com exceção de um caso, todos os batizados apareciam como filhos de pais incógnitos e não de "maridos ausentes". Outras expressões foram utilizadas para essas situações como "vive separada do marido há muitos anos" ou "ausente do marido e não souberam dizer o nome", caracterizando que tratavam-se de separações informais. A percepção dos membros eclesiásticos sobre a prole nesses casos foi bastante curiosa, vimos que os padres da Sé qualificaram 16 crianças de mães casadas com pais incógnitos como filhos

naturais, enquanto os demais permaneceram sem nenhuma informação no que diz respeito à sua filiação.

O divórcio e a nulidade dos casamentos eram riscos à ordenação espiritual da sociedade, uma vez que implicam na negação do sagrado matrimônio - vínculo que deveria ser indissolúvel aos olhos da Igreja (CAMPOS, 2003 p. 552). Arruda Campos, em *Casamento e Família em São Paulo colonial*, analisou casos de divórcio em diferentes localidades da Capitania de São Paulo. Ao contrário da nulidade de matrimônio, que implicava na dissolução permanente do vínculo, o divórcio se restringia à separação do leito e da habitação (p. 540.) Em seu levantamento encontrou diversas motivações para a ruptura da união legal, os maus-tratos físicos, os castigos severos aplicados pelos maridos e os adultérios foram algumas das causas mais comuns das desavenças conjugais observadas na documentação. Estas situações poderiam também motivar as separações não oficiais, como observou Arruda Campos em casos em que a esposa primeiro abandonou o marido para depois recorrer ao divórcio institucional (p. 528.) A vida matrimonial mostrava-se bastante desafiadora especialmente para as mulheres, já que eram as que mais solicitaram a dissolução do vínculo junto às autoridades eclesiásticas (p. 536).

O conjunto documental que abrange os processos de divórcio e nulidade de matrimônio é um dos poucos que nos permite adentrar às portas dos espaços domésticos e explorar as relações conjugais mantidas entre esposos naquele momento. Entre os anos de 1830 e 1870, período que corresponde ao arco temporal desta pesquisa, contabilizamos um total de 274 processos de divórcio e nulidade de matrimônio para a província de São Paulo, salvaguardados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. A catalogação dos processos de divórcio e nulidade de casamentos foi organizada de forma onomástica, dificultando o levantamento imediato dos casos por região e a seleção da documentação específica da cidade de São Paulo. Logo, optamos por explorar entre os documentos de divórcios existentes os nomes dos nubentes que se casaram na Sé, através das amostras de registros paroquiais e matrimônios realizados entre as décadas de 1830 e 1870. Dessa forma,

podemos confrontar os dados existentes para os cônjuges em diferentes documentações.

Entre o conjunto de processos de divórcio, trabalharemos com três casais que contraíram matrimônio na Sé no período analisado. Iniciaremos com o caso de Francisco Antonio de Almeida Mello e dona Felizarda Joaquina Pinto de Menezes Castello Branco, que se casaram em setembro de 1832. De acordo com a ata de matrimônio, Francisco era natural de Sorocaba e filho legítimo de Luciano de Almeida Mello com dona America Antonia. Já a contraente, dona Felizarda Joaquina, era natural da cidade de São Paulo e filha legítima de Caetano Pinto Homem e dona Maria Eugenia Alves Pinto. Os dois eram fregueses da Sé e se uniram em matrimônio na casa do coronel Francisco Alvares do Amaral. No ano seguinte, em agosto de 1833, o casal batizou seu primeiro filho, Americo, também em casa do coronel Francisco do Amaral, sendo Caetano Homem e dona Maria Eugenia seus padrinhos.

Em uma petição redigida em 1834, dois anos após o matrimônio, Francisco Antonio de Almeida Mello, que dizia sempre tratar a esposa com “[...] aquelle decoro que se requer no estado conjugal [...]”, queixou-se de um ocorrido em sua residência envolvendo Caetano Homem e o coronel Francisco do Amaral. Segundo Francisco Mello, por pequenas e vãs desavenças domésticas, seu sogro e o coronel - tio de Felizarda - apareceram em sua casa armados, pela noite, e levaram sua esposa embora sob o pretexto de ter sido maltratada por ele. O cônjuge, indignado, acusa que a ação dos homens foi despótica e criminosa, e solicitou que a sua senhora retornasse amigavelmente para sua residência e, que se fosse o caso, solicitasse o divórcio. Francisco Mello ainda intimou os envolvidos para resolver a questão e citou que não estava tendo contato com seu filho, que naquele momento tinha apenas dez meses. Nas páginas seguintes do processo, vemos que o casal optou pelo divórcio, por desarmonia entre as partes, sendo o coronel Francisco do Amaral procurador de Felizarda, por esta encontrar-se “pejada”, ou seja, grávida prestes a dar à luz. Como desdobramento da separação do casal, Francisco Mello cedeu o dote do casamento com a esposa que ele administrava e certa quantia de dinheiro, mas ficaria com os dois filhos pequenos para que fossem criados por ele. Americo,

na época com dez meses, se juntaria ao pai após o período de cinco meses, “[...] logo quando se desmamam [...]”, e assim seria o destino da criança que nasceria após o divórcio.¹⁴

No processo de divórcio entre Francisco Mello e dona Felizarda Joaquina não houve testemunhas, uma vez que ambos se mostraram dispostos a encarar a separação mutuamente. Ainda que Francisco tenha alegado que tratava muito bem a esposa e que tinham apenas pequenos conflitos domésticos, vimos que o pai e o tio de Felizarda precisaram intervir, com posse de armas, no intuito de tirá-la de uma situação de maus-tratos. Eram familiares muito próximos do convívio social do casal e isso se provou nos registros paroquiais: o matrimônio e o batizado do primeiro filho foram realizados na casa do coronel Francisco do Amaral e Caetano Homem figurou como padrinho do seu neto, junto de sua esposa. A intervenção familiar se fez necessária, do ponto de vista dos parentes de Felizarda, para a sua proteção. É importante mencionar que os envolvidos gozavam de certo prestígio social, a contar pelos títulos e patentes descritos. Seria possível que tivessem evitado mencionar a difícil convivência do casal e possíveis violências sofridas por Felizarda para evitar mais escândalos?

Procuramos nas listas nominativas da Freguesia da Sé do ano de 1836, dois anos após a separação formal do casal, pelos nomes dos envolvidos no processo e nos registros paroquiais. Encontramos apenas o nome de Felizarda, vivendo no fogo de número 12, no 4º quarteirão do Sul da Sé, na casa do seu pai com mais três irmãos mais novos e outros seis escravizados. Caetano Pinto Homem era tenente-coronel e almoxarife da Fazenda, tinha 52 anos e foi dado a rol como viúvo em 1836. Já sua filha Felizarda, que tinha 21 anos na ocasião, foi declarada como casada, mas sem nenhuma menção sobre o marido e os filhos. Interessante perceber que mesmo após dois anos do divórcio, Felizarda foi arrolada como uma mulher casada, ainda que existissem outras pessoas classificadas como divorciadas no recenseamento do mesmo ano - marcando provavelmente o estigma social de ser uma divorciada. Se levássemos em conta apenas essa documentação, deixando de lado o processo de divórcio,

¹⁴ Processo de divórcio e nulidade de matrimônio: Francisco Antonio de Almeida Mello e Felizarda Joaquina Pinto (1834). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 15-26-353.

poderíamos supor que o caso de Felizarda era de uma mulher com um possível marido ausente.

O segundo processo de divórcio localizado foi do alemão Henrique Wiemann¹⁵ e Margarida Justa, que se casaram em julho de 1844 e se divorciaram onze anos depois, em 1855. Através da ata de matrimônio do casal, localizada no livro paroquial da Freguesia da Sé, vimos que Henrique havia nascido na Alemanha e era filho legítimo de Felipe Wiemann e Carolina Balles. Já Margarida era filha legítima de Mathias Justo e Madalena Causela, não sendo mencionada a sua naturalidade. Apesar de o casal ter contraído matrimônio na Sé, o processo de divórcio foi realizado na Freguesia do Brás, onde o casal provavelmente residia na ocasião. Foi Margarida Justa que entrou com o pedido de divórcio. Ela alegou que sempre tratou seu marido “com simpatia”, como se é “exigido numa relação conjugal”, mas que seu marido passou a desrespeitá-la com xingamentos, e que “chegou ao ponto de dizer-lhe que devia retirar-se da casa, se não queria sofrer alguma coisa de mais”. Além disso, soube que seu marido tinha uma amizade ilícita com Antonia Maria do Espírito Santo, conhecida como Antoninha, moradora de uma casa na Descida do Tabatinguera, conservando-a como sua amasia notória entre os moradores da região.

Todas as testemunhas do processo alegaram que era de conhecimento geral que Henrique Wiemann vivia amasiado com Antoninha. Pedro Rostancher, alemão de 30 anos e negociante, disse que Henrique tinha até pedido para que ele falasse para Antoninha ir até sua chácara, na ausência de Margarida, pois precisava de uma mulher, mas ela se recusou a ir. João Ollicher, também testemunha, era alemão e negociante, além de cunhado e compadre de Margarida. Comentou que nunca viu Henrique frequentar a casa de Antoninha, mas afirmou que já ouviu dizer que os dois mantinham uma relação ilícita. A testemunha José Amaro, por sua vez, trouxe mais detalhes sobre o escândalo envolvendo Wiemann e Antoninha. José tinha 70 anos, era africano e carpinteiro e tinha sido camarada de Henrique há algum tempo. Na ocasião, o alemão

¹⁵ O sobrenome “Wiemann” também apareceu em outras documentações com a grafia de “Viman” para se referir às mesmas pessoas.

mandava através de José materiais como palha e fumo para que Antoninha pudesse trabalhar fazendo cigarros. Henrique ainda mandava José cobrar os rendimentos da venda e Antoninha lhe respondia que não tinha mais dinheiro. O carpinteiro afirmou que tudo isso acontecia às ocultas de Margarida, esposa de Wiemann. Ainda completou que “[...] agora aparecendo Antoninha com um filho que tem muitas semelhanças com o Reo, geralmente todos dizem que é filho do mesmo [...]”. E que apesar de muita gente dizer que Antoninha e Henrique mantinham relações ilícitas, ele mesmo nunca viu Henrique entrar em sua casa.¹⁶

Pelas declarações das testemunhas, Henrique também mantinha uma parceria de trabalho com Antoninha, fornecendo matéria-prima, e havia contatado a mulher diversas vezes através de terceiros que, como testemunhas não se comprometeram a afirmar categoricamente mas indicaram a “voz pública”, a notoriedade do caso e, ainda mais com a semelhança do filho, ficava difícil negar. Margarida Justa conseguiu o divórcio sob a justificativa de maus-tratos e adultério. No censo de 1860, cinco anos após o divórcio, Margarida vivia sozinha na freguesia da Sé, numa casa térrea de número 29, do lado esquerdo da Descida do Bexiga - próxima do Largo de São Francisco e do Pátio do Cruzeiro, onde moravam muitos alemães. Foi arrolada como Margarida Viman - com o sobrenome do marido -, casada, natural da Alemanha, com 36 anos e vivendo de fazer cigarros. Sua ocupação era a mesma de Antoninha, o que nos leva a supor que Henrique também fosse produtor de fumo, uma vez que forneceu materiais para ela e possuía uma chácara no Brás. No Almanaque administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo para o ano de 1857, vimos que na chácara de Wiemann se produzia destilados, licores e velas.¹⁷ Assim como no caso anterior, observamos que mesmo após o divórcio, Margarida foi dada a rol no recenseamento de 1860 como uma mulher casada e com o sobrenome do marido - embora não tivesse sido declarada

¹⁶ Processo de divórcio e nulidade de matrimônio: Henrique Wiemann e Margarida Justa (1855). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 15-38-493.

¹⁷ Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de S. Paulo para o anno de 1857 / organizado e redigido por Marques e Irmão. 1º anno. S. Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857, p. 149-150. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2208>.

anteriormente como Wiemann. Inclusive em seu registro de óbito, em dezembro de 1870, Margarida fora tratada como Wiemann e indicada como esposa de Henrique, ao falecer repentinamente na Sé. Esses casos revelam que poderia haver mais indivíduos legalmente divorciados do que eram descritos, pois essas mulheres exemplificam situações de divorciadas que apareceram em outras documentações como ainda casadas.

Por último, temos o caso de Domingos Lopes de Carvalho e Candida Joaquina Fernandes que se casaram na Sé em junho de 1855 e se divorciaram em 1857. De acordo com o registro de casamento, Domingos era português, filho legítimo de José Lopes de Carvalho e Maria Rosa, e tinha um armazém de molhados e gêneros da terra na rua da Esperança, onde provavelmente residia.¹⁸ Candida era filha natural de Francisca dos Prazeres e Joaquim Antonio Fernandes, que a legitimou em testamento. Os noivos eram fregueses da Sé, sendo o casamento celebrado em casa da mãe da contraente, Francisca dos Prazeres. Dois anos após o matrimônio, Candida entrou com um pedido de divórcio de Domingos, queixando-se que este era muito violento, lhe batia com regularidade e a insultava com injúrias.

A primeira testemunha do processo foi o caixeiro de Domingos Lopes, o jovem Florido Jose de Souza, de apenas 16 anos. Por fazer pouco tempo que morava na casa, disse não saber de nada, mas afirmou que o marido de Candida se embriagava com frequência. Já Joana Maria de Jesus, de 29 anos, filha de Anna Portugal, disse já ter presenciado Domingos dar bofetadas na esposa. Relembrou uma ocasião, em Pirapora, em uma festa, onde presenciou Domingos lançar um ferro de engomar na esposa. Segundo a moça, o pior não aconteceu, pois, um homem com o nome de Francisco - que aparentemente não era próximo do casal - interveio entre os dois. Ela também já ouviu Domingos chamar a sua esposa de "cabrita", de maneira depreciativa e desrespeitosa. A mãe de Candida, Francisca dos Prazeres, também foi testemunha, confirmando as agressões em Pirapora e outros maus-tratos físicos

¹⁸ Almanak administrativo, mercantil e industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1857 / organizado e redigido por Marques e Irmão. 1º anno. S. Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857, p. 141. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2208>.

que a filha sofria do marido. Havia presenciado Domingos xingar Candida com palavras indecentes e “que por decencia não se escreve”.¹⁹

Nos registros paroquiais de batismo encontramos duas filhas de Candida e Domingos, uma nascida em junho de 1857 e outra em maio de 1858, sendo Francisca dos Prazeres avó e madrinha das duas crianças. Candida Fernandes acabou falecendo no parto da sua segunda filha, com 20 anos, aparecendo como casada e esposa de Domingos Lopes em seu registro de óbito e não como divorciada. O status de divorciada parecia ser rejeitado e até mesmo escondido por recenseadores nos censos e pelos padres nos registros paroquiais, reforçando a reprovação social sobre o tema no passado. Ainda que essas mulheres tenham se esforçado para cessar os abusos dos seus cônjuges através da separação legal, assumir o novo status jurídico parecia ser um tabu, já que o divórcio representava um risco à ordenação espiritual da sociedade.

As queixas dos cônjuges nos processos de divórcio, especialmente das mulheres, foram muito similares àquelas observadas por Arruda Campos em seu estudo sobre as relações conjugais em São Paulo no período colonial. Os xingamentos, os maus-tratos, os castigos físicos e os adultérios figuraram entre os principais obstáculos na vida a dois, evidenciando machismo e a violência que muitas mulheres casadas enfrentavam no cotidiano. Através dessas denúncias podemos notar uma evidente relação de poder entre os cônjuges naquele momento, do marido sobre sua esposa. Nos casos estudados, não houve situações em que as esposas reagiram às injúrias e humilhações ou tentaram replicar as agressões dos seus maridos. As situações de castigos físicos eram praticadas pelos homens, seja por momentos de embriaguez ou por desavenças domésticas.

Apesar disso, vimos que os círculos de convivência dos casais interferiam nos assuntos maritais, seja testemunhando a favor dos suplicantes nos processos de divórcio ou até realizando intervenções domésticas em casos de maus-tratos físicos. Eram familiares e conhecidos que estavam presentes não apenas em ocasiões formais, como a sacramentação da união e o batizado dos

¹⁹ Processo de divórcio e nulidade de matrimônio: Domingos Lopes de Carvalho e Candida Joaquina Fernandes (1857). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, 15-39-307.

filhos, mas no próprio cotidiano dos cônjuges, vivenciando e observando as experiências matrimoniais. Isso não ficou explícito apenas nos processos de divórcio aqui analisados, mas também nos acordos pré-nupciais que envolviam os contraentes. Arruda Campos destacou que as redes de parentela e vizinhança do casal participavam de todas as etapas burocráticas antes do matrimônio, desde os esponsais - promessas formais de futuro matrimônio aos familiares - até os banhos matrimoniais - o ato de tornar público a união e oportunidade para denúncias de impedimento (CAMPOS, 2003, p. 192 e p. 211).²⁰ Ainda que essa vigilância social e institucional prevalecesse sobre os nubentes, vimos que não era incomum experiências sexuais e conjugais transgressivas e proibidas pela Igreja.

A análise dos arranjos domiciliares da Freguesia da Sé para a década de 1830 apontou uma frequência notável de residências solitárias, de domicílios sem família e daqueles com famílias simples, categoria que abrange também os agrupamentos monoparentais. Os dados apresentaram importantes indícios sobre as dinâmicas conjugais, com destaque para as figuras de mulheres solteiras e viúvas à frente de domicílios na região central da cidade. Sobrevivendo de seus próprios rendimentos e tecendo redes de apoio mútuo que transpassavam os limites dos agrupamentos domésticos e se estendiam pela vizinhança, encontramos mulheres em idades diversas que não buscaram firmar novas uniões matrimoniais. Esse cenário foi verificado nas tabelas populacionais da Sé para o mesmo ano - construída através da observação da estrutura matrimonial dos moradores da região central - que mostraram parâmetros conjugais distintos para cada sexo. Embora o casamento não tenha sido uma prática latente na freguesia entre os anos de 1830 e 1870, constatamos que a parcela masculina da população tendia a manter laços matrimoniais com mais afinco que as mulheres.

²⁰ Um caso bastante emblemático de banho matrimonial foi encontrado por Silvia Brugger, para a cidade de São João del Rei, Minas Gerais, em 1846. Proclamados os banhos de João Evangelista Pereira da Cunha e de Ana Maria Nicolina, surgiram diversas denúncias de impedimento por conhecidos. Alegavam que a mãe da noiva, Maria Jesuina do Carmo havia se envolvido em um escandaloso concubinato com o contraente João Evangelista, ainda quando seu marido Manoel Oliveira Dias era vivo. Um dos denunciante era o próprio irmão de João Evangelista. Configurava-se, portanto, um impedimento de afinidade ilícita em primeiro grau. (BRUGGER, 2007, p. 63).

Em consonância com os resultados do estudo dos arranjos domiciliares, foi observado na documentação eclesiástica uma parcela relevante de mulheres solteiras, especialmente as celibatárias. O estudo conjugado dessas fontes nos leva a hipótese de que havia uma escolha na adesão ao matrimônio entre a população feminina, muitas delas não buscaram o matrimônio - seja por afinidade, por interesses financeiros ou sociais. Aquelas que optavam pelo consórcio marital, o faziam mais jovens que os homens, algo que também refletiu na distância das idades entre os cônjuges naquele momento. É preciso lembrar que essa diferença etária esteve diretamente ligada a relações de gênero praticadas no contexto, discursos que reforçavam os papéis de atuação social de cada sexo e o zelo pela honra da mulher: do comando do pai passaria a ser diretamente tutelada pelo marido.²¹

É importante mencionar que os critérios conjugais na Sé também foram atravessados pela conjuntura escravista vigente no período, algo que orientou as escolhas matrimoniais e resultou numa maioria de casamentos entre pessoas de condições jurídicas e cores iguais. Mesmo que algumas mulheres pudessem optar pelo matrimônio ou não, essa escolha estaria relacionada a critérios de cor e condição socioeconômica, uma vez que se casar implicava em despesas financeiras e questões burocráticas.

O tema da mulher "com marido ausente", já abordado pela historiografia, se revelou complexo na documentação analisada, pois abrangeu não apenas o abandono marital, mas evidenciou cenários de separações informais ou sazonais. Muito mais comum foi a indicação de mulheres casadas que não viviam mais com seus maridos, especialmente em atas de batismo, que revelou uma prática paradoxal dos vigários e padres que por vezes registravam os filhos como naturais e não como ilegítimos. A presença das mulheres casadas como cabeças da casa ou até mesmo sem cônjuges no recenseamento, quando confrontadas com uma documentação de caráter qualitativo como os processos de divórcio, evidenciou um estigma social envolvendo as pessoas divorciadas, principalmente mulheres. Mesmo após atravessar um casamento conturbado e

²¹ Sobre a construção de normas sobre o comportamento sexual entre gêneros, principalmente sua presença em discursos religiosos e documentos do Brasil Colônia, verificar (ALGRANTI. 1992).

uma separação legal, algumas mulheres ainda eram registradas em diferentes documentos com seu status de casada ou com seus nomes atrelados ao nome do seu ex-cônjuge. Esse fator pode estar relacionado diretamente aos valores morais da sociedade da época, em alguns casos, à reputação feminina e a ideia de subordinação ao esposo - mesmo depois do divórcio, já que a mulher não estaria sob tutela do pai depois da experiência do matrimônio. Foi o que ocorreu com Margarida Justa Wiemann, que depois de se divorciar do marido, mudou-se para a Sé onde vivia sozinha e tinha a ocupação de fazer cigarros, foi registrada como esposa do seu antigo marido no seu registro de óbito quinze anos após sua separação legal. Não encontramos casos similares para homens no período estudado.

Outro ponto constatado foi a baixa incidência de casamentos em todo o período. As dinâmicas de sobrevivência, as práticas comerciais e de deslocamentos periódicos de pessoas na cidade podem ter interferido nos modos de viver e de se relacionar, sobretudo em meados do século XIX. Por fim, queremos destacar o resultado que a pesquisa trouxe sobre as taxas de celibato definitivo entre a população acima dos 50 anos, os índices se mantiveram altos desde a década de 1830 até 1870 entre a parcela feminina da população. Para os homens, observamos que o quadro de indivíduos casados encontrou uma estabilidade nos últimos períodos analisados, apesar de oscilações nas taxas de celibatários. Esses resultados demonstraram que as dinâmicas matrimoniais eram complexas na Sé, mesmo em se tratando da freguesia central da capital da província. Se o casamento era incentivado nas missas e pregações religiosas, nos catecismos e na moral divulgada nos romances de folhetim - embora o casamento fosse, sobretudo para as elites, tomado como uma importante forma de aliança social e econômica - para a maioria da população residente na cidade em meados do XIX a realidade cotidiana foi outra, marcada por alianças familiares improvisados e particulares, com fraca incidência institucional.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750 – 1822)**. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992, Tese.

BUENO, B. P. S.; ARRAES, E. A.; MOURA, N. M. de; BORSOI, D. F. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, 2018, p. 10.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei - séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COSTA, Iraci del Nero da. **Vila Rica: População (1719 - 1826)**. São Paulo: Ensaios Econômicos 01, IPE, FIPE, USP, 1979.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia/** Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HOLANDA, S. B. de.. História - Movimentos da População em São Paulo no século XVIII. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (1), 1966, p. 55-111.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750 - 1850**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MOURA, Denise A. Soares de. **Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo, 1808 - 1850**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MOURA, Paulo Cursino de. **São Paulo de outrora: evocações da metrópole**. 3.ed São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento de dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAMARA, Eni Mesquita. Estratégias Matrimoniais no Brasil do Século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-105, set, 87/fev.88.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822--1901)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typ. 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853, Livro Primeiro, Título LXIV, parágrafo 267, p. 109 e 110. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Acesso oem 17.11.2023.

Recebido em: 25.11.2022
Aprovador em: 21.07.2023

***"NÓS PRECISAMOS ESTAR NOS LUGARES DE DECISÃO":
VOZES DO MOVIMENTO FEMINISTA
EM CAXIAS DO SUL (1982- 2003)***

***"WE NEED TO BE IN THE DECISION-MAKING ROLES":
VOICES FROM THE FEMINIST MOVEMENT
IN CAXIAS DO SUL (1982- 2003)***

Katani Maria Monteiro Ruffato¹

(PPGH-UCS)

Rúbia Hoffmann Ribeiro²

(UCS)

Resumo: O artigo analisa aspectos da história do movimento feminista em Caxias do Sul/RS a partir das trajetórias de oito militantes da União Caxiense de Mulheres (UMCA) e da União Brasileira de Mulheres – seção Caxias do Sul (UBM). O recorte temporal situa-se entre a criação da UMCA, em 1982, e ano de 2003, início dos governos populares, que culminou em uma distensão dos movimentos sociais brasileiros. As trajetórias destas mulheres são (re)construídas a partir de entrevistas de história oral, as quais permitem reflexões acerca das demandas, tendências e estratégias do feminismo em Caxias do Sul, com a intenção de contribuir para a construção de um quadro mais amplo sobre o movimento feminista no Brasil. Propõe-se, ainda, observar como a história oral amplifica as vozes dessas mulheres no processo que as constitui feministas ao destacar quais

Abstract: The paper analyzes aspects of the history of the feminist movement in Caxias do Sul/RS based on the trajectories of eight militants from the União Caxiense de Mulheres (UMCA) and União Brasileira de Mulheres - Caxias do Sul section (UBM). The time frame is between the creation of the UMCA, in 1982, and year 2003, the beginning of the popular governments, which culminated in a distension of the Brazilian social movements. The trajectories of those women are (re)constructed from oral history interviews which allow reflections about the demands, trends and strategies of feminism in Caxias do Sul with the intention of contributing to the construction of a wider picture about the feminist movement in Brazil. It is also intended to observe how oral history amplifies the voices of those women in the process that constitutes them as feminists by highlighting which difficulties and limits were imposed on them and how they put in check certain

¹ E-mail: kmmontei@ucs.br

² E-mail: rhribeiro1@ucs.br

dificuldades e limites lhes foram impostos e como colocaram em xeque certas imagens a elas atribuídas ao elaborar uma nova identidade.

Palavras-chave: História das mulheres. **Keywords:** Women's history. Feminism. Feminismo. História Oral. Oral history.

Introdução

[A] “[...] pessoa está em constante movimento; ela não só atravessa um processo, ela é um processo” (SILVA, 2019, p. 232-245)

Norbert Elias

Muitas mulheres brasileiras, por um longo tempo excluídas do espaço público, passam os 21 anos da ditadura civil-militar buscando romper com o papel de gênero a elas imposto ao contestarem tal regime. Na década de 1970, há uma efervescência no desenvolvimento de uma consciência política feminista ao questionarem sua condição enquanto mulher na sociedade, seja no espaço privado, seja no espaço público e, até mesmo, dentro de movimentos progressistas que defendiam mudanças na sociedade. Emergem desse período como protagonistas pelo movimento de Anistia, pela Redemocratização e construção da Constituição Cidadã (PINTO, 2003). Alargam sua inserção no mercado de trabalho, superam os homens no ensino superior, entram no século XXI conquistando leis e políticas públicas que atendem suas especificidades e demandas relacionadas ao seu sexo e ao seu gênero, como a Lei Maria da Penha³ (2006) e a Lei de Feminicídio⁴⁵ (2015).

³ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em 26/02/2023

⁴ Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em:26/02/2023

⁵ No contexto da pandemia, destacam-se a mobilização por Justiça para Mariana Ferrer, que levou a publicação da Lei 14.245/2021, que prevê punição para constrangimentos sofridos por vítimas de violência sexual em julgamentos. E a organização das mulheres em defesa da dignidade menstrual e contra o veto da distribuição gratuita de absorventes, temas que tiveram muita repercussão na cena pública.

Além de promover a repercussão e a adesão ao movimento, esses resultados da luta feminista suscitaram uma reação conservadora, que pode ser interpretada pela forma como se deu o processo de impeachment de Dilma Rousseff e o aumento nos índices de feminicídio no país. Ainda em 2019, o Atlas da Violência⁶ indicava o aumento no número de homicídio de mulheres, com 13 mortes por dia, o maior número registrado desde 2007. No período, o documento apontava a preocupação com a flexibilização da posse e do porte de armas no sentido de tornar mais grave tal quadro. Fato que foi verificado durante o período da pandemia, como demonstra o Atlas da Violência de 2021⁷. Além da flexibilização do porte de armas, o isolamento das vítimas com seus agressores durante a pandemia da Covid-19 dificultou as denúncias. Assim, embora esse documento revele que o número de morte de mulheres em decorrência da sua condição de gênero diminuiu entre 2009 e 2019, o homicídio de mulheres por causas indeterminadas aumentou. Ao levar em consideração os casos de subnotificação, a ausência do registro da causa de morte como feminicídio nos boletins de óbito do sistema de saúde, e o fato de ter aumentado o homicídio de mulheres dentro das residências enquanto o número de casos na rua diminuiu, o relatório conclui que, de fato, houve um aumento da violência doméstica no Brasil.⁸

⁶ Atlas da violência 2019. / Org.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. p.35. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6363-atlasdaviolencia2019completo.pdf>. Acesso em: 26/02/23

⁷ Atlas da violência 2021. / Org.: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. p.41. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 26/02/2023

⁸ Outro levantamento corrobora com a afirmação de que houve aumento na violência contra a mulher. É o caso do relatório "Visível e Invisível: A vitimização das mulheres no Brasil" (2021), elaborado pelo Fórum de Segurança Pública em parceria com o Datafolha, que revela a discrepância entre dados oficiais, que indicaram uma queda nos registros policiais de lesão corporal dolosa, ameaça, estupro e estupro de vulnerável contra mulheres, enquanto houve um aumento na violência letal - feminicídio e homicídio de mulheres - no mesmo período analisado. O mesmo relatório aponta que 73,5% da população têm a percepção de que a violência contra a mulher aumentou durante a pandemia. E, em 12 meses monitorados, identificou que 1 a cada 4 mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência. Relatório

No contexto dos movimentos pela redemocratização do país, no início da década de 1980, surgem em Caxias do Sul/RS duas entidades representativas do protagonismo feminino nas lutas sociais: a União Caxiense de Mulheres (UMCA), fundada em 1982, e a União Brasileira de Mulheres (UBM), constituída em 1988. As duas entidades contavam com representações locais, foram os espaços que aglutinaram as reivindicações coletivas pela volta do Estado democrático e as lutas pela conquista e garantia de direitos para as mulheres.

Se hoje as mulheres ocupam esse lugar de protagonistas na luta por mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, é bom lembrar que nem sempre esse lugar foi permitido a elas. Investigar sobre o movimento feminista significa dar continuidade a um projeto de superação da exclusão e opressão de mais da metade da população brasileira, pois retira da invisibilidade e inscreve na história a participação política desse grupo humano.

Ao oferecer a oportunidade de escuta dos relatos de mulheres que fizeram parte do movimento feminista emancipacionista⁹ na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, buscamos, por meio da memória individual de oito feministas, investigar qual a memória coletiva que emerge das narrativas dessas agentes históricas (HALBWACHS, 2013). Como essas mulheres se constituíram enquanto feministas? Quais aspectos das trajetórias de vida das entrevistadas contribuíram para a formação de uma consciência política e feminista? Como a memória sobre essa parcela do movimento feminista pode contribuir para a construção de uma identidade positiva sobre as mulheres e sua participação na política? Além disso, por que privilegiar a história oral como método para contar uma história das mulheres? Estas são as questões que propomos privilegiar nesta escrita.

disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

⁹ Beatriz Monteiro Lemos (2021) cita Loreta Valadares (1990) ao ressaltar que o feminismo emancipacionista compreende a opressão específica da mulher como intimamente ligada ao surgimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes (LEMOS, 2022).

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

Para a realização das entrevistas,¹⁰ elaboramos um roteiro de perguntas que auxiliaram no desafio de responder as questões aqui apresentadas. Acreditamos que os problemas levantados por essa história resultem no encontro entre a história oral de vida dessas mulheres militantes com a história oral temática¹¹ sobre o movimento feminista em Caxias do Sul. Assim, o roteiro de perguntas foi construído no sentido de perceber quais aspectos de suas trajetórias de vida marcaram o despertar político e a constituição enquanto feministas. Esse roteiro era composto pelas seguintes perguntas: como você começou a se interessar por movimentos políticos e sociais?; como e quando você se percebeu feminista?; o que significa para você ser uma feminista emancipacionista? Também elaboramos questões referentes à temática do movimento de mulheres: quais eram as principais reivindicações e quais práticas e estratégias eram utilizadas? As narradoras que participaram dessa história são: Eremi Melo, nascida em 4 de fevereiro de 1965, natural de Vacaria/RS, metalúrgica e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos; Ivani Teresinha Francisco de Lima, nascida em 24 de dezembro de 1957, é educadora e foi vice-presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM) do Rio Grande do Sul e, atualmente, faz parte de outro movimento de mulheres chamado Ação da Mulher Trabalhista (AMT) ; Ivanir Fátima Perrone, nascida em 3 de outubro de 1959, em São Joaquim/SC, é dirigente do Sindicato dos Comerciários; Jocemar Conceição Barbosa, Joce, como gosta de ser chamada, nascida em 8 de dezembro de 1966, é auxiliar administrativa. Foi presidente e secretária da Associação de Moradores do Bairro Sagrada Família, em Caxias do Sul, vice-presidente e secretária-geral da União das Associações de Bairros (UAB), e umas das fundadoras da União de Mulheres de Caxias do Sul (UMCA); Joceli Aparecida de Queiroz, a Jô, nascida em 15 de março de 1965, em Caxias

¹⁰As entrevistas foram realizadas por Rúbia Hoffmann Ribeiro de forma presencial, em Caxias do Sul, em locais escolhidos pelas entrevistadas, durante os anos de 2019 e 2020. Todas as entrevistas foram transcritas e autorizadas pelas entrevistadas.

¹¹A história oral de vida é o gênero de história oral em que “trabalha-se com o ‘protagonismo narrativo do colaborador’”. Já a história oral temática “tem sempre um assunto central a ser focalizado e trabalha com versões interpretativas organizadas por redes de colaboradores” (MEIHY, 2020. p.67-69).

do Sul, é telefonista, atual presidente da UBM Caxias do Sul e coordenadora do Conselho Municipal de Direitos da Mulher (COMDIM); Lourdes Zobot, nascida em 25 de julho de 1957, na cidade de Casca/RS, formada em Relações Públicas, ex-presidente da UBM Caxias do Sul; Mari dos Santos Nery, nascida em 7 de junho de 1962, em Caxias do Sul, é aposentada e ex-presidente da UMCA; Solange Silva Carvalho, nascida em 8 de novembro de 1961, em Caxias do Sul, é professora de História e dirigente do 1º Núcleo do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do (CPERS).

1.História das mulheres e oralidade

No intuito de publicizar, neste artigo, a experiência de uma escuta sensível às vivências feministas deste grupo de mulheres de Caxias do Sul, evocamos Michelle Perrot quando afirma não serem as mulheres “passivas nem submissas”. Segundo a historiadora:

A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p. 212).

Se há um consenso hoje em dia de que a história de grupos marginalizados e/ou “excluído” e a imagem construída sobre esses foram criadas, em grande parte, através do ponto de vista de indivíduos privilegiados e do sexo masculino, o que acaba acarretando distorções, cabe o cuidado das pesquisadoras e dos pesquisadores em não reproduzi-las.

De acordo com Marta Gouveia de Oliveira Rovai, é importante que historiadores e historiadoras promovam “o diálogo e a reflexão sobre experiências diversas, múltiplas, que sempre existiram, apesar de ignoradas” (ROVAI, p. 193-194). A publicização de suas histórias, pelo ato da escrita e do

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

diálogo, não significa “trazer à tona a verdade guardada sobre elas, mas colaborar para colocá-las diante do mundo, passar por diferentes debates epistêmicos, agindo sobre eles e reivindicando os direitos de visibilidade, conhecimento e reconhecimento”. Para Rovai, ao oportunizarmos a sociedade o conhecimento e o entendimento de versões distintas, de “histórias e memórias”, valorizamos “o que parece perdido e insignificante”. Entretanto, a estudiosa alerta sobre os perigos do trabalho de publicização de histórias se inscrever numa lógica equivocada ao atribuir aos membros de determinados grupos o lugar de “vítimas” que seriam “socorridas” e “tornadas visíveis” pelo olhar “e por ações de intelectuais bem-intencionados”. Segundo a autora,

Muitos grupos não são, e muitas vezes não se consideram como “os de baixo”, os “subalternos”, os “excluídos”. Sentem-se, pelo contrário, como grupos cuja identidade é fortalecida por suas relações de sociabilidade e sua própria dinâmica de valores. Promover a publicização de suas histórias revelando o que consideramos um processo de opressão, reduzindo-as a isso, pode acarretar o sério risco de reafirmar estigmas e “desempoderar” comunidades (ROVAI, 2018, p. 193-194).

Mais do que a narração do fato, a história oral, como método, “diz respeito ao lugar e o significado do evento dentro da vida dos narradores”, conforme assinala Alessandro Portelli (PORTELLI, 2016, p. 12). São as/os narradoras/res que, no ato de lembrar, atribuem significado e valoração às suas experiências de vida e aos seus lugares sociais.

Destacamos que a noção de subversão é a tônica ao se associar feminismo e história oral. Subversão, pois o feminismo vem, desde o início do século XX, conquistando e exigindo igualdade de direitos não somente na esfera pública, como também no âmbito privado, mudando a consciência das mulheres e da sociedade como um todo. A história oral, por sua vez, é subversiva, pois além de promover a escuta de atrizes e atores sociais “excluídas/os”, ao rememorar, o indivíduo reavalia, ressignifica e atribui significados aos fatos de sua vida. Isso possibilita a formação de uma

consciência política e da própria identidade de indivíduos e grupos sociais. Como melhor ilustra Loreley Garcia: “Na história de vida das mulheres encontramos momentos de descoberta que colocam em xeque a identidade atribuída, produzem uma nova consciência sobre si mesma, assumem um novo papel, propiciam o nascimento da solidariedade entre as mulheres” (GARCIA, 2004. p. 553).

A história oral de vida não deve ser confundida como um registro transparente de um contexto, ou a simples narração de fatos da vida de uma pessoa. Conforme Daphne Patai, ao rememorar, as mulheres atribuem significados aos acontecimentos de suas vidas, construindo um “eu” para si mesmas, entendimento que a autora busca em Agnes Hankiss:

A imagem do eu nunca é um mero reflexo das experiências ligadas ao eu: ela inclui uma resposta específica ao “porquê” do desenvolvimento do eu. Cada qual constrói sua teoria a respeito da história e do curso de sua vida, buscando classificar seus sucessos, dons e escolhas pessoais, elementos favoráveis e desfavoráveis em seu destino, de acordo com um princípio explicativo coerente; buscando incorporá-los dentro de unidade histórica. Em outras palavras, todos tentam, de uma forma ou de outra, reforçar sua própria ontologia (PATAI, 2010. p. 60).

Essa perspectiva contribui para refletir acerca de como as memórias narradas por essas militantes em Caxias do Sul estão ancoradas na busca por uma identidade feminista. Assim, considerações a respeito da memória contribuem para o entendimento das trajetórias e da construção da identidade feminista das protagonistas deste estudo.

Joël Candau defende que identidade e memória estão interligadas em uma relação dialética. Buscamos na memória do nosso passado elementos para afirmar nossa individualidade, ao mesmo tempo, em que a busca identitária influencia na evocação de memórias, através de estratégias como esquecimentos, interpretações e ajustes:

Se a memória é “geradora” de identidade, no sentido que participa de suas construções, essa identidade, por outro lado,

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

molda predisposições que vão levar os indivíduos a “incorporar” certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais, [...] que dependem de representações que ele faz de sua própria identidade, construída “no interior de uma lembrança” (CANDAUI, 2012. p. 19).

Destacamos, ainda, a importância da noção de gênero para os estudos sobre história das mulheres. Assim, na busca por explicar as origens da opressão feminina e, como aponta Silva, para romper com a invisibilidade da mulher na historiografia e superar paradigmas tradicionais do conhecimento, que determinavam uma categoria universal de sujeito, pesquisadoras feministas desenvolvem a categoria de gênero (SILVA, 2008, p. 223-231). Para Maria Lygia Quartim Moraes,

No decorrer dos anos 90, em decorrência do impacto político do feminismo e de novas perspectivas de análise, o uso da categoria gênero tornou-se mais frequente, sendo introduzido nas universidades e instituições acadêmicas em várias partes do mundo ocidental, inclusive o Brasil (MORAES, 1998).

Moraes ainda sinaliza que a construção da categoria gênero passou por algumas limitações semânticas, sendo muitas vezes utilizada como sinônimo de mulher em várias publicações científicas, em vez de ser utilizada para se referir ao aspecto relacional que o conceito tem, pois gênero tem implicações para ambos os sexos. Sobre isso, a autora demonstra que:

Enquanto que, em inglês, *gender* é um substantivo que designa exatamente a condição física e /ou social do masculino e feminino, a palavra gênero, em português, é um substantivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas espécies. Existe, portanto, uma dificuldade semântica que confunde o leitor médio e que obriga, na verdade, a uma constante necessidade em definir o que seja gênero, sempre que utilizamos tal categoria em português (MORAES, 1998, p.101).

Dessa forma, é a definição de gênero desenvolvida por Joan Scott que utilizamos para a presente análise. Joan Scott, ao analisar as principais produções que pretendiam definir o conceito de gênero e ao identificar

reducionismos, determinismos e outros problemas relacionados ao termo, desenvolveu a seguinte definição de gênero: “é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 71-99). Gênero é constituído por símbolos culturais e conceitos normativos que se expressam na religião, educação, política, entre outras instituições e doutrinas, formando e reproduzindo oposições binárias que definem o que se entende por homem e mulher.

Assim, a oportunidade de escuta das narrativas orais dessas feministas favorece o reconhecimento de quais aspectos de gênero, raça e classe¹² perpassam a trajetória de vida de cada uma delas; as semelhanças e as contradições dentro do grupo, as características que formam o quadro social desse grupo; o momento de despertar para a luta política e social e como se descobriram feministas. Em outras palavras, permite chegar a uma identidade e memória do grupo feminista de concepção emancipacionista de Caxias do Sul.

2. Da redemocratização nasce a UMCA: as estratégias e práticas políticas de mulheres

Realizar estudos mais aprofundados ou até mesmo uma simples cronologia de todos os grupos feministas ou de mulheres que existiram em Caxias do Sul é uma importante tarefa que ainda está por ser feita, pois essa é uma função que excede os limites dessa investigação. Além disso, se a história do feminismo em Caxias do Sul é assunto ainda pouco tratado, seus discursos, concepções e heterogeneidades são ainda mais ignorados.

¹² Segundo Bruna Letícia de Oliveira dos Santos e Marina Camilo Haack, “Pesquisar e escrever sobre a história das mulheres pela perspectiva de gênero é pensar a constituição das vivências dessas agentes em suas relações sociais pelo tempo e espaço como experiências marcadas pelo fato de terem sido mulheres. Do mesmo modo, para compreendermos as estruturas econômicas e as relações políticas, considerar o gênero, bem como a classe e a raça, é de suma importância, pois tais dimensões são conformadas a partir dos mencionados marcadores. [...] Ou seja, as e os indivíduos não são constituídos e significados socialmente de modo universal, e é necessário atentarmos para isso”. (SANTOS; HAACK, SCOTT, Ana S. V., CARDOZO, José Carlos da Silva e DA SILVA, Jonathan F. (Org) 2022, p.246).

A análise aqui apresentada se situa na concepção emancipacionista de feminismo. Essa concepção de feminismo deu origem a duas entidades: a União Caxiense de Mulheres (UMCA) e a União Brasileira de Mulheres (UBM). A UMCA, fundada em 1982, chegou a ter duas mil filiadas na cidade. Nessa organização, diversas mulheres, lideranças do movimento comunitário, sindical, estudantil e de partidos como Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido do Trabalhador (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), iniciaram sua militância. Posteriormente, com a redemocratização e com o próprio amadurecimento do movimento feminista, surgem outros coletivos, como a Marcha Mundial de Mulheres, a Ação da Mulher Trabalhista, o Coletivo Classista Ana Montenegro, o próprio Fórum de Mulheres, que agrega representantes de várias entidades feministas e de mulheres na cidade e a própria UBM que é, na verdade, resultado da unificação das entidades emancipacionistas de todo o país, processo do qual a própria UMCA participa.

Portanto, tratamos aqui da formação da UMCA e a posterior transição da entidade para UBM. A partir dessa concepção de feminismo, esperamos colaborar para a iniciar a construção da trajetória feminista em Caxias do Sul, a partir das narrativas orais das entrevistadas. Como bem nos informa Portelli, "entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas" (PORTELLI, 1997. p. 31). Até o momento deste estudo, antes da fundação da UMCA, em 1982, não encontramos registros da existência de grupos feministas na cidade. Podemos situar o surgimento da UMCA e da UBM, no contexto marcado pela luta das mulheres, em torno da redemocratização do país.

A abertura política e a Anistia, decretada em 1979, abrem novas possibilidades para o movimento feminista. Se antes os primeiros grupos feministas se mantiveram no espaço privado para debater a questão das mulheres, com a abertura política, elas passam a ocupar o espaço público para

reivindicar respostas a problemas antes considerados de cunho privado-íntimo (PINTO, 2003. p.67).

Identifica-se o surgimento de novos grupos feministas pelo país. Esses grupos podem ser encaixados em algumas tendências, por exemplo, como grupos temáticos, que além de produzirem conhecimento sobre as demandas e a condição de vida das mulheres, contavam com a atuação de profissionais que prestavam serviços como assessoria jurídica, assistência psicológica, social e médica para mulheres vítimas de violência ou sobre questões voltadas para a saúde da mulher. Celi Regina Jardim Pinto identifica nesses grupos um “feminismo profissionalizado das Organizações Não Governamentais (ONGS)” (PINTO, 2003. p. 81). Desses grupos, destaca-se a atuação da SOS São Paulo (1980), SOS Rio de Janeiro (1981) e SOS Porto Alegre (1981), voltados para a temática da violência, e o SOS Corpo de Recife (1980), voltado para a saúde da mulher.

Ivani, uma das mulheres que representam o movimento em Caxias do Sul, assim se refere à criação da UMCA:

A UMCA foi criada nos anos de 1980, eu não lembro bem se foi 82, 83, foi mais ou menos nessa época. Eu acho que a gente sentou e viu que as mulheres precisavam participar da política, participar do bairro, participar do teatro. E a gente viu que as mulheres estavam sendo agredidas nessa época, não era tão evidente, mas a gente sabia que isso acontecia. Porque a gente conhecia alguns presidentes de bairros, e sabia que isso estava acontecendo. O que a gente pensou? Pra gente conseguir combater isso, a gente vai ter que se unir! Então, foi aí que se criou a UMCA. A UMCA se criou com vários segmentos, eram várias mulheres, de vários locais, de várias tendências políticas que criaram a UMCA. Foi aí que a gente criou a UMCA, vendo a necessidade de nós, mulheres, irmos pra rua.¹³

Se durante os anos de 1970 a luta, por questões amplas da sociedade, como a democracia, não deixavam espaço para as mulheres pautarem questões específicas - já que tanto a direita, como a esquerda censuravam esses debates

¹³ Salientamos que optamos por preservar os traços de oralidade ao realizar a transcrição das entrevistas.

- o processo de abertura política vem favorecer as reivindicações feministas. As falas de Lourdes e Jô demonstram o encontro das pautas específicas das mulheres com questões amplas da sociedade. Lourdes afirma que:

Na redemocratização e na Constituinte, principalmente, houve um envolvimento grande das mulheres. A Constituição que saiu em 1988, que a gente chama de Constituição Cidadã, foi um avanço para sociedade da época. Foram várias as conquistas, e aí se percebeu que as mulheres estavam na luta, mas também o que se viu? Que as mulheres, além de ter a luta geral por emprego, saúde e educação, têm as suas lutas específicas: a questão de lutar contra a dupla jornada de trabalho, da desigualdade salarial, a luta por creche. Eu lembro que, na época, a gente chamava de "equipamentos públicos" que a gente queria buscar, não apenas as creches. A creche tu precisa, porque a mulher tem que sair pro mercado de trabalho com a industrialização, mas não tem condições. O Estado não dá condições pra essa mulher, a gente lutava por equipamentos, não só a creche, como lavanderias públicas, como restaurantes populares, restaurantes públicos para tirar a questão da dupla jornada. Ela [a mulher] vai pro mercado de trabalho, mas daí ela tem que fazer a comida, fazer o café, o almoço, a janta, lavar a roupa... Então a gente lutava pra essas questões também.¹⁴

Em sua entrevista, Jô menciona que:

Quando a UMCA vem a surgir o país passava por uma situação econômica muito difícil. Então as bandeiras principais eram isso, claro, as velhas bandeiras de creches, salários igualitários, aquela questão toda, mas justamente a gente defendia muito a questão da soberania. E já na época se tinha muito de incentivar as mulheres a participar da política. E como o país vinha com inflações altas, tinha movimentos, assim, específicos de mulheres, inclusive nos mercados, fiscalizando, porque era uma coisa, assim... absurda.¹⁵

A UMCA surge em meio ao processo de redemocratização do país, que é marcado por uma intensa mobilização das mulheres. Como apontado pelas narradoras, o país saía da ditadura civil-militar e estava mergulhado em uma crise econômica marcada pela hiperinflação. A partir dos relatos, podemos

¹⁴ ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 30 de setembro de 2019.

¹⁵ QUEIROZ, Joceli Aparecida de (57 anos). (Out/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 23 de outubro 2019.

perceber que a entidade tinha a preocupação em conciliar questões específicas da mulher com questões amplas da sociedade. Entre as principais reivindicações, é possível observar: a necessidade de creche, o combate à violência contra a mulher - concretizado na busca por casas de acolhimento e delegacias de atendimento especializado para as vítimas-, a participação política, a igualdade no mercado de trabalho e a igualdade de gênero. Entre as pautas de alcance amplo constavam a luta por soberania nacional, pela emancipação da sociedade, pelo fim da carestia, entre outros.

A partir dos anos de 1970, há um significativo aumento da participação feminina no mercado de trabalho e não à toa a creche se torna uma pauta prioritária para o movimento de mulheres. Afinal, a inserção da mulher no mercado de trabalho não alterou os tradicionais papéis atribuídos às mulheres: mãe, esposa e dona de casa. Pelo contrário, as mulheres ficaram sobrecarregadas com a dupla jornada de trabalho. O movimento de mulheres passou a defender que o cuidado com as crianças não é dever exclusivo das mães, mas de toda a sociedade, inclusive do Estado. Conforme Teles, em 1979, ocorre o I Congresso da Mulher Paulista, que dá origem ao Movimento de Luta por Creche, que se espalha para outras cidades e estados (TELES, 1993. p. 104-105). Joceli conta sobre as questões que pautavam o grupo em Caxias:

A questão das creches era uma coisa muito evidente, porque, na época, não tinha essa situação de escolinhas, de creches, não tinha... Se hoje a gente já tem dificuldade para uma questão de uma creche pública, na época não tinha... praticamente era inexistente. Então essas eram as situações, questões da saúde da mulher, questão das DSTs, inclusive até questões do amor às vezes eram discutidas. Como a questão do aborto é muito polêmica, às vezes era discutida em uns grupos menores.¹⁶

Embora o polêmico tema a respeito do aborto fosse uma pauta das feministas, é importante lembrar a proximidade de setores da Igreja Católica com movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

¹⁶ QUEIROZ, Joceli Aparecida de (57 anos). (Out/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 23 de outubro 2019.

(MST) e do próprio movimento de mulheres. Em Caxias do Sul, houve grande contribuição da Pastoral da Mulher e do Padre Roque Grazziotin, liderança política da cidade, na defesa de reivindicações como o fim da violência contra a mulher. Entre as narradoras, Joce e Mari são oriundas da Juventude Operária Católica. Essa aproximação da Igreja com o movimento feminista pode ter influenciado na forma como o tema era enfrentado, a exemplo dos debates para grupos menores, mencionados por Jô. Ainda sobre a questão da saúde, Mari destaca a implantação do Plano Integral da Saúde da Mulher:

A gente lutou muito na cidade, não sei se vocês chegaram a escutar falar do PAISM, que é Plano Integral da Saúde da Mulher. Nós tínhamos isso, que a mulher precisava ter o acompanhamento na saúde em toda a plenitude, desde a adolescência até a velhice, que isso teria que ser gratuito. A gente lutou muito por isso, a Casa Viva Raquel, a Delegacia da Mulher, a própria implantação do SUS [Sistema Único de Saúde], que foi lá no final da época de 80. Nós, enquanto mulheres, enquanto entidade, também participamos muito das reuniões, a nível de estado, para que tivesse implementação do SUS no país, gratuito, a gente fez parte dessa luta.¹⁷

O PAISM, lembrado por Mari, é ressaltado por Pinto, como uma importante luta do movimento feminista:

O PAISM foi sem dúvida uma das mais bem-sucedidas intervenções de um movimento social organizado na esfera das políticas públicas. O programa abrangia todas as fases da vida da mulher, da adolescência à velhice, tomando em consideração aspectos não apenas biológicos, mas também sociais, das condições em que a maioria das mulheres viviam (PINTO, 2003, p. 84-85).

A violência, por sua vez, era tratada como assunto de marido e mulher, e as vítimas tinham suas respectivas conduta e moral questionadas. Em 1976, Ângela Diniz é assassinada pelo namorado, Doca Street, que não aceitava o fim do relacionamento. Quando foi a julgamento, a defesa usou o argumento de legítima defesa da honra e Doca Street foi absolvido. A pressão do movimento

¹⁷ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 19 de fevereiro de 2020

feminista levou a um novo julgamento e a condenação de Street. Esse episódio é ilustrativo sobre como a violência contra a mulher era negligenciada pelo conjunto da sociedade. Ivani Lima lembra da união entre as mulheres na luta contra a violência:

Na época, e acho que a bandeira que a gente traz até hoje, é igualdade de gênero, igualdade e emancipação, a participação na política. A gente vem desde os anos 80 querendo participação. Hoje nós queremos a igualdade, nós não queremos somente as cotas [eleitorais] nós queremos um lugar no Parlamento também, não adianta ter cotas e a gente não ser eleita, nós queremos a igualdade de homens e mulheres mesmo na política. E também uma bandeira nossa era a Delegacia da Mulher, essa era uma bandeira principal da gente, e a gente fez muita passeata, a gente bateu panela. Celular não existia, existia telefone residencial e era pouca gente que tinha e, mesmo assim, a gente se reunia 50... 60 mulheres, até mais, na praça e uma ia passando pra outra e passando pra outra e a gente se reunia e batia panela. E a Delegacia da Mulher, eu me lembro que desde essa época a gente batia panela, porque a gente queria a Delegacia e muita gente dizia: "a gente nunca vai conseguir", lá nos anos 80. Mas a gente conseguiu e conseguiu por causa da união das mulheres. Eram jovens, eram senhoras de idade, era meia idade, era sempre junto. A UMCA não tinha dinheiro na época, dinheiro nenhum de onde tirar, e a gente fazia eventos para arrecadar dinheiro, pra fazer isso, fazer aquilo ¹⁸.

Mari revela a participação da UMCA na conquista da Casa Viva Raquel na cidade, entidade destinada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência:

Nós participamos, há 20 anos, pra criar a Casa Viva Raquel, eu e a companheira Abigail Pereira [liderança da UBM], a gente fez parte da comissão que foi atrás de abrir a casa, pra alugar, fizemos tudo isso. Agora eu não lembro, mas no final da década de 80, acho que 88 ainda, tinha fechado em Caxias o Conselho da Mulher. Aí a gente fez uma luta grande, e ele passou a existir, e deixou de existir de novo e voltou a ter de novo, acho que na década de 90¹⁹.

¹⁸ LIMA, (65 anos). (Set//2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.30 de setembro de 2020.

¹⁹ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.19 de fevereiro de 2020.

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

Foram frutos da luta dessas mulheres: a Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres (DEAM), instituída em 1988; o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), criado em 1988 e reativado em 1997; a Casa de Acolhimento Viva Raquel e a Coordenadoria da Mulher, ambas em 1999. A presença da UMCA nos conselhos da mulher pode ser entendida como uma estratégia de luta do grupo.

Outras estratégias e práticas políticas utilizadas pela UMCA/UBM foram as manifestações na rua, abaixo-assinados, organização do Dia 8 de Março, visitas a prefeitos e vereadores, como lembra Lourdes:

A gente enchia a Júlio de Castilhos [principal avenida da cidade] com muitas passeatas pra conquistar a delegacia, pra conquistar a casa Viva Raquel. Cada 8 de março tinha uma pauta como principal, então a gente fazia muitas caminhadas na praça. A gente ocupava a praça, levava o megafone, pegava uma caixa de som. Muitos, a gente fez muito movimento assim. E era legal que as pessoas iam, participavam, era uma época boa. As pessoas sentiam necessidade e sentiam que precisavam ir à luta pra conquistar alguma coisa, que só com a luta tu conquistava. Hoje eu vejo que é difícil de organizar até as mulheres da UBM. Tem muita dificuldade. Claro que sempre teve dificuldade de reunir, de fazer reuniões. As mulheres têm que cuidar dos filhos, têm o trabalho, têm uma série de questões. Mas quando a gente fazia esses movimentos de rua, ali, era legal porque eu lembro, assim, de passeatas grandes, com faixas. Uma vez, a gente, todas de branco, nossa, foi lindo... foi lindo! Se fazia abaixo-assinado também, fazia visitas pro prefeito, fazia visitas pra Câmara de Vereadores.²⁰

Como mencionado anteriormente por Mari, outra prática dessas organizações é a de manter núcleos de mulheres em diferentes frentes: nas universidades, nos movimentos comunitários, nos movimentos sindicais. Dentre esses núcleos, o movimento sindical ganha destaque. Segundo Mari, a atuação no movimento sindical era fundamental, afinal, "como uma mulher se sente

²⁰ ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/ RS. 30 de setembro de 2019.

empoderada? Quando ela tiver emprego!”²¹. A entrevistada destaca a importância do trabalho na vida da mulher para que ela “[...] possa se sustentar, possa ir e vir. Então tem que atuar em todas essas áreas. É uma coisa fundamental, que a UBM sempre diz: nós não vamos emancipar a humanidade se nós não emancipar as mulheres”²².

A disputa de ideias era uma das estratégias dessas feministas, que organizavam grupos de teatro, promoviam debates, enviavam notas aos jornais para opinar sobre vários temas, participavam de congressos, encontros e outras atividades de formação. O grande êxito dessa estratégia foi o programa de rádio da UMCA, lembrado por Solange como um marco da organização:

Ah! Eu tenho que falar uma coisa importantíssima que a União de Mulheres, a UMCA, fez em Caxias: nós fizemos um programa na rádio São Francisco que ficou dois anos no ar. O programa “Presença da Mulher”. Primeiro ano acho que foi 90, 91. No primeiro ano, ele foi das onze ao meio dia e o segundo ano foi da uma da tarde às duas da tarde. [...]Eu lembro que uma vez eu cheguei em casa, meu filho tinha seis meses, cheguei às dez da noite de uma reunião, deu um quebra pau lá com meu marido, um mala, louco, histérico, porque teve que pegar o filho na creche e eu cheguei às dez da noite de ônibus, correndo, e, na época, algumas vezes, a gente se reunia na minha casa, porque a gente fazia a produção, tinha que fazer a apresentação, buscar patrocínio, [ri] buscava prêmios dos patrocinadores, tinha tanta audiência que a gente conseguiu ficar um ano e pouco, daí o pessoal do CDL [Câmara dos Dirigentes Lojistas local] foi tanta, tanta pressão que a São Francisco disse: “gurias, eu não tenho mais como, eu vou perder o patrocínio de outros programas”. [...]Os empresários não quiseram mais patrocinar. A gente estava numa briga com o sindicato dos comerciários pela não abertura no sábado à tarde, então começou uma briga pública, política, muito grande e a gente não conseguiu manter.²³

²¹ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 19 de fevereiro de 2020.

²² NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 19 de fevereiro de 2020.

²³ CARVALHO, Solange Silva. (61 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

Veredas da História, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238

Além da disputa de ideias através das notas para a imprensa, dos debates nos bairros e sindicatos e o programa de rádio, a UMCA promovia uma premiação intitulada “Mulheres Destaques”, uma forma de valorizar e dar visibilidade para as mulheres da cidade.

Nos debates promovidos pela UMCA, entre as convidadas, constavam militantes de Uniões de Mulheres de outras cidades e estados. Esse contato contribuiu para as estratégias utilizadas pela UMCA. Sobre isso, Mari conta que:

As Uniões de Mulheres surgiram ali pelos meados de 1980, não só em Caxias, porque lá em 1980 e poucos já tinha a União de Mulheres de Goiás, a União de Mulheres de São Paulo, a gente foi trabalhando essa ideia a nível de país. Em 1988 foi fundada a União Brasileira de Mulheres, quando a gente passou a trabalhar mais o conjunto de Brasil, porque o que a gente precisava? Precisava botar as mulheres [a] lutar e a gente participou, aqui de Caxias, em vários congressos nacionais da UBM. Nós continuamos UMCA... Até 2000 era UMCA. Agora é que a gente passou a adotar mais o nome UBM Caxias, União de Mulheres de Caxias. A gente pensou assim, não basta só filiar as mulheres, porque a nossa ideia da UBM tem que estar incutida em todos os setores, em todos os lugares, na associação de bairro, no sindicato, nos estudantes, na universidade tem que ter mulher que tem o pensamento emancipacionista. A gente passou a fazer núcleos, tem o núcleo da UBM no movimento sindical, entre as e os estudantes, com as mulheres donas de casa, com as UAB's, a gente passou a fazer isso ²⁴.

Dessa maneira, várias Uniões de Mulheres espalhadas pelo país e que se identificavam com essa concepção de feminismo unificaram-se com o nome de União Brasileira de Mulheres. Mari revela que a UMCA era muito reconhecida na cidade e, por isso, demorou a trocar definitivamente o nome da entidade para UBM Caxias do Sul.²⁵

A UMCA foi uma entidade que conseguiu aglutinar mulheres de diferentes vertentes políticas. A instituição, inclusive, chegou a ter duas mil

²⁴ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.19 de fevereiro de 2020.

²⁵ NERY, Mari dos Santos. (60 anos). (Fev/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.19 de fevereiro de 2020.

filiadas, um número muito expressivo, que deve ser visto à luz de um contexto de grande efervescência política que caracterizou os anos da redemocratização. À medida que a luta das mulheres foi conquistando direitos associada com o amadurecimento do movimento feminista na cidade, é possível verificar uma tendência em diminuir o número das filiadas, pois foram se constituindo outros grupos feministas autônomos, ligados a partidos políticos ou departamentos de mulheres dos movimentos sindicais, comunitários, entre outros, um verdadeiro processo de pluralização do movimento feminista de Caxias do Sul. Ivani, por exemplo, que foi uma importante liderança da UMCA/UBM, chegando a ser vice-presidente estadual, deixou de fazer parte da UBM, para participar de em um grupo de feministas ligado ao PDT, partido do qual faz parte.

3. Ser feminista: “*eu posso estar no lugar que eu quiser*”

Neste momento, voltamos à epígrafe deste texto, lugar em que expressamos o argumento de Elias de que a “*pessoa está em constante movimento; ela não só atravessa um processo, ela é um processo*” para o entendimento dos significados atribuídos por estas mulheres acerca de suas constituições e percepções de uma identidade feminista. As narradoras apresentam episódios em que o racismo, o sexismo, as desigualdades no mundo de trabalho e a falta de condições dignas de moradia em suas comunidades são aspectos que estão relacionados com a tomada de consciência e iniciativa política.

Eremi Melo, nascida em Vacaria/RS, mudou-se com sua família para Caxias do Sul na década de 1970e, aos 14 anos, já trabalhava em uma fábrica de cortinas. Moradora da zona norte da cidade, ela lembra que foi mobilizada a atuar no movimento comunitário ao se deparar com a inexistência de saneamento básico no bairro Fátima: “a minha rua não tinha esgoto nem água encanada. Então o esgoto da nossa rua a gente teve que fazer uma luta, fazer abaixo-assinado pra conseguir. Foi participando desses movimentos que eu

cheguei até o movimento sindical e o de mulheres”²⁶. As memórias do racismo e sexismo sofridos por Eremi no trabalho executado em grandes empresas da cidade são pontos que atribui a sua tomada de consciência política:

Quando eu comecei a trabalhar aqui na Maesa, na Mundial e na Pettenati, havia tipos de trabalho, por exemplo, que não eram tão sujos, era trabalho limpo. Então apareceu uma vaga para embalagem lá na Pettenati, bem específico de lá e a gente se inscrevia, era uma seleção interna. Eu me inscrevi e, na época, eu não fui selecionada, porque eu sou negra. E lá na Pettenati, no meu setor, nós éramos três mulheres negras que trabalhavam na revisão das peças e na embalagem. Porque as outras negras que trabalhavam lá, trabalhavam no vapor, que era um serviço horrível, na limpeza dos banheiros... Não tinha costureira negra, só auxiliar que juntava as peças que elas costuravam e isso me marcou bastante. E na Mundial foi um processo desse. Foi o chefe, no caso, bem específico da chefia na época, que ele não me colocou a fazer um trabalho que ele “ah, eu acho que não vai dar certo”. Tu fica vendo que aquelas coisas é em função de tu ter um cabelo crespo, tu sente isso.²⁷

Os espaços de diálogo entre as mulheres trabalhadoras permitiram que os casos de assédio sexual e a negligência sobre as denúncias e a culpabilização das vítimas fossem questionados e reconhecidos como problemas coletivos. Eremi conta que:

Tinha uma colega, a gente pegava o mesmo ônibus às 18h30min e ela trabalhava numa empresa que eles faziam calça jeans. Aí tinha um cara que, com o ônibus sempre cheio, “pegava nós pra Cristo”. Ele sabia a parada que a gente pegava e ele se posicionava atrás de nós e ele tinha uma mania de ficar se esfregando em nós. Um dia eu disse pra ela: “sabe o que nós vamos fazer? Nós vamos pegar uns alfinetes...”. Daí era inverno e nós colocamos, assim, dentro da manga o alfinete, quando ele veio, a gente ficava do lado, ele se esfregava nela e se esfregava em mim, nós pegamos com a manga aqueles alfinetes, aqui [demonstra com gesto], e ela no mesmo momento, e nunca mais...foi assim que nós resolvemos o problema. Agora se a gente fosse falar, na época, era porque “a gente se oferecia”,

²⁶ MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

²⁷ MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

“porque tava com uma calça não sei o que”, essas coisas. Quando a gente ia pra reunião, quando a gente tá começando no movimento, acha estranho, ouve algumas coisas... A gente começa: “mas isso já aconteceu comigo”. Quando a gente começa a perceber isso, opa!, a gente começa a fazer a luta.²⁸

Assim como Eremi, Ivani Lima veio para Caxias do Sul em busca de emprego. O racismo no mercado de trabalho também é lembrado por ela e é atribuído ao seu despertar político junto à defesa de direitos da sua categoria de trabalho:

Eu sou natural de Vacaria. Em 1980, eu vim a Caxias em busca de trabalho, porque quem conhece [Vacaria] sabe que é uma cidade pequena, e ela quase não tem trabalho. Vim morar com a minha irmã de criação, soltando currículos. O meu cunhado na época arrumou um serviço pra mim no mercado de Caxias. O mercado era bom na época. Anos 1980, quem tinha ensino médio era quase doutor [risos]. E ele arrumou pra mim no supermercado e, na hora da entrevista, eu não fui aceita porque eu era negra. Então aquilo vai te envolvendo, te revoltando, porque... puta merda! Desculpa o palavrão. Mas a minha cor, a avaliação não é a minha capacidade, mas sim a minha cor! E depois o meu cunhado arrumou pra mim na antiga Comai, que é a Comissão Municipal de Amparo à Infância, onde a gente trabalhava com os meninos de rua, era criança e adolescente, com escolas infantis, e eu fui pra uma escola infantil. E nessa escola infantil, eu acabei conhecendo a Abgail e a gente ficou muito amiga. No começo, ela era muito nariz empinado. “Bah, não gosto dessa mulher, né?” Mas a gente acabou ficando amiga, e eu morava de aluguel na época. Eu fui morar de aluguel no pai dela. E a Biga era uma mulher política, ela era assessora da Raquel Grazziotin [vereadora em Caxias], já trabalhava, estava envolvida na política. E aí, cada vez, eu fui me envolvendo mais, cada vez me envolvendo mais... Primeiro porque nós lutávamos pelo Plano de Carreira dentro da Comai, lutando pelo plano de carreira, daquilo ali tu vai te envolvendo, fui me envolvendo e fui cair aonde? No movimento de mulher, eu vou confessar pra vocês que, no começo, eu não gostava do movimento de mulheres, por quê? Porque eu sou muito imediatista, eu quero pra agora. E hoje eu já aprendi com as mulheres que tudo tem o seu tempo, que tu tem a tripla jornada de trabalho, tu tem casa, tu tem marido, não sei o quê, então não é sempre que tu vai, mas a gente tem que ter

²⁸ MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

paciência, aí que foi meu começo, meu envolvimento nos movimentos e na política.²⁹

A fala de Ivani sobre como, inicialmente, ela não havia gostado do movimento de mulheres, pois esse tem a peculiaridade de “que tudo tem seu tempo”, devido à dupla jornada de trabalho, dá indícios de algo recorrente nos relatos: o choque entre ser uma militante e ser a mulher “dona de casa-esposamãe”, esperada pela sociedade.

Joemar Barbosa tem uma trajetória de luta política muito atrelada ao movimento comunitário da cidade. Seu pai era da direção da Associação de Moradores do Bairro Sagrada Família e ela, com 10 anos, já o acompanhava nas reuniões da União das Associações de Bairros (UAB) que, no seu início, não tinha sede própria e muitas reuniões eram feitas a céu aberto. Assim como Eremi e Ivani, Joce aborda o racismo, e se mostra preocupada sobre os efeitos da imposição de um padrão branco de beleza na autoestima das crianças negras.

A mulher, a gente não vê pelo corpo, a gente vê a essência que ela tem. Então muito se perdeu nesse sentido de ser mulher, o que é ser mulher pra ti, o que é ser mais bela pra ti? Então, pra mim, bela é aquela mulher que acorda cedo, que leva a criança pra creche, escolinha, que pega o outro ônibus, vai trabalhar, que trabalha o dia inteiro, passa na escola, que pega criança, que volta pra casa, que passa no mercado... pra mim, essa é a mais bela mulher que tem. E, hoje, a sociedade impõe que a bela é a magra e a alta, loira, do olho azul, com lábio Angelina Jolie...Então até pras nossas próprias crianças é difícil explicar que elas são lindas. A nossa criança negra, principalmente. “Porque o teu cabelo é ruim”. Não! cabelo ruim não cresce na cabeça. Eu sempre digo isso. E eu tenho as minhas sobrinhas que tem o cabelo “tonhonhoim” que elas dizem. Nosso cabelo tem movimento, tem balanço. Então sempre nessa questão do racismo, da cor da pele, eu sempre tive isso com a minha família. A gente tem a cor linda, e o nosso cabelo é maravilhoso! A sociedade impõe muita coisa pras nossas crianças e é triste isso, porque a criança negra ou a branca, ela é criança. Ela não tem a maldade que o ser humano adulto tem, e

²⁹ LIMA, Ivani Teresinha Francisco de (65 anos). (Set//2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.30 de setembro de 2020.

ela já começa a colocar na cabeça que criança negra é inferior. É bem complicado isso, e a gente tem que lutar a cada dia mais para que crianças negras e brancas realmente se criem normais. Porque é muito difícil, tu vê uma criança branca e uma negra, "o teu cabelo é estranho"; "não, o meu cabelo não é estranho!" E muitas mães, às vezes, têm esse medo de conversar com a criança ou, às vezes, passa despercebida essa questão, e a criança cresce nesse ambiente de preconceito³⁰.

O ideal de beleza branco exclui as mulheres negras, "arrimos de família", do mercado de trabalho formal sob o eufemismo da "boa aparência", uma violência que afeta a autoestima e a identidade das pessoas negras desde a infância. Sueli Carneiro faz um chamado à cumplicidade entre as mulheres ao criticar a universalidade de gênero que secundariza a opressão específica sofrida por mulheres negras. É necessário reconhecer a existência de privilégios entre as mulheres, entre esses privilégios, o padrão de beleza branco:

[...] há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens sobre as mulheres. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da "boa aparência", cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras (CARNEIRO, 2011. p.121).

Além da questão racial, Joce ainda destaca a dificuldade de conciliar a militância com relacionamentos afetivos heterossexuais e o preconceito por ser mãe solo:

Pra mim, a questão de ser negra, arrimo de família, antigamente diziam "mãe solteira", era muito preconceituoso, porque tu não tem um marido. Sim, mas eu não preciso de um marido. Eu fiz minha filha, eu tenho a minha filha que tá com 21 anos, fazendo Pedagogia. Claro que, de repente, por algum momento, ela sentiu a falta da figura paterna. Mas não, hoje é menos preconceito chegar e dizer assim: eu sou mãe solteira. Antigamente, falava "mãe solteira" já te olhavam, assim, com outros olhos. Então, eu tive preconceitos dentro do próprio movimento comunitário. Aquela questão, um homem tem que

³⁰ BARBOSA, Jocemar. (56 anos).(Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 21 de agosto de 2020.

estar ao lado. Eu batia muito nisso, porque eu não sou contra o casamento, mas cada um faz da sua vida o que acha que deve fazer. Tive minha filha, não me arrependo em nenhum momento. Quem sabe se eu tivesse casado, não sei se eu seria a mesma pessoa, porque, muitas vezes, um relacionamento começa a podar a sua atuação. Porque daí tu não pode estar em reunião às dez horas da noite, não que não possa, mas geralmente a sociedade... às dez horas da noite, tu numa reunião e o teu marido em casa. Então, eu acho que não daria certo até porque... a não ser que ele fosse também do movimento...porque é uma coisa que eu sempre disse nos meus relacionamentos: o movimento pra mim é em primeiro lugar.³¹

Se ver dividida entre manter uma relação afetiva ou permanecer atuando como militante é uma escolha que se impõe em diversos episódios narrados. Eremi lembra que a mulher militante é um desvio do padrão de mulher que temos em nossa sociedade:

Quando tu vai pra militância, que tu toma atitude, algumas pessoas parecem que sentem medo da tua presença, sabe?! Parece que tu é uma pessoa que impõe medo para algumas pessoas, pra outras, tu é uma pessoa que vai pra frente, vai pra cima. E lógico que isso, às vezes, na vida a dois, principalmente, isso pode causar um certo problema. Então tu descobre o que tu quer. Porque geralmente nas relações, e mesmo nos espaços quando, às vezes, tu vai falar em público, agora nem tanto, mas, no passado, quando uma mulher ia falar em público, quando ela pegava o microfone pra falar era aquele sorrisinho, aquelas gracinhas, aquelas coisas... Hoje em dia, se acontece isso, a gente já se impõe. Pra você associar uma mulher ao sindicato era muito mais difícil, pra elas virem em uma assembleia era muito mais. E eram as mulheres que participavam do movimento sindical, lá na década de 1980/90, elas eram muito malvistas. Eram vistas muito mais como prostitutas, porque, enfim, nós éramos vistas assim, entendeu?! Porque... imagina... tu saía de madrugada, o companheiro ia te buscar na tua casa, tu ia fazer uma "porta de fábrica", não tinha muito horário. Mas as mulheres, hoje nem tanto, mas naquele período, a gente era malvista porque era complicado tu ter um companheiro e outra pessoa ir lá na tua casa te buscar. Ai tu embarcava num carro de noite ou de madrugada, ou você voltava tarde da noite, entende?! Porque hoje a gente discute, têm os espaços, creche nas assembleias, creche pras reuniões, reunião são de noite,

³¹ BARBOSA, Jocemar. (56 anos).(Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 21 de agosto de 2020.

exatamente para que as mulheres possam participar. Porque, pra nós, de noite é sempre mais difícil. Vamos supor, a gente trabalha, daí tu sai do trabalho, tu pega teu filho e depois vai pra uma reunião, aí tu vai pra casa...Hoje, por exemplo, a gente já pensa assim: "ah, como que a gente vai fazer uma reunião para que as mulheres participem?" Porque a gente sabe que elas trabalham, elas estudam, elas têm filho. Há um tempo isso não era considerado.³²

Conforme o relato de Eremi, é preciso lutar pela adequação de espaços coletivos, para que a desigualdade na divisão do trabalho reprodutivo de nossa sociedade não impossibilite a participação das mulheres nos movimentos sociais. Ao afirmar que o trabalho doméstico "precisa de uma mão pra fazer", Eremi rompe com a ideia de que essa é uma função destinada apenas às mulheres.

Essa divisão sexual do trabalho também é fator de destaque na narrativa de Lourdes, que iniciou a militância no movimento estudantil universitário, e foi movida pelo processo de abertura política e de redemocratização. A imposição dos trabalhos domésticos e do cuidado com as crianças como papéis exclusivo das mulheres e a desigualdade salarial entre os gêneros foram fatores que a incomodaram e contribuíram para que ela se percebesse feminista:

Quando eu comecei a perceber, pô, tu trabalha num lugar, tu tem um salário, faz o mesmo trabalho, eu vivenciei isso. Eu fazia o mesmo trabalho, o meu colega de trabalho fazia o mesmo trabalho e o salário dele era maior. Mas por que tem que ser maior? Por que não posso ganhar igual? Porque é que só eu tenho que fazer o trabalho de casa? Eu lembro do meu pai e da minha mãe... A minha mãe trabalhava em casa, cuidava dos filhos, fazia comida, lavava roupa, fazia tudo e ia pra roça junto com o pai. O pai, eu não culpo ele, porque ele não conseguiu entender que ele tinha que ajudar. Agora, os meus irmãos já começaram a ajudar. A mãe tinha dupla, tripla, quádrupla jornada de trabalho, o pai não. Ele levantava de manhã, ia trabalhar, ia pra roça, tomava o café que a mãe fazia, ia pra roça, voltava, daí a mãe ia junto, depois voltava e fazia o almoço. Eu me questionava, mas por que essas diferenças? Por

³² MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

que isso, por que a carga tem que ser toda da mulher? E daí eu fui ver, me questionando sobre isso.³³

Os papéis sociais destinados às mulheres e reproduzidos no âmbito familiar também são pontos marcantes na trajetória da professora de História Solange. Ela lembra que começou a participar de movimentos coletivos em meio à ebulição da luta pela Constituinte, quando ainda era comerciária e entrou para o sindicato dessa categoria.

Meu pai, muito machista, tinha aquela visão que mulher era pra casar apenas. Então, como eu tinha me formado, era ótimo, eu ia ser professora, eu tava me formando... Eu entrei na faculdade, depois eu tranquei... Aí abriu o curso de História separado, História e Geografia, que antes era Estudos Sociais. Enfim, o meu pai entendeu sempre na vida dele que eu devia ser uma professora, olha que eu demorei pra decidir pra fazer, porque eu não queria, não queria ser influenciada, mas a vida foi me levando pra isso. E a minha família não gostava, ainda mais quando eu entrei no sindicato, que eu comecei a viajar pra lá e pra cá. Meu pai dizia horrores: "Tu é uma galinha". Eu dizia: "eu sou uma galinha, bem puta. O senhor pode dizer o que quiser. Porque eu sou puta mesmo, se é conforme o senhor pensa que puta faz isso, que puta luta, se o senhor acha que isso é ser puta, então sou bem puta". Eu continuava, porque daí eu já tinha uma certa independência econômica, eu trabalhava, agora, se eu só dependesse da minha família, acho que não seria possível.³⁴

Ofensas como "prostituta", "galinha" e "puta" foram muitas vezes dirigidas às narradoras e outras mulheres que ousaram se desviar do padrão imposto às mulheres de sua geração. Joce resume bem os principais adjetivos dirigidos às mulheres militantes: "As loucas, as mal-amadas, as que não tinham perspectivas de casamento, as que eram baderneiras, que eram alcoólatras, eram drogadas, era bem pejorativo o que eles pensavam da gente".³⁵

³³ ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/ RS. 30 de setembro de 2019.

³⁴ CARVALHO, Solange Silva. (61 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

³⁵ BARBOSA, Jocemar. (56 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 21 de agosto de 2020.

As narrativas dessas feministas, que passaram a atuar em movimentos populares a partir do processo de abertura política e de redemocratização, demonstram uma permanência nessa imagem construída acerca das mulheres militantes. Até mesmo movimentos de esquerda viam com maus olhos as mulheres denominadas "feministas". Lourdes salienta como o termo "feminismo" é ainda mal compreendido na sociedade:

Eu estava conversando em um grupo que eu participo com professoras e professores de faculdade, do município e do estado. Elas estavam comentando sobre uma mulher: "Bah, ela é muito legal pena que é feminista!" Então, fui questionar: "O que é que vocês entendem por feminismo?" Por isso que eu falo em deturpar o feminismo: é aquela mulher que não quer saber de homem, que rasga sutiã...não é nada disso! O principal conceito de feminismo é igualdade! Nós queremos igualdade entre homens e mulheres, que mal tem isso? Vocês são feministas! Vocês não defendem ter salário igual? Sim. Vocês não defendem que a mulher não tem que ser estuprada? Sim. Não defendem que o homem não tem que bater na mulher? Claro. Então vocês são feministas! O que é machismo pra ti? Machismo não é conceito ser macho ou fêmea. Então isso cai na sociedade, cai na mídia, e é muito deturpado esses conceitos. Nós, feministas, temos que trabalhar e falar o que é o feminismo pra sociedade entender que não é bicho papão, não é o endemoniamento que eles falam, porque eles demonizam a palavra, igual a comunismo ³⁶.

Essa desconfiança a respeito do que é feminismo está presente, inclusive, entre as militantes da UMCA/UBM. Ivanir Perrone iniciou a militância no sindicato dos comerciários, ela lembra que antes da sua entrada efetiva no sindicato, já atuava em greves e na comissão de creches. Essa questão da abertura de vagas em creches e o preconceito no mercado de trabalho dirigido às mulheres eram questões preponderantes, que influenciaram no seu despertar político.

Eu percebi que as trabalhadoras comerciárias atravessavam uma fase muito difícil, porque, na época, a gente era muito discriminada. No comércio, não podia ser casada pra trabalhar,

³⁶ ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/ RS. 30 de setembro de 2019.

porque se tu era casada, tu podia ter filhos e filho atrapalhava. Então, ali, acendeu a luzinha, sabe?! Porque quando eu trabalhei numa ótica, eu tive que assinar um documento dizendo que eu não ia engravidar. E eu não fiquei, eu trabalhei dez dias nesse lugar e sai. Imagina assinar um documento dizendo que eu não ia engravidar, olha o tipo de comércio, olha o tipo, era escravidão. Na época, a dona da loja dizia que ela defendia muito as mulheres, que ela achava que as mulheres não deveriam engravidar para não atrapalhar o trabalho, porque ela queria que as mulheres crescessem profissionalmente. Era isso que a gente ouvia, eu ouvi naquela época. E foi aí que eu comecei a participar mais da luta das mulheres, pra que ninguém mais passasse por isso. E aí, eu comecei a conhecer o sindicato e entender que a luta das mulheres sem o sindicato também não ia, a gente não ia conseguir avançar enquanto mulher trabalhadora. No mundo do trabalho, era isso que eu vi.³⁷

Mesmo tendo sido mobilizada por questões específicas da luta das mulheres, ela hesita em se reconhecer como feminista, e isso pode ser em decorrência do antifeminismo ainda presente na sociedade, na imprensa e no interior dos movimentos sociais.

A gente se colocar como feminista tem gente que diz assim: "feminista é aquela extrema, aquela que só defende as mulheres, que ataca os homens, que disputa e não aceita rivalidade masculina, porque vai tirar um pouco do espaço". Eu não sou assim, então eu não sei se eu sou feminista. Ou se eu deixo de ser feminista, porque eu aceito muito que as coisas são muito igualitárias, eu não sei dizer se eu sou extremamente, se eu sou feminista. Eu defendo a luta das mulheres, agora, não sei se eu sou feminista...³⁸

Já Ivani admite que demorou a se identificar como feminista, tal como pode ser visto no trecho abaixo:

Eu acho que a gente demora pra aceitar que é feminista e que tu é discriminada por ser feminista, porque a gente, mesmo a família da gente, os nossos pais, nasceu pra ser dona de casa,

³⁷ PERRONE. Ivanir de Fátima. (63 anos). (Set/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 01 de setembro de 2020.

³⁸ PERRONE. Ivanir de Fátima. (63 anos). (Set/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 01 de setembro de 2020.

casar e deu. E a gente “rasgou o sutiã” e disse “não, não sou só isso. Eu quero mais, eu quero igualdade”. Eu acho que demorou um pouco, eu acho que eu já tinha uns quase “trintinha” nas costas, demorou, mas eu acho que o que vale é que uma hora isso desperta.³⁹

Em muitos relatos há falas que aludem a “sempre fui feminista”, afinal, essas mulheres, em vários momentos, reforçam que mantinham um senso de justiça e um anseio para mudar a sociedade, mas só vieram a entender que isso as tornava feministas após a ressignificação de fatos de suas trajetórias pela formação política teórica, conforme conta Solange:

Olha eu acho que eu sempre fui feminista, quando eu disse que tinha aquele senso de justiça porque eu discutia muito com o meu pai, eu era adolescente, eu discutia com o meu pai, eu ficava dizendo “mas porque que tu faz assim?”, “mãe, porque que tu não faz assado?!” , “porque tu não reage e tal?”, mas eu sempre combatia essas coisas retrógradas. É claro que eu não era ainda uma feminista com uma perspectiva mais ampla, eu tinha um senso de feminismo, de liberdade, de respeito, aí, conforme eu fui crescendo e tendo contato, e tendo acesso a algumas informações e formações eu disse “não, porra! Eu sempre fui feminista!” só que, claro, algumas coisas que a sociedade te impõe tu reproduz o machismo da sociedade. Então eu tinha assim essa base feminista, mas eu não tinha toda uma estrutura, uma informação que me ajudasse a evoluir daquela base inicial. Mas, assim, lá no fundo eu sempre fui feminista. Eu só não tinha preparo pra isso (CARVALHO, 2020).

Eremi relata que um episódio de violência física que sofreu da polícia fez com que se percebesse como feminista:

Olha só, eu acho que essa questão do feminismo foi muito na construção do próprio debate, porque a gente teve... assim... primeiro a participação para, depois, entender a questão teórica. Então, na greve, a gente fez uma manifestação em Porto Alegre sobre a questão de um dissídio nosso, de uma campanha salarial que tinha ido para a justiça. A gente foi fazer uma manifestação lá no Tribunal Regional do Trabalho, e foi a primeira vez que eu fui presa e apanhei. Daí teve um cara da Brigada que me deu uma paulada na perna que eu nunca mais

³⁹ LIMA, Ivani Teresinha Francisco de (65 anos). (Set//2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS.30 de setembro de 2020.

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

esqueci. Daí a gente começou que a luta, que aquela luta era nossa, de homens e mulheres. Depois que a gente foi se dá conta que aquilo que a gente tava fazendo também era uma questão do feminismo, das lutas feministas (MELO, 2020).

O preconceito que sofreram por romper padrões impostos às mulheres, como de ser mãe solo, ocupar espaços antes restritos aos homens, como os sindicatos, resultou em constantes violências verbais e até mesmo físicas, como a que a Eremi relatou. O discurso antifeminista propagado pelas organizações de direita, de esquerda e até pela imprensa repercutiu na resistência que essas militantes tiveram em se assumir como feministas. Todo esse estigma por ser uma mulher militante impactou nos relacionamentos afetivos das entrevistadas, levando-as a um sentimento de solidão, como narra Solange:

A luta das mulheres pode conduzir elas pra uma solidão muito grande, não que a família vá resolver, tem até um meme que diz "se você chegar ao poder é muito bom, mas ele é muito solitário". A luta das mulheres acaba deixando elas assim. Tu vai olhar as mulheres que estão na batalha, quase todas elas não têm companheiro, porque a elas [às mulheres que têm companheiros] é exigido casar, ter filhos, ser um dos esteios do lar, essas coisas todas.⁴⁰

Outro ponto recorrente nos relatos é a relação entre a maternidade e o despertar político das militantes. Joceli iniciou a militância ainda no movimento secundarista, e conta que era amiga de Márcia, filha de Raquel Grazziotin, que era uma das principais lideranças políticas do período na cidade, de modo que, ao frequentar sua casa, acabou se envolvendo também no movimento de mulheres. Joceli foi mãe na adolescência e narra o momento que começou a se perceber feminista:

Eu engravidei na adolescência e aí tu tem outros olhares, sabe?! Eu já militava, mas daí tu dá aquele salto de qualidade, tu diz "não, agora eu vou combater dessa forma". Geralmente, as pessoas que criticam a questão das mulheres serem feministas, empoderadas, essas coisas, eles dizem o que?" Ah porque não

⁴⁰ CARVALHO, Solange Silva. (61 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

gosta de homem". "Ah porque são mal-amadas" (QUEIROZ, 2019).

Os relatos sobre a maternidade indicam situações de preconceito, mas também sugerem que esse foi um momento que as impulsionou para a luta coletiva ou como um momento marcante em suas trajetórias. Para Joceli, a maternidade representou "um salto de qualidade" em sua militância. Já Ivanir expõe que decidiu entrar definitivamente para o sindicato após ser mãe. Mari lembra que, na primeira greve que participou, estava grávida. Joce se mostrou emocionada, durante a entrevista, quando se lembrou de momentos de sua gravidez e maternidade.

Os relatos indicam que essas militantes despertaram para a luta política movidas por melhores condições de trabalho e moradia, bem como para enfrentar desigualdades oriundas do racismo e sexismo. O antifeminismo presente na sociedade implicou em uma resistência na autodenominação das narradoras como feministas, resistência ainda não superada por todas. Ainda assim, quando questionadas sobre o que significa ser uma feminista, sobretudo, o que é ser uma "feminista emancipacionista", nome que dão a concepção de feminismo que seguem, as narradoras afirmam que carregam consigo sentimentos de justiça, igualdade e anseios de construir uma nova sociedade para mulheres e homens. Eremi explica a concepção de feminismo a qual está engajada:

Eu acho que ser feminista emancipacionista é poder estar no lugar que eu quiser estar. Não tem lugar determinado: esse é o lugar da mulher...não! Eu posso estar no lugar que eu quiser! Eu posso estar na igreja, no bar, na rua, no sindicato, na universidade, eu posso estar fazendo Direito, Engenharia, Psicologia, eu posso ser professora...eu posso ser e estar onde eu quiser, isso é ser feminista emancipacionista. Porque onde eu vou estar, eu vou estar me colocando e levando essa questão. Porque é não ficar parada, pra mim é isso. É estar na fábrica, no comércio, nos hospitais, as enfermeiras, médicas ou na construção civil. Porque hoje nós estamos em todos os lugares. Agora tem um lugar que tá faltando mulher: é na política! Esse espaço nós precisamos ocupar. Se a gente olhar, a

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

gente ocupa todos os espaços, mas acho que o espaço de poder ainda nós não ocupamos, de decisão. Nós precisamos estar nos espaços de decisão, com projetos.⁴¹

As narradoras se mostram preocupadas em esclarecer que esse feminismo não é sexista, não é uma luta de mulheres contra os homens. Lourdes aborda essa questão, ao mencionar a sua participação na UBM:

A UBM não é sexista! Porque outros movimentos são sexistas. Achamos que a UBM tem que lutar junto, nós precisamos dos homens, porque, na vida normal, convivemos com os homens e mulheres. Não vamos viver isoladas, sozinhas. E nós precisamos dos homens, que estejam do nosso lado, nós precisamos que tenham homens feministas. A nossa principal diferença acho que é essa, que a luta não é uma luta de sexos. Nós brigamos pra ter os mesmos salários, nós não queremos que os salários deles baixem pro nosso ficar igual, nós queremos chegar ao patamar dele. O homem não é nosso inimigo, nós temos que puxar ele pra nossa luta, que ele faça parte da luta das mulheres.⁴²

Assim, esse feminismo buscar emancipar não somente as mulheres, mas toda a sociedade das diversas formas de opressão, de modo que, para elas, ser feminista é “a sede por um mundo melhor”,⁴³ conforme reforça Joceli:

Isso é muito meu. Muito característico meu de achar que eu posso vir a contribuir com a luta no geral por um mundo melhor. Não é um mundo pra mim, é um mundo pra todos. Eu gostaria muito que meu neto tivesse uma juventude saudável. Conseguisse ter oportunidade, ter uma infância boa, mas daí pra ele poder ter, eu tenho uma parcela enquanto sociedade. A gente tem que se organizar pra essas gerações futuras poderem ter isso. Acho que isso que te empodera. Acho que é isso, essa sede, essa vontade de um mundo melhor.⁴⁴

⁴¹ MELO, Eremi. (58 anos). (Ago/2020). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 18 de agosto de 2020.

⁴² ZABOT, Lourdes (65 anos). (Set/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 30 de setembro de 2019.

⁴³ QUEIROZ, Joceli Aparecida de (57 anos). (Out/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 23 de outubro 2019.

⁴⁴ QUEIROZ, Joceli Aparecida de (57 anos). (Out/2019). Entrevistadora: Rúbia Hoffmann Ribeiro. Caxias do Sul/RS. 23 de outubro 2019.

Considerações finais

Realizar uma escuta sensível e publicizar os relatos sobre a organização de mulheres militantes durante os anos da redemocratização brasileira em Caxias do Sul representa uma escrita da História mais democrática, pois rompe com narrativas universais sobre o período. As narrativas aqui apresentadas revelam os limites e as dificuldades em ser uma mulher que ocupa a esfera pública em defesa de direitos. Dificuldades essas que perpassam aspectos de cunho íntimo como o sentimento de solidão, as dificuldades em manter relacionamentos, os conflitos familiares e as ofensas e estereótipos frequentemente associados as feministas.

As vozes que dão sentido a essa escrita permitem refletir sobre o processo de constituição de uma geração de mulheres que, mobilizadas pela efervescência política da redemocratização brasileira, ocuparam os movimentos comunitários, sindicais e estudantis e passaram a se organizar enquanto coletivos. As narradoras invadem o espaço público em um período onde ser uma mulher militante carregava um estigma que impacta em aspectos muito íntimos, como as relações afetivas e familiares.

As trajetórias dessas mulheres não foram reconstruídas a partir deste estudo com o intuito de promover exemplaridade. Elas se inscrevem numa perspectiva de análise que privilegia as diferentes circunstâncias da vida cotidiana e as diversas formas de reações frente às normatizações sociais em tempos e lugares específicos.

As entrevistas através das quais emergem os sentidos das múltiplas experiências de vida dessas mulheres, essas "pessoas-processos", são aqui entendidas como ato político, de constituição de fala, de uma linguagem e de uma performance diante de marcadores sociais como gênero, raça e classe. O processo de escuta dessas vozes compreende uma via de acesso a subjetividades formadas na luta por igualdade social e dignidade humana.

Não nos propomos a "dar voz" a essas mulheres, expressão ainda presente em estudos que tomam a oralidade como forma de produzir fontes

***Veredas da História*, [online], v. 15, n. 2, p. 94-129, dez., 2022, ISSN 1982-4238**

históricas. Antes, ao estabelecermos uma relação de confiança, condição para uma boa prática de história oral, oferecemos a escuta atenta, sensível, ética para que essas feministas, mães, trabalhadoras, filhas, migrantes construíssem as suas versões e as suas interpretações de um tempo vivido.

De fato, o estudo que divulgamos aqui é parcial e fragmentado, haja vista as inúmeras possibilidades de investigação que se apresentam sobre a questão da formação de grupos feministas na cidade de Caxias do Sul, em variados contextos, dos quais emergem outras personagens. Há tantas histórias a serem contadas! Mas, quantos ouvidos as querem escutar?

Referências

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GARCIA, Loreley. Era uma vez... o uso da história oral nos estudos de gênero. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 05, n. 11, p. 547-563, jul./set. 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/1318455/Era_uma_vez_o_uso_da_hist%C3%B3ria_oral_nos_estudos_de_g%C3%AAnero. Acesso em: 26/02/2023

LEMONS, Beatriz Monteiro. História, memória e política: o feminismo emancipacionista e as estratégias de luta das mulheres comunistas no Brasil (1986-1988). *In*. **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro**, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1617377591_ARQUIVO_191bd8f44eba00d56a3718ce72c42a27.pdf Acesso em: 20 nov. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 99-105, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634466/2390> .Acesso em: 26/02/2023

PATAI, Daphne. **História Oral, Feminismo e Política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. (org.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos; HAACK, Marina Camilo. História social da escravidão sob a perspectiva interseccional: mulheres escravizadas e as experiências de maternidade (Rio Grande do Sul, século XIX). In: **História das mulheres no Brasil Meridional**. 2. ed. [E-book]. / Organizadores: Ana Silvia Volpi Scott, José Carlos da Silva Cardozo e Jonathan Fachini da Silva. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, n. 20, v. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
Acesso em: 26/02/2023

SILVA, Juceli A. Sociedade e indivíduo: a sociologia configuracional de Norbert Elias. **COnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 29, p. 232-245, 2019.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politéia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista. v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

Recebido em: 24.11.2022

Aprovado em: 11.06.2023

NARRATIVAS VISUAIS DE TRABALHADORAS DE SÃO PAULO (1940): PERSPECTIVAS FOTOGRÁFICAS DE HILDEGARD ROSENTHAL

VISUAL NARRATIVES OF WORKING WOMEN IN SÃO PAULO (1940S): HILDEGARD ROSENTHAL'S PHOTOGRAPHIC PERSPECTIVES

Maria Clara Lysakowski Hallal¹
(UFPel)

Resumo: O princípio balizador deste trabalho é o registro visual de uma fotógrafa imigrante – Hildegard Rosenthal – sobre as mulheres trabalhadoras que ocupavam a urbe paulistana. Logo, o objetivo do artigo é analisar como Hildegard Rosenthal construiu narrativas visuais das trabalhadoras que ocupavam São Paulo na década de 1940. Para a análise das fotografias ser efetiva, adapto o método proposto por Augusto Pieroni (2003), e divido a apreciação em formas e conteúdos. Como resultados esperados, compreendo que as narrativas visuais que Hildegard Rosenthal construiu das mulheres que ocupavam a urbe paulistana era diversificada, por vezes, não podemos negar, classista. Mas, Hildegard Rosenthal buscou retratar as mais variadas ocupações, o que permite, na atualidade, termos um

Abstract: The guiding principle of this work is the visual record of an immigrant photographer - Hildegard Rosenthal - about the working women who occupied the city of São Paulo. Therefore, the objective of this article is to analyze how Hildegard Rosenthal constructed visual narratives of the female workers who occupied São Paulo in the 1940s. For the analysis of the photographs to be effective, I adapt the method proposed by Augusto Pieroni (2003), and divide the appreciation in forms and contents. As expected results, I understand that the visual narratives that Hildegard Rosenthal built of the women who occupied the city of São Paulo were diverse, sometimes, we cannot deny, classist. But Hildegard Rosenthal sought to portray the most varied occupations, which allows us to have a diverse repertoire of working women who constituted the city of São

¹E-mail: clarahallal@hotmail.com

repertório diverso das mulheres Paulo in the 1940s.
trabalhadoras que constituíam a cidade
de São Paulo nos anos 1940.

Palavras-chave: Hildegard Rosenthal. São Paulo. Narrativas Visuais
Keywords: Hildegard Rosenthal. São Paulo. Visual Narratives

Introdução

As fotografias, de forma geral, possuem força narrativa. Isto é, analisando determinadas imagens, entendendo quem as produziu, o contexto de produção e as particularidades envolvidas, podemos perceber determinadas visões de mundo daquele período retratado e daquela(daquela) profissional envolvido no ato de fotografar. Neste sentido, John Berger comenta que a fotografia não é o acontecimento em si, mas a percepção do profissional sobre aquele momento e situação. As(os) fotógrafas(os) não traduzem o que estão vendo, e sim, registram o que enxergam e o que escolheram mostrar naquele momento (BERGER, 2017). Ainda pensando o ato de fotografar, Georges Didi-Huberman explana que o ato de ver é o que vemos e o que nos olha (DIDI-HUBERMAN, 2010), portanto, as fotografias, de uma forma geral, são concepções de quem fotografou, mas também, de nós observadoras/pesquisadoras.

Portanto, estudar fotografias produzidas por uma fotógrafa imigrante – Hildegard Rosenthal - que registrou São Paulo e especialmente suas(seus) moradores na década de 1940, é ter percepções do olhar daquela fotógrafa, juntamente com nossa interpretação de pesquisadoras(pesquisadores) sobre como era a cidade, sua espacialidade e suas(seus) ocupantes. Logo, por meio das fotografias específicas de Hildegard Rosenthal, podemos compreender aspectos de São Paulo, particularidades de gênero e questões migratórias envolvidas na década de 1940.

Assim, o objetivo do artigo é analisar como Hildegard Rosenthal construiu narrativas visuais das trabalhadoras que habitavam/ocupavam a urbe paulistana na década de 1940. Para isso, analiso seis fotografias que evidenciam

esse grupo de mulheres ocupando diversas atividades, como: trabalhadoras da zona cerealista, expositoras de objetos em uma feira livre, costureiras do Educandário do Serviço Social de Menores, e uma escultora, desempenhando seu ofício.

Ademais, este artigo se justifica, porque, até meados do século XX, era dado às mulheres papéis de subalternidade no ramo fotográfico – ou trabalhavam nos bastidores, ou fotografavam dentro das casas das clientes (sendo estes preferencialmente mulheres e crianças). Logo, tinha-se por certo a “suposta” pouca presença de mulheres artistas, especialmente fotógrafas, na historiografia de fins do século XIX e na primeira metade do século XX.

Contudo, é necessário compreender que as mulheres sempre estiveram presentes nas artes, porém, conforme Michele Perrot explícita, é recorrente o fato de as mulheres serem silenciadas ou parecerem invisíveis: “há uma espécie de silêncio das fontes” (PERROT, 2007, p.17). Sobre a mesma questão, Linda Nochlin lançou a seguinte pergunta em seu célebre artigo de mesmo nome: “Por que não houve grandes mulheres artistas?”, e tentou buscar respostas. Ou melhor, nos instiga a questionar essa frase e suas implicações. A autora menciona que, em um primeiro momento, as feministas ou estudiosas do tema, tentam responder à pergunta exemplificando que houve, sim, mulheres artistas. Mas, existiu e ainda existe, diferenças no trato entre ambos os sexos (NOCHLIN, 2016).

Ainda para Nochlin, seria bom se houvesse um grupo articulado de mulheres, determinado a mostrar e experienciar a arte feminista ou feminina. Mas isso ainda não aconteceu. Para a autora, a questão é que as mulheres, assim como os negros, e as minorias em geral, estão inseridos em uma sociedade branca e machista. A solução da questão não virá dos homens. Poucos estão dispostos a renunciar os seus privilégios e trocar de lugar com as mulheres. A solução tem que vir das próprias mulheres (NOCHLIN, 2016).

Continuando na mesma direção de pensamento, Joana Maria Pedro entende que é necessário querer a presença feminina nos documentos, olhando

e fazendo novas perguntas a esses materiais (PEDRO, 2005). Nessa mesma direção, pensando em fins do século XIX e no início do século seguinte, Boris Kossoy explicita que, entre 1883 a 1910, apenas quatro mulheres trabalharam com fotografias no Brasil, sem detalhar se elas eram fotógrafas ou se possuíam lojas de equipamentos fotográficos (KOSSOY, 2002). Outro exemplo que justifica a necessidade de se estudar os trabalhos de profissionais fotográficas é que os autores Helouise Costa e Renato Rodrigues da Silva, no livro "A fotografia moderna no Brasil" elencam que, entre as mais importantes fotografias do movimento moderno brasileiro – encabeçado pelo Foto Cine Clube Bandeirante e tendo como espaço temporal as décadas de 1940-1950, totalizando 23 imagens –, apenas uma é de uma fotógrafa: Gertrudes Altschul (COSTA; SILVA, 2004).

Os fatos elencados levam a compreender que o mercado fotográfico, seja brasileiro ou não, principalmente no século XIX e primeiras décadas do posterior, era pensado sob a hegemonia masculina. Isso se deu por vários motivos, algumas hipóteses, ainda que errôneas, levaram a crer que era por causa dos equipamentos, por serem pesados e grandes, era mais fácil ser carregados por os homens. Mas, essa é uma explicação simplista.

Ainda no ramo fotográfico em fins do século XX e início do posterior, para as mulheres, era dado o papel do retoque final. Além disso, elas ficaram responsáveis pelas formas de embelezar o cenário. Logo, as diferenças para os sexos, dentro do mercado fotográfico, era baseada em errôneas hipóteses, envolvendo uma suposta força física ou que as mulheres eram mais "aptas" à parte artística das imagens. Portanto, a participação feminina na fotografia, em escala mundial, parece que é invisível. Algumas mulheres sobressaíram, mas se trata de um número muito pequeno de profissionais, quando comparado aos fotógrafos homens que obtiveram sucesso (QUIJADA, 2003).

Logo, faz-se necessário novas pesquisas sobre o trabalho de fotógrafas do século XX, atuantes no Brasil. E devemos atentar-nos para analisar novos paradigmas das artes visuais: devemos olhar além dos modelos eurocêntricos e

masculinos (LIMA, 2022). Portanto, tais motivos justificam o estudo sobre as narrativas visuais que Hildegard Rosenthal produziu de trabalhadoras da urbe paulistana na década de 1940.

Para o desenvolvimento do artigo, em um primeiro momento, apresento aspectos da vida de Hildegard Rosenthal entrelaçado com seus processos identitários e migratórios. Após, analiso as fontes explicitadas e, finalmente, teço as considerações finais.

Caminhos percorridos por Hildegard Rosenthal: formação de uma fotógrafa

Considero importante entendermos a trajetória de Hildegard Rosenthal para, assim, analisarmos a contento as fotografias produzidas pela profissional. A futura fotógrafa nasceu em 1913, na Suíça, mas passou sua infância e juventude na Alemanha. Durante sua mocidade, viu a Alemanha passar pelas consequências econômicas derivadas da Primeira Guerra Mundial, especialmente a República de Weimar². Os anos iniciais foram turbulentos, marcados pelos assassinatos dos comunistas Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht e do Ministro do Exterior Walther Rathenau, de ascendência judaica, realizados por criminosos de extrema-direita. Mas, ainda assim, entre 1923-1928, a Alemanha viveu um período de estabilidade econômica e política, com reflexos e iniciativas no âmbito cultural e social (BALDERSTON, 2002).

Essas novas iniciativas tiveram reflexo nas artes e culturas alemãs, e no primeiro caso, essa renovação ocorreu, especialmente, na Escola de Bauhaus³.

² Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha, então derrotada pelos países vencedores do conflito, sofreu uma série de revés, principalmente após o Tratado de Versalhes, que consistiu em um acordo de paz assinado, obrigatoriamente, pela Alemanha, em 28 de junho de 1919. Entre as cláusulas, constava a perda de territórios da Alsácia-Lorena (retomada pela França), a redução do exército e o pagamento aos países que elaboraram o tratado (Rússia, Grã-Bretanha e França) da quantia aproximada de 269 milhões de marcos. Como consequência, a Alemanha estava entrando em colapso e falência. Para emergir, o Império Alemão foi substituído pela forma republicana, que foi denominada de República de Weimar. Tal período que durou de 1918 até o início do regime nazista, em 1933. (HOBSBAWN, 1995).

³ Foi fundada em 1919, em Weimar, na Alemanha. Posteriormente, em 1925, passou a funcionar em Dessau, no mesmo país. É considerada a primeira escola de design do mundo e tinha a disciplina de fotografia na sua grade curricular. Até 1929, a fotografia era vista como

Assim, novas correntes artísticas surgiram, como a Nova Objetividade (Neue Sachlichkeit), que entendia que as fotografias deveriam ser feitas mais próximas da realidade, sem interjeições e usos de técnicas do pictorialismo, por exemplo. E como uma das linhas desse novo conceito, tinha a Nova Visão (Neue Vision), cujo representante era o fotógrafo influente no movimento da Bauhaus - László Moholy- Nagy (1895-1946) (FABRIS, 2011). Dentro desses novos estudos, começou-se a ser utilizada novas formas de fotografar, como enquadramentos inclinados e imagens obtidas de outros ângulos, por exemplo. Permitindo, assim, que os observadores das imagens pudessem tecer diversas considerações e conjecturas das fotografias (FABRIS, 2013).

Dentre esse novo cenário europeu, especialmente, no primeiro momento, alemão, com mudanças, especialmente para as artes e fotografias, Hildegard Baum⁴ estava vivendo sua juventude, e com 18 anos interessou-se por fotografia e matriculou-se no curso de Paul Wolf. Ele foi um famoso fotógrafo alemão, que se formou em medicina, mas optou por seguir na carreira fotográfica. Além disso, o profissional ficou conhecido como o “pioneiro da Leica”, que era uma câmera pequena, de fácil manuseio e que permitia obter, com o mesmo filme, 36 imagens (GUARDANI, 2011). Em relação ao professor, Hildegard comenta que “[...] ele procurou o interior da Alemanha, não só a cidade, o campo. Nós saímos em grupos. Antes de sair, ele fazia um grande discurso sobre o assunto. Vocês não vão lá e entrar de supetão numa casa. Procurem ser gentis” (ROSENTHAL, 1981).

Deste modo, Hildegard Baum completou seus estudos em fotografia por volta dos seus 18 anos, quando resolveu se mudar para Paris, França, para estudar pedagogia. Em tal lugar, conheceu Walter Rosenthal, momento em que o casal passou a namorar e ficaram noivos. Após um ano na cidade, por questões de trabalho, voltaram para a Alemanha, mas permaneceram pouco

documental, a partir de então, passou a ser vista de forma integrativa. Dados retirados de: <https://lenineon.medium.com/bauhaus-1919-1933-bb36c1101f65> Acesso em 03/03/2021

⁴ Seu nome de batismo era Hildegard Baum. Após o casamento, passa a adotar o sobrenome do marido, e começa a se chamar Hildegard Rosenthal.

tempo, pois Walter era judeu e devido ao avanço do antissemitismo, regressam para Paris. Nesse ínterim, Walter e seus pais e irmãos resolveram migrar para o Brasil, enquanto isso, Hildegard continuou mais um ano em Paris pela ausência de visto. Até que, em 1937, a fotógrafa desembarcou no Brasil e aqui eles se casaram.

Já no Brasil, Hildegard Rosenthal trabalhou por alguns meses em um laboratório fotográfico, até que foi convidada a ingressar e ser a vice-diretora da Press Information, agência de notícias que vendia imagens e reportagens do Brasil para o próprio país e o mundo. A profissional, ao longo de uma década na agência, fotografou cidades, suas edificações, grandes passeatas, comícios de políticos, mas, conforme explicita, "me interessava o tipo humano das cidades"(ROSENTHAL, 1981).

Na Press Information, Rosenthal permaneceu até por volta do fim da década de 1940, momento em que suas filhas nasceram, depois que seu marido faleceu, e teve que prosseguir com os negócios da família de empresa farmacêutica. Contudo, por volta de 1970, a fotografia, de uma forma geral, passou a ser revalorizada no país, com os museus dedicando espaços para a fotografia (COELHO, 2012). Nesse contexto, o trabalho de Hildegard Rosenthal foi redescoberto, e ela passou as últimas décadas de sua vida, expondo seus trabalhos no Brasil e exterior, até 1991 quando faleceu em São Paulo

Narrativas visuais das trabalhadoras

Compreendo o trabalho de Hildegard Rosenthal sob a perspectiva da narrativa visual e, para exemplificar melhor esse significado, elenco o autor John Berger, que, ao estudar a linguagem fotográfica, faz o seguinte questionamento: "Qual o formato de uma narrativa fotográfica"? (BERGER, 2017, p.132). Nesse sentido, o autor responde que, para fazer uma narrativa, é preciso que os fatos estejam ligados. Berger explana, também, que "cada narrativa propõe um acordo quanto às não declaradas, mas presumíveis, conexões que existem entre acontecimentos" (BERGER, 2017, p. 132). Por último, o mesmo

autor comenta: “cada passo é um avanço sobre algo que não foi dito” (BERGER, 2017, p. 132). Sendo assim, percebo que o grande tema das fotografias de Hildegard Rosenthal são as habitantes das urbes – fato que liga todas as suas imagens –, mas essas também apresentam suas próprias peculiaridades e seus significados individuais.

Desse modo, para compreender o processo fotográfico, é necessário delinear o ato de fotografar. Este pode ser considerado como tomar posse de um momento vivido, fazer um recorte do tempo, do espaço e do lugar, o que possibilita inúmeras narrativas e diferentes sentidos para a imagem. Nessa direção, merece atenção o trabalho de André Rouillé, intitulado “A fotografia: entre documento e arte contemporânea” que explicita: “A imagem fotográfica não é um corte nem uma captura nem o registro direto, automático e analógico de um real preexistente” (ROUILLÉ, 2009, p.77).

Portanto, todas essas considerações são aplicadas no momento de analisar as imagens das trabalhadoras. Contudo, antes de apresentar e analisar como Hildegard Rosenthal observou e retratou a presença feminina no âmbito do trabalho, julgo ser necessário situar o mundo do trabalho, especialmente a partir do governo de Getúlio Vargas. Intrínseco a esse processo, demonstrou a situação da mulher nesse contexto, incluindo legislações e questões no âmbito jurídico e histórico, em relação aos processos trabalhistas.

A história do trabalho se desenvolveu de forma contraditória ao longo do século XX. Pois, Angela de Castro Gomes nos exemplifica que, até a década de 1930, a ascensão social não viria do trabalho, quem nascia pobre, possivelmente assim permaneceria. Porém, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o trabalho passou a ser visto como necessário para superar a pobreza e escassez advindas do conflito. Logo, daria dignidade e cidadania à pessoa (GOMES, 1999).

Essa nova concepção do trabalho não distinguia atividade laboral mecânica de outros tipos. Portanto, na teoria, todo o trabalhador era valorizado. Em conformidade a essas ideias, o associativismo (filiação aos sindicatos),

moradia e a alimentação eram a chave para pensar o bem estar e a segurança do trabalhador brasileiro. Portanto, o objetivo principal era evitar a pobreza, e para isso, obviamente, o trabalho e a prosperidade estavam interligados (FORTES; RIBEIRO, 2019).

E nesse cenário, era notório o desejo de emancipação feminina. Ela passou por vários estágios, como as manifestações pelo direito da mulher votar e de ser votada, que perduraram durante as três primeiras décadas do século XX, especialmente, entre as classes média e alta.

No Brasil, na década de 1920, surgiram os primeiros movimentos do sufrágio feminino⁵ – coincidindo com o momento em que as mulheres conseguiram ingressar em profissões, tornando-se médicas, engenheiras, dentistas e farmacêuticas. Em 1922, surgiu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que objetivava assegurar às mulheres direitos políticos. Ademais, em 1924, houve o I Congresso Internacional Feminista, ambos na cidade do Rio de Janeiro e liderados por Bertha Lutz, considerada, por muitos, a primeira feminista do país (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). As mulheres consideradas anarquistas⁶ não reivindicavam o direito ao voto, pois acreditavam que outras pautas, como melhores condições de trabalho, especialmente, para as companheiras dos setores fabris, eram mais importantes. As liberais, visando às mulheres das classes média e alta, defendiam o direito ao voto (RAGO, 2017).

Somente em 1932, após Getúlio Vargas ter promulgado o Código Eleitoral, as mulheres brasileiras adquiriram o direito de votar e de ser votadas, com ressalvas, pois a prerrogativa só era válida para as que exerciam função pública remunerada. A médica Carlota Pereira de Queiroz foi eleita a primeira

⁵ Movimento que visava direitos políticos às mulheres. Surgiu na Inglaterra ainda no século XIX, mas o primeiro país a conquistar o direito foi a Nova Zelândia, em 1893. Após, em 1906, a Finlândia teve as suas primeiras parlamentares eleitas. A Inglaterra só teve o direito conquistado em 1918, e apenas por mulheres com propriedades. A Arábia Saudita foi o último país a conquistar o direito, em 2015. Dados retirados do site: <https://uvesp.com.br/portal/noticias/este-mapa-mostra-o-ano-em-que-as-mulheres-tiveram-o-direito-de-votar-em-cada-pais-do-mundo/>. Acesso em: 17/01/2021.

⁶ Anarquismo é uma ideologia que não acredita em nenhuma forma de dominação (incluindo Estado) e acredita na cultura da coletividade.

deputada federal por São Paulo, na Constituinte de 1934. Além do voto, foram assegurados direitos às gestantes, como assistência médica, salário (correspondente à metade da média dos últimos seis meses de ordenado), licença-maternidade de dois meses e impedimento de demissão por gravidez (RAGO, 2017).

As pesquisadoras Claudia Schemes e Graziela Dobler mencionam que, em 1937, houve um retrocesso nas leis e nas garantias às mulheres. Uma nova Constituição foi criada, na qual não constava a obrigatoriedade da igualdade salarial entre os sexos. Além disso, o documento retirava a garantia das gestantes de permanecerem nos seus empregos. Também, em igual ano, foi implementado o Plano Nacional de Educação, que previa um ensino específico para as mulheres, o qual era voltado para o aprendizado dos afazeres domésticos, além de cuidados com esposo e filhos (SCHEMES; DOBLER, 2015).

Em 1939, com o Estatuto da Família, houve, ainda mais, restrição aos direitos femininos. Ficou estabelecido que as mulheres deveriam ser admitidas em empregos próprios da sua natureza – que seria, preferencialmente, dentro da esfera familiar, ou em atividades como professoras primárias, costureiras, datilógrafas e telefonistas, por exemplo. Dessa forma, houve limitação da presença feminina nos setores públicos e privados (SCHEMES; DOBLER, 2015).

Por volta de 1940, algumas mudanças profundas aconteceram, como o perfil educacional feminino, que chegou a situação expressiva no ensino superior. Isto é, as mulheres estavam presentes em todos os níveis escolares, sendo, do total de diplomados, 10% do público feminino (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). De forma geral, apesar dos vários retrocessos, as políticas educacionais implantadas na década de 1920 e institucionalizadas na Era Vargas (1930-1945) foram responsáveis por transformações das normas de gênero. Propiciaram às mulheres acesso à educação e ao trabalho fora do âmbito doméstico.

Contudo, muitos desses incentivos eram, na verdade, para manter as filhas, as esposas e as mães na esfera doméstica. Mas, a modernização alterou esses padrões de sociabilidade das mulheres das classes média e alta, além de

permitir e estimular que esse grupo frequentasse as ruas, os cinemas, enfim, a urbe em geral. O Brasil era um país em que os direitos femininos andavam a passos lentos, em que as mulheres, na maioria dos casos, mantinham dependência econômica, social e mental em relação aos homens.

E chegando à década de 1940, espaço temporal deste trabalho, entendo que o primeiro governo Vargas (1930-1945), especialmente a partir do Estado Novo (1937-1945), foi um momento complexo, caracterizado como um período ditatorial, momento em que direitos humanos foram supridos, mas, também um período de elevado desenvolvimento urbano, especialmente nas capitais, como São Paulo. O que ocasionou aumento da empregabilidade, especialmente para o público masculino, mas, também, marcado por conflitos dentro do âmbito do mundo do trabalho.

Logo, é um momento controverso na História Brasileira, especialmente no que tange às questões trabalhistas. Essa, no Brasil, na década de 1940, era pautada, ou melhor dizendo, derivada do crescimento industrial e o consequente desenvolvimento econômico. Portanto, a partir dessas perspectivas, abriram-se novas oportunidades de trabalho, obviamente, abarcando todo o tipo de precarização, derivada do sistema capitalista.

A partir de 1942 intensificou-se o discurso, forjado, de um governo "político trabalhista, que enfatizava a ideia do Estado (e de Vargas) protetor dos trabalhadores" (MATOS, 2019, p. 71). Prontamente viu-se que tal discurso era uma falácia, e o sindicato tutelado pelo Estado, convergia mais a reprimir do que organizar, o que levou as(os) trabalhadoras(es) começarem a se organizarem. Fato confirmado pelo aumento de paralisações e protestos. Entre 1930-1940, o número de greves em São Paulo chegou a 59 estabelecimentos, e 31 no interior do estado. Isso tudo se deve porque "os trabalhadores organizados e suas lideranças mais combativas continuaram a resistir à ideia do sindicato tutelado pelo Estado" (MATOS, 2019, p. 72). Como resposta, o governo de Vargas reagiu com repressão e truculência.

Em 1943, como medida para agradar as(os) trabalhadoras(os), mas, também, as(os) controlar, foi implementada a CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), momento em que foi definido o salário mínimo e a regulação de horários, turnos e regras trabalhistas em geral. Porém, mesmo nesse cenário promissor para a(o) trabalhadora(or), na década de 1940, quase 72% dos empregos assalariados eram informais (POCHMANN, 2020). Assim sendo, pressupõe-se que a informalidade acompanhou a sociedade brasileira e, claro, a paulistana.

Outro fator preponderante é que o trabalhador urbano e industrial, até a década de 1940, se concentrava nas indústrias têxteis, produção de alimentos e metalurgia. Já na década seguinte, a atividade laboral se voltou para as áreas de mecânica, materiais elétricos e transporte – sendo predominantemente masculinas. No final de 1940 e início de 1950, o presidente era Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), sucessor de José Linhares que ocupou o cargo por apenas 91 dias, após o suicídio de Getúlio Vargas.

O período de Dutra, é marcado por uma suposta “redemocratização”, mas, também houve aumento da inflação (o governo justificava como resultantes de déficits do governo anterior). Nos primeiros anos desse governo não houve incentivos à industrialização nacional – situação só amenizada no fim da década de 1940. Já as greves aumentaram – só nos dois primeiros anos do novo governo, surgiram cerca de 60 paralisações -, mas a rigidez trabalhista também acompanhou esse movimento e a repressão contra as(os) trabalhadoras(es) se intensificou (FORTES, 2017).

Portanto, a(o) trabalhadora formal sofreu revés com a inflação, desvalorização do salário e repressão trabalhista. E, falando especificamente das trabalhadoras informais, que é o caso da maioria dos registros de Hildegard Rosenthal, possivelmente, passavam, ainda, maiores preocupações. Pois, a informalidade gera insegurança laboral, e, além de todos os riscos inerentes às ruas, ainda tem a questão de serem mulheres e trabalharem em espaços públicos, estando mais sujeitas aos perigos. Obviamente esses fatores não são

mencionados nos registros fotográficos de Hildegard Rosenthal e nem é possível apreender análises se essas mulheres trabalhadoras fotografadas sofriam esses reveses, mas é um marcador importante a ser elencado dentro do contexto do mundo do trabalho.

O mundo do trabalho aparece explicitamente ou, implicitamente, nas fotografias de Hildegard Rosenthal. Segundo Maria Ciavatta (2012, p.34), o conceito “[...] inclui as atividades materiais, produtivas, assim como todos os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida”. Portanto, as fotografias das trabalhadoras são visões de Hildegard Rosenthal sobre os processos de produção de trabalho das laboriosas.

E se formos pensar o binômio mulher e trabalho, temos que avaliar que as formas de trabalho geralmente variam conforme o sexo. Detalhando o assunto, elenco os estudos de Flávia Biroli (2016) que explana que a exploração da força de trabalho não é igual para todas, como o benefício do patriarcado não é igual para todos os homens. E não podemos ignorar, conforme Clarice Speranza (2021) menciona, que as tensões entre homens e mulheres são permanentes, especialmente na divisão sexual do trabalho.

Logo, especialmente se formos pensar as primeiras décadas do século XX, as divisões do trabalho eram pensadas conforme o sexo. Obviamente tem-se exceções, e especialmente durante as guerras mundiais, visto que, devido à escassez de mão de obra masculina, mais mulheres ocuparam esses espaços – mas, especialmente durante os conflitos.

Ao pensarmos nas mulheres trabalhadoras temos que levar em conta a tríade: classe, gênero e raça. E claro que, conforme Gerda Lerner explicita: “[...] homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe. Mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres o tenham sido” (LERNER, 2019, p. 35). Avançando na discussão, Helena Hirata (2018) menciona que havia e ainda existe desigualdade salarial entre homens e mulheres. E mais ainda entre homens brancos/negros e

mulheres brancas/negras⁷. Por isso, ao analisar as fotografias, o contexto em que aquelas mulheres estavam inseridas é importante para entendermos suas posições no mercado de trabalho – seja formal ou informal –, as dificuldades inerentes às suas ocupações e o papel de Hildegard Rosenthal ao fazer os seus registros.

Sobre os papéis femininos, Carla Pinsky (2013) explica que, nas primeiras décadas do século XX, as mulheres deveriam, preferencialmente, dedicar-se ao lar, e a figura masculina era associada à força e à racionalidade, pois era quem deveria prover o sustento familiar. Obviamente, mudanças iam acontecendo, como nos anos 1920, período em que oportunidades de trabalho cresciam e que cada vez mais jovens eram vistas circulando nas ruas.

Com o desenvolvimento do setor terciário, a partir da década de 1920, as mulheres foram incorporadas em serviços de telefonia, de contabilidade – como secretárias – sinalizando que tinham maiores oportunidades de emprego, mas de forma geral, ocupavam cargos de menor prestígio social. Moças solteiras, ágeis e submissas eram as preferidas para essas funções (MATOS; BORELI, 2013). Carla Pinsky especifica que, na primeira metade do século XX, as opções mais bem aceitas para as mulheres eram aquelas:

[...] consideradas uma extensão do feminino por remeter a cuidado, assistência e serviço: professora, enfermeira, telefonista, secretária, balconista. As oposições sociais diminuía quando, para a mulher, abraçar uma “profissão honesta” era uma necessidade econômica e cresciam quando os argumentos incluíam realização pessoal e independência (PINSKY, 2013, p. 244).

Nesse sentido, entendo que, possivelmente, Hildegard Rosenthal percebia a importância de ver e de registrar a circulação feminina na urbe paulistana, visto que era um público, por vezes, desprestigiado das fotografias

⁷ Aqui, neste trabalho, utilizo a palavra “negra/negro”, me amparando em autoras/es como: Gonzales (1988) e Guimarães (2012), por ambos compreenderem que cor da pele (preto, no caso) daria margem para o sistema de diferenciação aqueles que tem cor para aqueles sem cor (brancos). Contudo, entendo que é uma discussão ainda em andamento.

relativas à força do trabalho. Portanto, essas questões que foram apresentadas são importantes para entendermos o cenário das trabalhadoras brasileiras, especialmente as retratadas por Hildegard Rosenthal. Visto assim, após a conceituação do mundo do trabalho ao longo da década de 1940 e reflexões acerca do trabalho feminino em igual período, explicito a metodologia. Para a análise das fotografias ser efetiva, utilizo adaptado o método proposto por Augusto Pieroni (2003), logo a apreciação será dividida em formas (enquadramentos, planos, ângulos e luminosidade) e conteúdos (temas e sentidos). Abaixo, apresento e analiso as imagens das trabalhadoras.

Fotografia 1: À espera do bonde na zona cerealista, São Paulo, SP, c.1940



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS.

A fotografia foi obtida na zona cerealista, localizada no Bairro do Brás⁸, onde se localizava a Hospedaria do Imigrante⁹. Era um local que vendia (e que ainda comercializa) produtos alimentícios e, além de ser constituído por outros

⁸ Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, o Brás – predominância da área comercial, industrial e cultural da zona leste de São Paulo –, passou a sofrer com a escassez de alimentos e de negócios.

⁹ A Hospedaria do Imigrante foi inaugurada em 1887 e foi a primeira morada de milhares de estrangeiros que buscavam melhores condições de vida ou fugir do percalços das guerras. Atualmente, foi reformada, e uma parte do complexo de prédios virou o Museu da Imigração, agora, no bairro do Mooca. A partir de 1930, com o movimento de migração interna, impulsionado pelo governo brasileiro, a Hospedaria passou a receber migrantes brasileiros, notadamente os nordestinos, que buscavam empregos e fugiam da fome.

negócios. A imagem na horizontal permite que os elementos presentes estejam mais dispersos e fornece sensação de amplitude.

O enquadramento é o plano aberto, em que as várias personagens da urbe paulistana estão destacadas: na primeira superfície, ocupando a centralidade do enquadramento fotográfico, uma senhora com pacotes ao seu lado e na sua cabeça. Além disso, à esquerda, temos a mulher de preto, olhando diretamente para a fotógrafa, e outra pessoa do sexo feminino sentada no meio fio da calçada. Ao seu lado, também sentado, está um menino, aparentemente de pouca idade. Na segunda superfície, um pouco atrás, está um senhor de terno olhando para o extraquadro, além do que a fotografia mostra -, e, logo mais ao fundo, outro personagem masculino em uma carroça.

O ângulo é o normal¹⁰ – com exceção do ponto de vista da fotografada que está sentada no meio fio –, proporciona ao observador pensar na igualdade entre Hildegard Rosenthal e suas(seus) fotografadas(os). Como o registro foi realizado em uma rua, ao ar livre, a luz solar apresenta outros efeitos que a fotografia de estúdio não permitiria, como grandes reflexos. Em relação a isso, a fotógrafa comentou que, durante o seu exercício profissional, ela gostava de utilizar “sombras fazerem desenhos”(ROSENTHAL, 1981).

Assim, a luminosidade lateral projeta sombras sobre as retratadas. Mas, também, faz desenhos como se acompanhasse os passos das fotografadas. Dessa forma, apreendo que as mulheres presentes na imagem estão em maior destaque, visto que o homem na carroça está desfocado, o rapaz mal aparece e a outra presença masculina está virada para o lado, como se tivesse sido clicado ao acaso.

Em relação às mulheres da fotografia, podemos observar maiores detalhes. Logo, a senhora que ocupa quase a centralidade do registro e está com mercadorias na cabeça, possivelmente, foi à zona cerealista para comprar alimentos para revender – visto a quantidade de mercadorias que carregava. A

¹⁰ O plano normal é quando a fotografia está no nível dos olhos da pessoa que está sendo fotografada.

outra figura feminina, sentada no meio fio da calçada, também tem sacolas por perto e está com um semblante cansado. Ambas, pelos vestuários e pelos produtos que transportam, demonstram ser da classe trabalhadora.

Em outra perspectiva, a terceira senhora de vestido preto, está com uma roupa mais elegante, distinta das outras duas mulheres. Ela está olhando diretamente para a fotógrafa, provavelmente com alguma desconfiança. Além disso, a ausência de sacolas, sacos e de mercadorias indica que ela poderia trabalhar em volta da zona cerealista, em setores como datilografia, ou que tenha ido até aquele cenário comprar pequenos artigos.

Além disso, percebo que, por meio dessa imagem 1, indícios que Rosenthal evidenciou a existência e a resistência da feminilidade na urbe paulistana. Pois, as mulheres estão em primeiro plano, e, além disso, vemos a diversidade feminina na imagem. Portanto, circular, ver e registrar as pessoas que circulavam por São Paulo, era usual do dia a dia dessa profissional, sejam homens e mulheres, mas, compreendo que os primeiros planos eram mais dedicados a mostrar o feminino na urbe paulistana. Fato evidenciado pela próxima imagem, que é uma continuação da fotografia 1, e relata a extensão de um fragmento do dia a dia daquela mulher registrada com as mercadorias na cabeça.

Fotografia 2: Tomando o bonde na zona cerealista - em frente ao mercado municipal, São Paulo, SP, c.1940.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS.

A fotografia acima exposta é uma continuação da anterior, pois vemos a mesma personagem que, anteriormente, ocupou a centralidade da imagem. O cenário também é o mesmo – a zona cerealista. É possível verificar que o enquadramento é o geral (aberto), em que ambiente e retratadas dividem espaço. Na cena enquadrada, podemos observar na primeira superfície a senhora com as mercadorias na cabeça, em direção ao bonde, e alguns de seus pacotes parecem já estarem no transporte.

O ângulo imagético é o normal, conferindo o significado de igualdade entre as presentes na imagem. Além da senhora já mencionada, observamos na segunda superfície, mais alguns personagens da urbe paulistana – o maquinista do bonde, um senhor que aparenta estar subindo no transporte e alguns outros personagens masculinos ao fundo. O protagonismo do registro divide-se entre o meio de locomoção e a mulher retratada.

Nesse cenário, um dado a ser lembrado é que, no início da década de 1940, os ônibus já estavam superando seus antecessores – os bondes elétricos. Dessa forma, na imagem analisada, ambos os personagens – a mulher retratada e o bonde – levam-nos a pensar em indícios de resistência no registro fotográfico, como se, para Hildegard Rosenthal, ambos os protagonistas tivessem seu direito de permanecer na urbe paulistana.

Além disso, ainda na fotografia 2, a mulher retratada está trabalhando pelas urbes da cidade – carregando sacolas, realizando seu deslocamento. Logo, Hildegard Rosenthal, provavelmente, compreendia que as ruas eram para todas as pessoas, de todos os sexos. Isso comprovado na sua fala, quando comenta que: “Eu via homens e mulheres nas ruas, principalmente de São Paulo, e mulheres trabalhando, carregando coisas pesadas, e homens também [...]”(ROSENTHAL, 1981). Esse olhar da fotógrafa para as pessoas, e para a simplicidade, era cotidiano à sua profissão, como afirma: “Para mim fotografia, quando não tem uma pessoa, a fotografia não me interessa. Não faz sentido. Eu tenho retrato de trabalhadoras, operários, gente do campo” (ROSENTHAL,

1981). Portanto, a fotografia analisada é um fragmento da narrativa visual construída pela fotógrafa.

Continuando nessa temática de composição social na metrópole paulistana, José Guilherme Magnani (1999, p.287) afirma que: “[...] no contexto das grandes cidades, são múltiplos, variados e heterogêneos os conjuntos de atores sociais que nelas vivem, sobrevivem, trabalham, se viram, circulam, usufruem de seus equipamentos ou deles são excluídos.” Para Hildegard Rosenthal, descobrir a urbe e as suas habitantes extrapolava o nível profissional, fato elencado na sua fala: “Eu gostava da cidade e explorei profissionalmente, mas pouca coisa. Mas foi uma coisa pessoal” (ROSENTHAL, 1981). Hildegard Rosenthal não registrou apenas as trabalhadoras da zona cerealista ou dentro dos padrões branco/europeu, ela registrou trabalhadoras negras. Eis as duas próximas imagens que remontam a essas personagens.

Fotografia 3: Feira do Largo do Arouche, c. 1940.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS

A feira no Largo do Arouche, realizada na área central de São Paulo, foi retratada por Rachel de Queiroz, escritora de grande sucesso. Em sua coluna no jornal *O Cruzeiro*, de 07 de dezembro de 1946, a cronista comenta que o local é formado por: “[...] um largo de forma irregular, começando num triângulo [...], e

acabando num cinema, debaixo dum parque de árvores” (QUEIROZ, s/p). A autora também comenta a diversidade presente, desde flores, legumes, sapatos e perfumaria¹¹.

Portanto, ainda que não tenhamos como ter certeza que a feira que Rachel de Queiroz mencionou seja a mesma registrada por Hildegard Rosenthal, é notório que o comércio informal estava presente no Largo do Arouche. Visto que, as feiras, de forma geral, são constituídas da informalidade e diversidade de produtos comercializados. E o mesmo cenário será visto na fotografia 4.

Assim, por meio da horizontalidade da fotografia, visualizamos os objetos que estão sendo comercializados pela personagem. E no momento, é nesse assunto que me deterei. O ângulo plongée¹² permite observarmos que a vendedora possivelmente é negra - fato elucidado na próxima fotografia a ser analisada. E a luz natural incide sobre as mercadorias que parecem ser figas, patuás, sementes, ervas, e frutas (ao canto da imagem). Ainda, conseguimos observar que a feira, ao menos a banca retratada, é montada na própria calçada, sem mesa ou bancada de apoio. Portanto, a informalidade estava presente no cotidiano dessa trabalhadora retratada.

Sob o olhar de Hildegard Rosenthal, São Paulo era composta de mulheres multiétnicas, ela olhou e registrou a presença negra na cidade, o que, como indica Ana Maria Mauad (2020), o que até a década de 1940, era mais usual em fotografias de temática do carnaval ou instituições religiosas. Mas, conforme demonstra Álvaro Nascimento (2016), homens e mulheres negros(a) também fizeram parte da História do Brasil. E igualmente se envolveram em lutas operárias, desenvolveram ofícios em cursos como medicina, direito e engenharia. Contudo, em determinados momentos, como no Estado Novo, foram apagados dos registros históricos.

¹¹ Informações extraídas de: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/8648/feira-do-arouche>. Acesso em: 10/10/2022.

¹² O ângulo plongée é quando a câmera focaliza a pessoa ou o objeto de cima para baixo.

Porém, mesmo com esse apagamento, ou devido a isso, Hildegard Rosenthal, diante de seu olhar multiétnico, na terceira fotografia analisada, contemplou uma trabalhadora negra, exercendo atividade possivelmente informal. Noto então que é interessante seu olhar para o outro, para os invisibilizados da sociedade. E isso pode ser devido ao seu próprio status de imigrante, pois esse patamar impõe dificuldades e especificidades próprias. Logo, de uma forma geral, o processo de migrar envolve rupturas, às vezes, traumas (SAYAD, 1998). E ainda mais no período do Estado Novo, essas dificuldades foram acentuadas, pois para a (o) fotógrafa (o) trabalhar em pleno período, especialmente nas ruas do Brasil, era necessário um salvo conduto, assinado pelo diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O instrumento, na verdade, nas palavras de Ana Maria Mauad, "era um órgão censor e repressor de atividades culturais no Brasil [...]" (MAUAD, 2020, versão para Kindle, posição 20).

Outra questão a ser discutida é que, no contexto da imigração, as mulheres e os homens vivenciam essa experiência de formas distintas. Portanto, no caso específico de Hildegard Rosenthal, compreendo que é uma visão de uma estrangeira sob um país, mais especificamente, de uma cidade. Logo, seu olhar fotográfico pode capturar nuances que, possivelmente, uma brasileira nativa não perceba. Talvez, por essas questões que Rosenthal retratou a vendedora negra. Continuando na mesma feira do Largo do Arouche, na próxima fotografia observamos a trabalhadora em maiores detalhes, é o momento em que o rosto da moça é evidenciado e conseguimos ver os seus traços e fisionomia.

Fotografia 4: Feira do Largo do Arouche, c. 1940.

Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS.

Nesta imagem, o plano médio permite visualizar em maiores detalhes da trabalhadora exercendo seu ofício na feira do Largo do Arouche. É o momento de ver em profundidade o rosto da mulher – enquanto que no registro anterior, ainda restavam dúvidas se era uma moça negra – agora, temos a confirmação. O foco é na personagem, logo, ela está na primeira superfície e na segunda superfície, é possível ver mais algumas mercadorias comercializadas (frutas e objetos), a vegetação, e outra trabalhadora, que está olhando para além do que a imagem mostra.

Ao contrário da fotografia anterior, nesta, Hildegard Rosenthal estava no mesmo nível da fotografada, indicando que a profissional estava abaixada, ressaltando a igualdade entre ambas. Além disso, nos revela que, possivelmente, Rosenthal não se importava com si própria e com suas vestes, para obter o registro desejado. Fato comprovado no seguinte trecho de sua entrevista: “[...] eu sou de estatura pequena, eu me visto simplesmente [...]” (ROSENTHAL, 1981). Portanto, a fotógrafa explica que o principal era “obter a fotografia do que eu estava vendo no momento” (ROSENTHAL, 1981).

Além de realizar uma imagem perfeita, com luz e elementos centralizados, por exemplo, Hildegard Rosenthal optou por registrar o que seus olhos estavam vendo naquele momento. Assim, mesmo que a fotografia

analisada seja posada, podemos averiguar pequenas imperfeições. Primeiramente, o corte fotográfico foi realizado de forma abrupta na altura da cabeça da personagem. E a trabalhadora não está centralizada na imagem. Contudo, esses elementos não impedem que nós, observadores, apreendemos a expressão risonha da trabalhadora – que pode ser pelo ato fotográfico em si -, ou pela alegria de vender o produto. Além disso, suas vestes – especialmente o casaco –, parece estar largo, pode ser reutilizado ou advindo de doações, indicando uma possível insuficiência econômica da retratada.

As fotografias 3 e 4, analisadas em conjunto, indicam algumas possibilidades interessantes de serem discutidas. No primeiro registro, a retratada mal aparece, o foco é em seus objetos comercializados. Logo, pode ser uma crítica de Hildegard Rosenthal para a invisibilidade das mulheres negras, ou um estranhamento da fotógrafa para outras culturas – visto que os objetos parecem ser de temática africana.

Por último, o fato da fotógrafa ser uma mulher de classe média, ainda que sofresse dificuldades inerentes ao fato de ser uma imigrante alemã em meio ao Estado Novo e à Segunda Guerra Mundial, poderia indicar um olhar classista para a registrada. Obviamente esse suposto “olhar” pode ser algo subentendido da própria Hildegard Rosenthal, isto é, aqueles sentimentos, vivências e perspectivas que as(os) profissionais da fotografia carregam com si. Fato elencado por William Thomas Mitchell, ao afirmar que:

[...] Las imágenes nos son simplemente un tipo de signo particular, sino algo así como un actor en la escena histórica, una presencia o personaje dotado de estatus legendario, una historia que acompaña y participa de las historias que nos contamos sobre nuestra propia evolución de criaturas “hechas a imagen” de su creador, a criaturas que se producen a sí mismas y a su mundo a su propia imagen (MITCHELL, 2016, p. 31).

Portanto, as tensões e subjetividades da própria Hildegard Rosenthal estão impressas em seus registros fotográficos. E isso pode ter ajudado a fotógrafa a construir as narrativas visuais de mulheres paulistanas na década de

1940 de forma plural. Apesar de ter construído um aporte fotográfico que constituíam os vários tipos da cidade de São Paulo, a profissional comenta que “[...] no fundo sou uma pessoa muito tímida. Eu não sei o que foi. Eu simplesmente cheguei num lugar, fiquei onde ia ficar e tirei fotografia” (ROSENTHAL, 1981). Contudo, mesmo em meio a sua timidez, ela conviveu com as pessoas, e tinha contato direto com a população.

E essas fotografias derivadas do contato direto com a população, entendo que são formas de expressão de Hildegard Rosenthal – composta de subjetividades, tanto para quem registra quanto para quem observa. Portanto, seus processos de migrar, sua experiência como uma das poucas mulheres em cenários, por vezes hostil, como as ruas da cidade, podem ter constituído seu olhar múltiplo para seus atores sociais.

Ainda falando das fotografias 1, 2, 3 e 4, elas representam mulheres das classes menos abastadas – fato comprovado pelas vestes e, especialmente, ocupações que exerciam. Indo além, até o momento, percebe-se que a questão de ser mulher negra precarizava ainda mais a situação da mulher trabalhadora. Logo, esses lugares que serviram como cenário para as trabalhadoras – Zona Cerealista e Largo do Arouche, ainda que se localizassem na zona central de São Paulo, eram ambientes mais empobrecidos.

Para continuar na temática das trabalhadoras em situação de aparente insegurança, apresento um registro de costureiras no Educandário do Serviço Social de Menores. Entendo ser um trabalho precarizado na medida que seus direitos não eram desguarnecidos à contento (as carteiras não eram registradas e a remuneração não era justa) (BORGES; SALLA, 2018).

Fotografia 5: Costureiras no Educandário do Serviço Social de Menores, posteriormente Unidade da FEBEM, São Paulo, 1942.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS.

A fotografia é um recorte do dia a dia do Educandário do Serviço Social de Menores, local que acolhia crianças e jovens abandonados ou considerados infratores. E às menores acolhidas eram ensinados serviços de costura e lavagem de roupa (BORGES; SALLA, 2018). Portanto, ao atingirem a maioridade, e saírem da instituição, ou quando liberadas pelo poder público, teoricamente estariam aptas para trabalhar em casas de família ou hotéis/lavanderias, por exemplo. Infelizmente poucas informações estão disponíveis sobre esta imagem, mas segundo dados disponíveis no IMS, a fotografia faz parte de uma reportagem que a fotógrafa realizou para a revista *Sombra*, publicada em fevereiro de 1942. O objetivo da matéria era registrar o dia a dia dos menores moradores do Educandário do Serviço Social de Menores.

Em relação às questões técnicas, a fotografia está na horizontal, proporcionando que os elementos fiquem mais dispersos. O plano aberto e o ângulo plongée (a fotógrafa estava em pé, e as moças sentadas), proporciona a observadora (o observador) entender que os objetos (fronhas, lençóis e cobertores) estão aglomerados, quase não é possível distingui-los. A fotografia é o que podemos classificar como “dura”, isto é, bem contrastada, e possui apenas alguns tons de cinza, predominando o preto e o branco.

Em fotografias, de forma geral, o nosso olhar é direcionado para o lugar mais iluminado, primeiro, visualizamos a parte clara da cena. Logo, na cena retratada, a luz direta/frontal ilumina os produtos que estão mais à frente do cenário. Tal situação pode ser indicativo que o local era por si só escuro, e devido a isso, Hildegard Rosenthal abriu uma porta/janela para clarear o ambiente. E quanto ao uso da luz em seus registros, a fotógrafa afirma que “na maioria das fotos, só uso a câmera, sem flash” (ROSENTHAL, 1981), especialmente quando o ato de registrar envolvia andanças pela cidade.

Também é notável que o vestuário, cabelo e posição das retratadas, ajudaram a normatizar aquele ambiente – tornando-o praticamente uniforme, como é de se esperar de uma Instituição de Menores. Porém, sobressai-se uma única trabalhadora olhando diretamente para a fotógrafa – sendo essa uma mulher negra. Aliás, o cenário apresenta cinco trabalhadoras, sendo duas negras.

Conforme já estabelecido não era usual registrar visualmente as pessoas negras, além do carnaval ou instituições religiosas (MAUAD, 2020). Não podemos esquecer que durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1954), havia discursos higienistas e preconceituosos contra os imigrantes, a população negra e os “indesejáveis” de forma geral. O desejo do governo brasileiro era assegurar o “branqueamento” da população. Por isso, negros, judeus, ciganos, portugueses e chineses não eram bem vistos e tinham suas imagens atreladas a caricaturas carregadas de sentidos discriminatórias (CARNEIRO, 2018).

Logo, moças negras, institucionalizadas dentro do Educandário do Serviço Social de Menores, deveriam sofrer racismo e preconceito, se não de suas colegas, mas das pessoas que regiam aquele lugar. E Hildegard Rosenthal pode, ao menos naquele momento da fotografia, marcar a presença daquelas moças trabalhadoras, especialmente as negras mas, também, institucionalizadas. Também a análise da fotografia pode nos levar a perceber que essas jovens estavam em situação de opressão – o ambiente era escuro,

pequeno, e além disso, percebe-se que as moças não tinham muitas possibilidades de trabalho na instituição.

Até o momento, apresentei, quase na totalidade, fotografias de trabalhadoras mulheres que, possivelmente, exerciam seus ofícios informalmente e de forma precária. Parece ser o caso da trabalhadora na feira do Largo do Arouche e também do Educandário do Serviço Social de Menores – que acolhia as jovens e ensinava um ofício –, mas não as empregava (RIZZINI, 2011). A próxima fotografia apresenta uma trabalhadora-artista, que também exercia a informalidade, mas ocupava outro status na sociedade, e possivelmente não possuía um trabalho precarizado ou em situações de perigo.

Fotografia 6: Elizabeth Nobiling no ateliê. São Paulo, 1942.



Fotógrafa: Hildegard Rosenthal. Acervo: IMS

Hildegard Rosenthal possuía grande circulação e amizade com as(os) artistas que moravam no Brasil, e isso se deve, especialmente, por sua amizade com outro artista, lituano e também imigrante, Lasar Segall. Conforme a fotógrafa afirma, “Segall era formidável, se prontificou para dar endereço de amigos para tirar fotografias, mas não comercialmente, para efeito de reportagem [...] E a Press Information já tinha criado um nome. Então a gente telefonava, marcava hora, ia lá e pronto”(ROSENTHAL,1981).

A fotógrafa também comenta que as(os) artistas retratadas(os) não eram vaidosas(os), não tinha concorrência entre elas e não davam importância em aparecer em revistas e jornais. Além disso, a fotógrafa explana que não estranhavam a presença dela, pois “[...] tinha muitos pintores, desenhistas, tinha muitas mulheres intelectuais. No ambiente de fotografias eles, neste ambiente, não se estranhavam, porque era também uma mistura de curiosidade”(ROSENTHAL, 1981). Portanto, o processo de fotografar era fácil, ao menos do ponto de vista do ego entre as(os) retratados artistas. E foi a partir das fotografias das(dos) seus amigas(os) artistas que Hildegard Rosenthal começou a explorar novos assuntos para suas reportagens em terras brasileiras.

E quanto à fotografia mostrada acima, a artista é Olga Elisabeth Magda Henriette Nobiling¹³, nascida em 1902 em São Vicente, São Paulo e faleceu em 1975, na capital paulista. Era de família alemã, e por motivos diversos, sua família voltou ao país natal na década de 1910. Em tal lugar, frequentou a Universidade de Colônia e a Universidade de Muenster, em Vestfália, local em que matriculou-se em cursos de História e História da Arte. Porém, após quatro anos desistiu da formação universitária, e foi admitida na Academia de Belas Artes da Universidade de Berlim, momento em que aprofundou seus estudos já iniciados, em Cerâmica. Em 1934 voltou ao Brasil e conheceu Yolanda Mohalvy (amiga de Rosenthal) e outras(os) profissionais. Já na década de 1940, começou a ministrar aulas no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro e em 1953, iniciou como professora da faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade de São Paulo.

Após a contextualização da vida artística de Elizabeth Nobiling, apresento a análise das questões técnicas da fotografia produzida por Hildegard Rosenthal. A imagem está na horizontal, e há um jogo de luz e sombras - refletindo a imagem da cerâmica na parede. Além disso, é uma

¹³ Informações extraídas do site: ELISABETH Nobiling. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21780/elisabeth-nobiling>. Acesso em: 01 de abril de 2022. Verbete da Enciclopédia.

fotografia em que o desejo de registrar o momento exato em que Elizabeth realiza sua obra, é mais importante do que a estética da fotografia – visto que está borrada, com a luz estourada e um pouco desfocada.

O plano médio – quase fechado – permite observar que na primeira superfície está a cerâmica (objeto a ser confeccionado) e a mão executora do trabalho. Na segunda superfície, o resto do cenário, momento em que aparecem os quadros ao fundo. E o vestuário da fotografada era constituído de roupa casual. Mas ela não está de avental ou com proteção para suas vestes, logo, é um indicativo de que o registro foi encenado.

Essa encenação possivelmente deu-se pela boa relação de Hildegard Rosenthal com as(os) artistas que fotografava. Ao ser indagada pelos seus interlocutores do Museu da Imagem e do Som (MIS), como era esse contato, ela afirmou: “Eu tirei fotografias deles, fiquei no ateliê deles, frequentei a casa deles. Tirei fotos fora do comum”(Rosenthal, 1981). Além disso, tinha-se a novidade de ser fotografada(o) em seu próprio ambiente de trabalho, algo que não era usual na década de 1940 (COELHO, 2006). Portanto, ao menos nesse círculo artístico, as relações entre fotógrafa e fotografados eram pacíficas e bem aceita.

Assim, apresentei um conjunto de fotografias em que Hildegard Rosenthal registrou as trabalhadoras exercendo suas atividades– seja as ruas propriamente ditas, ou dentro de instituições ou ateliês. Ademais, compreendo que a diversidade das trabalhadoras estava presente na constituição das narrativas visuais construídas por Hildegard Rosenthal.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar como Hildegard Rosenthal construiu narrativas visuais das trabalhadoras que ocupavam a cidade de São Paulo na década de 1940. A respeito desse intento, teço algumas considerações. A partir de seis fotografias elaboradas pela fotógrafa imigrante Hildegard

Rosenthal, compreendo que o olhar da fotógrafa para aquelas trabalhadoras era heterogêneo, constituído de múltiplas sensibilidades e questões envolvidas.

Portanto, por exemplo, por meio de duas fotografias (1 e 2) que mostram a zona cerealista, é possível conjecturar que, Hildegard Rosenthal, buscou despontar as trabalhadoras de origem modesta que ocupavam a urbe paulistana. Assim, mesmo o cenário sendo constituído de homens e mulheres, essas estavam em primeiro plano e com maior enfoque. Ainda, as personagens apresentadas (com exceção de uma mulher) eram simples, possivelmente tinham que trabalhar consideravelmente para obterem o seu sustento. Especialmente na segunda imagem, visualizamos a continuidade de uma das trabalhadoras fotografadas – observamos a personagem subindo no bonde com suas mercadorias, logo, acompanhamos o “vai e vem” daquela mulher.

As fotografias 3 e 4, indicam outras possibilidades de construção de narrativas visuais do trabalho daquelas aquelas mulheres – agora, na feira do Largo do Arouche. Logo, possivelmente eram trabalhadoras informais. Além disso, Hildegard Rosenthal, retratou, nesse momento, a negritude feminina na cidade de São Paulo, fato que não era usual na década de 1940. A imagem 5 evidencia costureiras no Educandário do Serviço Social de Menores, e pelo registro de Hildegard Rosenthal, visualizamos um local pequeno, escuro, possivelmente abafado. Tal fotografia indica que, mesmo em um ambiente que os direitos das moças deveriam ser resguardadas, talvez assim não fossem.

Por último, a fotografia 6 mostra outra construção fotográfica de trabalhadora. Agora, nos é apresentada a trabalhadora-artista, que, possivelmente, possuía outro status e condição de trabalho. Assim, Hildegard Rosenthal nos expõe Elizabeth Nobiling, uma escultora e artista plástica, e visualizamos um fragmento do seu fazer artístico. Logo, compreendo que as narrativas visuais que Hildegard Rosenthal construiu das mulheres que ocupavam a urbe paulistana na década de 1940 era diversificada, mostrando desde trabalhadoras da zona cerealista, feirantes negras, jovens mulheres, até uma artista-trabalhadora. Compreendo que Hildegard Rosenthal buscou

retratar as mais variadas ocupações, o que permite, na atualidade, termos um repertório diverso das mulheres trabalhadoras que constituíam a cidade de São Paulo nos anos 1940.

Assim, esta pesquisa não se esgota no momento. Acredito que, com novas fontes e análises sobre fotografias da própria Hildegard Rosenthal e outras fotógrafas imigrantes que vieram para o Brasil na primeira metade do século XX, será possível aprofundarmos e entendermos outras percepções e análises da presença feminina na urbe paulistana – especialmente das trabalhadoras.

Referências

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu** (27), julho/dezembro de 2006, pp.213-254. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32143.pdf> Acesso em: 08/06/2020.

BALDERSTON, T. **Economics and Politics in the Weimar Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, p. 719 - 68, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt>. Acesso em: 02/04/2022.

BORGES, Viviane; SALLA, Fernando. A gestão da menoridade sob o Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores de São Paulo (1930-1940): encruzilhada de saberes. *Saúde e Sociedade [online]*. 2018, v. 27, n. 2 pp. 326-337. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180139>. Acessado em 10/04/2022.

CARNEIRO, Maria Luiza. Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, nº 119, outubro/novembro/dezembro de 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i119p115-130>. Acesso em: 06/02/2022.

Clavatta, Maria. O mundo do trabalho em imagens: memória, história e fotografia. **Revista Psicologia: organização e trabalho**. Florianópolis, V.12, n.1, p.33-45, abril 2012.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06/08/2022.

Coelho, Maria Beatriz R. De V.. O campo da fotografia profissional no Brasil. **Varia hist.**, Belo Horizonte , v. 22, n. 35, p. 79-99, June 2006 .

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752006000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20/08/2022.

Coelho, Maria Beatriz. **Imagens da nação: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

Costa, Helouise ; Silva, Renato Rodrigues da. **A fotografia moderna no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

Didi-Huberman, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.

Fabris, AnnaTeresa. **O desafio do olhar: fotografias e artes visuais no período das vanguardas históricas**. Vol II. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Fortes, Alexandre; Ribeiro, Felipe. Trabalhadores e Segunda Guerra Mundial: debates introdutórios para um dossiê. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, V.11, p.1-7, 2019. Disponível em: DOI:10.5007/1984-9222.2019.e70508. Acesso em: 08/08/2022.

Fortes, Alexandre. World War II and Brazilian workers: populism at the intersections between national and global histories. **International Review of Social History**, v. 62, Special Issue S25, dec. 2017, p. 165-190. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020859017000608> Acesso em: 02/08/2021

Gomes, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Guardani, Mariana. Fotógrafos estrangeiros na cidade: Werner Haberkorn, Hildegard Rosenthal e Alice Brill. In: Lanina, Anna Lucia et al. **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 415-442.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. The Brazilian system of racial classification. **Ethnic and Racial Studies** (Print), v. 35, p. 1157-1162, 2012.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

HIRATA, Helena. Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. **Revista Trabalho Necessário**, V. 16, n. 29, p.14-27, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>. Acesso em: 08/12/2022.

KOSSOY, Boris. **Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro**: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910). São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Lúcia de Souza Alves de. Hildegard Rosenthal e a experiência de modernidade para mulheres fotógrafas na São Paulo da década de 1940. **Encontro de História da Arte**, Campinas, SP, n. 15, p. 345–356, 2022. DOI: 10.20396/eha.15.2021.4679. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/4679>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MAGNANI, José Guilherme. As cidades de Tristes Trópicos. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1999.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

MATOS, Maria Izilda; BORELI, Andrea. Trabalho: espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Isso não é uma janela: uma fotografia e sua história. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis; MENESES, Patrícia. **A imagem como experimento**: debates contemporâneos sobre o olhar (org.). Vitória: Editora Milfontes, 2020.

MAUAD, Ana Maria. Por seus olhos nos vemos: Genevieve Naylor, fotografia e gênero nos tempos de Boa Vizinhança (1941-1942). In: COSTA, Helouise; ZERWES, Erika (orgs.). **Mulheres fotógrafas/ Mulheres fotografadas**: fotografia e gênero na América Latina. São Paulo: Intermeios, 2020.

MITCHELL, W. T. **Iconologia**. Imagen, Texto, ideologia. Buenos Aires: Intelectual, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, no 59, p.607-626, setembro-dezembro 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/vBTQbYFXtqwMXCHR6sfsN7Q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10/10/2022.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?**. São Paulo: Editora Aurora, 2016.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História [online]**. vol.24, n.1, pp.77-98, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742005000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10/05/2021.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PIERONI, Augusto. **Leggere la fotografia: Osservazione e Analisi delle Immagini Fotografiche**. Roma: Edup, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi. Imagens e representações I: A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2020, v. 25, n. 1 , pp. 89-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.29562019>. Acesso em: 10/11/2022

QUIJADA, Gonzalo Leiva. Mujeres y fotografía: la visibilidad de lo femenino. **Aisthesis**: Revista chilena de investigaciones estéticas, ISSN-e 0568-3939, N°. 36, p. 138-149, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7009788>. Acesso em: 10/03/2020.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2009.

ROSENTHAL, Hildegard. **Depoimento a Boris Kossoy, Eduardo Castanho, Hans Gunter Flieg, Moracy de Oliveira**. Gravado no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo. Acervo MIS, 25 de maio de 1981.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHEMES, Claudia; DOBLER, Graziela. A representação da mulher nos anos 1940 em Novo Hamburgo/RS. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, a.7, v. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rco.v2i0.134>. Acesso em: 01/10/2020

SPERANZA, Clarice Gontarski. Gênero e classe numa comunidade de mineração de carvão do Brasil em meados do século XX. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, v.1, p.113-136, nov 2020 – abril 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48038/revlatt.n1.4>. Acesso em: 20/01/2023.

Recebido: 30.11.2022

Aprovado: 11.06.2023

A PRESENÇA DE MARIA FELIPA NUM PROCESSO JUDICIAL EM ITAPARICA, BAHIA, 1834

THE PRESENCE OF MARIA FELIPPA IN A LAWSUIT IN ITAPARICA, BAHIA, 1834

Milton Moura¹

Universidade Federal da Bahia

Felipe Peixoto Brito²

Graduando em História na Universidade Estácio de Sá (EAD)

Resumo: Trata-se da análise inicial dos autos do Processo Crime que investigou e julgou supostos atos de agressão física ocorridos na Vila de Itaparica em 1834. O documento contém quinze folhas, está incompleto e encontra-se depositado no Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, 33/1381/13. Busca-se identificar, através do método prosopográfico, se Maria Felippa, acionante neste processo, em que é descrita apenas como *pobre e analfabeta*, denunciando o crime cometido contra ela e sua filha, obteve não só a prisão do seu agressor, como uma vitória parcial em um Tribunal de Jurados. Assim, o artigo coloca elementos para refletir sobre a historicidade e singularidade da personagem, que tem sido evidenciada nas comemorações e discussões acerca

Abstract: It's an initial analysis of the Crime Case that investigated and judged alleged acts of physical aggression occurred in the village of Itaparica in 1834. The document contains fifteen sheets, is incomplete and is deposited in the Public Archives of the State of Bahia, Judicial Section, 33/1381/13. It seeks to identify, through the prosopographical method, whether Maria Felippa, actioner in this process, in which she is described only as *poor and illiterate*, denouncing the crime committed against her and her daughter, obtained not only the arrest of her aggressor, but also a partial victory in a Jury Court. Thus, the article puts elements to reflect on the historicity and uniqueness of the character, which has been evidenced in the celebrations and discussions about the participation of

¹ E-mail: miltonmoura7@gmail.com.

² E-mail: fspbrito@gmail.com.

da participação da Bahia – e, no caso, da Ilha de Itaparica – no processo das lutas pela independência.

Bahia – and, in this case, the Island of Itaparica – in the process of struggles for independence.

Palavras-Chave: Bahia; Itaparica; Século XIX

Key-words: Bahia; Itaparica; XIX Century

Introdução

Em data desconhecida do mês de janeiro de 1834, uma mulher chamada Maria Felippa denunciou Manoel Rodrigues do Sacramento ao Juiz de Paz de Itaparica, Bahia, por crimes de *offenças físicas* cometidos contra ela e sua filha menor. O Juiz acatou a denúncia, pronunciou o réu, ouviu testemunhas e o obrigou à prisão. Manoel Rodrigues, por sua vez, recorreu a uma instância superior, obteve o equivalente a um *habeas corpus* e ainda protestou, junto ao Juiz de Paz, todos os prejuízos decorrentes do processo. A acionante entrou com um novo recurso e o processo foi então remetido ao Tribunal de Jurados de Itaparica, de onde saiu vencedora na primeira sessão, que julgava a admissibilidade do processo, para logo em seguida celebrar acordo em termos desconhecidos com o acusado, desistindo do processo antes da formação do *libelc* acusatório que, ao que tudo indica, condenaria o réu à prisão.

A *Queixa* que originou o processo, em que se verificaria a descrição das partes, circunstâncias do ocorrido, depoimentos das testemunhas arroladas etc., não consta nos autos arquivados no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Por conta disso, o documento, por si só, não é capaz de associar definitivamente às personagens, muito menos diz respeito ao papel singular que Maria Felipa teria desempenhado durante as referidas lutas de 1822/23. Uma análise prosopográfica³, contudo, pode indicar que há motivos para supor que se trata da mesma pessoa. Para tanto, faz-se necessário, mesmo nos limites de extensão de um artigo, uma maior compreensão dos aspectos socioeconômicos da recém-criada Vila de Itaparica, dos autos processuais arquivados e da legislação em vigor,

³ O método prosopográfico se baseia fundamentalmente na comparação entre itinerários biográficos de diferentes agentes, devidamente contextualizados, no sentido de avançar no conhecimento histórico através do cotejamento entre os elementos correspondentes às respectivas biografias.

para então cruzar estes dados com elementos das biografias dos juízes, jurados, vereadores, escrivães, promotor e réu.

1. A Denodada Vila

No ano de 1834, a *Denodada Vila do Santíssimo Sacramento de Itaparica* permanecia intensamente conectada aos acontecimentos políticos nacionais. Desde as lutas pela independência do Brasil, travadas no território insular e nas águas da Baía de Todos os Santos entre 1822 e 23, deu-se a primeira celebração da vitória contra os portugueses em 7 de janeiro de 1824 (*Correio do Porto*, 13/04/1824, in GUERRA FILHO, 2015, p. 74), repetida com entusiasmo ainda maior em 1825.⁴ Em fevereiro de 1826, ainda na condição de povoação pertencente ao termo de Salvador, a Ponta das Baleias recebeu a segunda visita de Dom Pedro I, desta vez como Imperador do Brasil (OSÓRIO, 1979, p. 202). Em 1831, após os eventos que levaram à abdicação do Imperador e ao estabelecimento da Regência, a Ilha de Itaparica foi elevada à categoria de vila em 25 de outubro,⁵ cumprindo assim a indicação feita pelo deputado Andrada Machado, oito anos antes, na Assembleia Constituinte de 1823, que foi dissolvida pelo Imperador.⁶ Talvez em decorrência disso, somente no dia 8 de agosto de 1833, “duodécimo ano da independência”, veio a se instalar, no antigo Solar da Praia dos Calafates, a Câmara Municipal da Vila de Itaparica, consolidando na ilha a primeira instituição pública de governo civil e local (OSÓRIO, 1979, p. 191-2).

Não é difícil compreender que os indivíduos que tiveram participação direta nas lutas gozavam, em diferentes graus, de um certo prestígio social, o que fica mais evidente na predominância dos mesmos nos cargos públicos eletivos, bem como no preenchimento dos derivados da promulgação de leis e códigos

⁴ Descrito em detalhes, em carta datada de 8 de Janeiro de 1825, da possível autoria de Bernardino Ferreira Nobrega, sob pseudônimo “Tacumburi”. Publicada no **Grito da Razão**, 15/01/1825. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/749931/444>. Acesso em 24/outubro/2021.

⁵ IMPÉRIO DO BRAZIL. Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831. Parte 1ª - Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: **Imprensa Nacional**, 1873. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18460>. Acesso em 23/outubro/2021.

⁶ “Proponho que se erija em villa a ilha de Itaparica debaixo de um nome adequado ao brio e denodo, com que resistiu aos continuados ataques dos lusitanos”. Dep. Andrada Machado. **Annaes do Parlamento Brasileiro**: Assembleia Constituinte 1823. Tomo sexto. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/atom/AC1823/sobre/annaes/ANNAES-TOMO6.pdf>. Acesso em 25/setembro/2022.

nacionais, a exemplo do Código de Processo Criminal, que ampliava os poderes dos Juizes de Paz.

A Câmara Municipal, composta por 6 vereadores, era dominada pelos militares “veteranos” que agora ocupavam cargos na Guarda Nacional, começando pelo presidente da casa, o Capitão João Antunes Guimarães, abastado arrendatário das “fábricas de cozinhar baleias” de Itaparica e Itapuã, que, pela sua participação na guerra, foi agraciado como oficial da ordem do Cruzeiro (SILVA, 2014, p. 359), seguido do Tenente-Coronel Francisco Xavier de Barros Galvão, que perdera a mão esquerda durante a batalha do 7 de Janeiro nas trincheiras das Amoreiras,⁷ e dos Tenentes Elias José Pedrosa⁸ e José Pedro de Meneses (NÓBREGA; DA SILVA, 1923, p. 69), que comandavam respectivamente a trincheira das Mercês e a Fortaleza de São Lourenço. Entre os civis, figuravam Agostinho José da Costa Lima⁹ e o Padre Francisco Pereira de Souza¹⁰, que nessa época era cura da Capela de Santo Antônio dos Velásquez, ambos contemporâneos da guerra que também teriam ficado do lado brasileiro.

Não era diferente no universo eclesiástico. Em dezembro desse mesmo ano de 1834, o Padre José Maria Brayner¹¹ se tornaria vigário de Itaparica. Nesses idos, o religioso, que vencia soldo de Capitão, já havia estabelecido residência na Vila de Itaparica, tendo ocupado o cargo de Juiz de Paz no exercício anterior e presidido a Assembleia Paroquial que organizou as eleições do seu sucessor.

Além de “veteranos”, em sua maioria eram ricos, já que figuram como proprietários de terras, militares, comerciantes, armadores de baleias – ou tudo isso simultaneamente –, sendo que, entre a soma dos seus bens, existia certamente mais de uma centena de negros escravizados.

⁷ Em 14 de outubro de 1831, a Regência confirmava a pensão de 50\$000 réis mensais, que lhe foi concedida em virtude dessa mutilação.

⁸ Pai de Elias, Ciro, Plínio, Salustiano e Epifânio José Pedrosa. Sobre essa singular família baiana, ver: Ana Lúcia Albano (2013) e Ubaldo Osório (1979, p. 232).

⁹ Armador de Baleias, proprietário de terras, Escrivão da ouvidoria da comarca da Bahia em 1821-22.

¹⁰ Natural da Ilha de Itaparica, educador e presbítero secular, pai do cônego Bernardino Pereira.

¹¹ Trata-se do revolucionário de 1817 em Pernambuco que, na campanha de 1822/3 na Bahia, comandou os encourados de Pedrão, batalhão de sertanejos que desceu ao Recôncavo para participar dos embates armados. (DA COSTA, 1900, p. 199).

No Poder Judiciário, entretanto, temos a ascendência de dois profissionais liberais, os irmãos Baptista Massa. Trata-se do boticário Francisco José e do professor de primeiras letras António José, que residiam e eram proprietários de algumas casas no Largo da Glória, no centro da antiga povoação da Ponta das Baleias (NOBREGA; SILVA, 1923, p. 12). Em uma delas, estava instalada a conhecida botica, de numerosa freguesia, onde se reuniam os partidários da independência brasileira, que funcionou como uma trincheira da "guerra literária", que pode ser considerada como precursora da luta armada em Itaparica. Em janeiro de 1833, Francisco José Baptista Massa foi nomeado escrivão do Juízo dos Órfãos de Itaparica. Em 8 de setembro do mesmo ano,¹² António José Baptista Massa foi eleito Juiz de Paz do primeiro distrito da Vila de Itaparica (então juridicamente subordinada à Comarca de Nazaré), cargo que ocupava durante o período em questão.

António José Baptista Massa, já no exercício do cargo de Juiz de Paz em 3 de janeiro de 1834, escreve uma carta ao Presidente da província que assim tem início: "Tendo uma parte dos povos desta, tencionado festejar o dia 7 do corrente, P' aniversário a os combates desta ilha na ocasião da passada guerra, cumpre-me noticiar a V. Ex^a...".¹³ O trecho evidencia a continuidade das comemorações ocorridas nos primeiros anos pós-guerra, descritos no primeiro parágrafo.

Não menos importante para o presente trabalho, está o Promotor Público da Vila de Itaparica, José Libório de Souza, tipógrafo, boticário, cirurgião, que durante a guerra era proprietário da cordoaria da povoação, recentemente removido do anonimato por Pablo Iglesias Magalhães (2020).

Implementada na ilha em 1827, a Justiça de Paz integrava um amplo processo de modernização do sistema judiciário brasileiro. De inspirações liberais, a inserção de magistrados leigos na estrutura judiciária visava a descentralização do sistema, ao passo que o caráter voluntário e eletivo do cargo de Juiz de Paz colaboraria para a democratização do mesmo. Isso ocorreria pelo menos em tese,

¹² Correspondências Recebidas e expedidas das Câmaras das Vilas e Câmaras de Salvador 1833 - 1882 / Correspondências Recebidas da Câmara de Itaparica. // Actas do Conselho da Presidência. Sessão de 12 de novembro de 1833. **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**, Volume 17. Salvador: APB, 1929.

¹³ APEB - Seção Colonial/Provincial. Juizes - Itaparica. 1828-1836. Itaparica, 3 de janeiro de 1834.

uma vez que as oligarquias detentoras do poder do voto poderiam facilmente preencher o cargo com indivíduos que estivessem alinhados com seus interesses (RODYCZ, 2003, p. 7-9).

A reorganização e ampliação das atribuições e poderes da justiça de paz definidas pelo Código de Processo Criminal de 1832 coincide com a criação da Vila de Itaparica (1831-1833), gerando conflitos de interesses e tumultos durante as eleições do ano de 1833,¹⁴ de onde saiu eleito um representante do partido “liberal” na Ilha de Itaparica. A partir deste ano, os irmãos Batista Massa vão assumir papéis fundamentais no Judiciário da recém-criada vila, inserindo indivíduos menos favorecidos que reuniam menos posses nos trâmites da Justiça.

2. As “vias de fato” e o despacho

Em data desconhecida do mês de janeiro de 1834, uma mulher chamada Maria Felippa denunciou Manoel Rodrigues do Sacramento ao Juiz de Paz de Itaparica por supostas agressões cometidas contra ela e sua filha menor. O Juiz acatou a denúncia, ouviu testemunhas e, convencido da materialidade do fato e dos indícios da autoria, pronunciou o acusado e o obrigou à prisão. Manoel Rodrigues, por sua vez, recorreu a uma instância superior:

Diz **Manoel Rodrigues do Sacramento**, que tendo-se dele queixado **Maria Felippa**, por si e por cabeça de **sua filha**, perante o respectivo Juiz de Paz da Vila de Itaparica, 1º Distrito, por Crimes compreendidos no art. 201 do código penal, produziu testemunhas, as quais em vez de jurarem a favor da suppl^a; jurarão contra producente por que a 2ª Af_ da Certi., diz que o Sppl^o foi 1º agredido e todas, as ms por conseguinte não fazem prova alguma contra o suppl^o; não obstante isso o Me^o Juiz de Paz Pronunciou o supp^o o obrigou a entrar na prisão, em virtude do qual interpôs o suppl^o recurso daquela Pronúncia em virtude dos art. 294 e 296 do código de P. cujo recurso foi interposto na forma expressiva. P'tto requer P. a V.S. que atendendo ao exposto considerando bem ao contheudo do Processo que juncto offerece por se Digne **Revogar aquella e illegal Pronuncia** restituindo o Supp^o ao goso dos seos Direitos políticos (Grifos nossos). Ordenar que se lhe dê baixa na culpa, pagando a Autora as custas. E.R.Mce.¹⁵

¹⁴ Correspondências Recebidas da Câmara de Itaparica 1833 - 1839.

¹⁵ APEB - Processo Crime contra Manoel Rodrigues do Sacramento. Itaparica, 1834. Seção Judiciária, 33/1381/13. / Processo crime. Itaparica, 1834. APB. Seção Judiciária. Doc. 33/1381/13.

Este primeiro recurso interposto por Manuel Rodrigues nos apresenta a sua versão das ocorrências, baseado na importante informação aportada em juramento por uma das testemunhas, que, ao invés de depor a favor da acionante/vítima, afirmou ter sido esta que primeiramente agrediu ao réu. Não obstante tendo em maior consideração o depoimento da denunciante, o Juiz de Paz de Itaparica obrigou-o à prisão, motivando a interposição do recurso.

Todo o processo, aliás, seguiu de acordo com o Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832. Nesse contexto, o recurso está lastreado nos artigos 294 e 296 do mesmo que estabelecem:

Art. 294. Da decisão do Juiz de Paz, que obriga ou não obriga o denunciado à prisão, ou que concede ou denega a fiança, haverá recurso, sem suspensão para o Juiz de Direito.¹⁶

Art. 296. Os recursos dos artigos 293, e 294 só podem ter lugar, sendo interpostos dentro em cinco dias, depois de publicadas as sentenças na presença das partes, ou depois de notificadas as mesmas partes, se não foram presentes à sua publicação.¹⁷

Já a denúncia foi lastreada no artigo 201 do Código Criminal do Império de 1830: "Art. 201. Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra offensa physica, com que se cause dôr ao offendido".¹⁸

Ambos os diplomas legais são frutos dos esforços intelectuais e políticos para a construção do estado brasileiro no âmbito de sua estrutura jurídica, revelando um caráter liberal na organização e consolidação das instituições públicas, que, em tese, contrapunham-se ao absolutismo colonial (FLORY, 1981). O que torna o caso em tela ainda mais interessante, vez que bem exemplifica na prática o quanto foi teorizado na concepção legislativa (VELLASCO, 2003, p. 7-8).

¹⁶ BRASIL. Código do Processo Criminal de Primeira Instância. Lei de 29 de novembro de 1832. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm>. Acesso em: 07/setembro/ 2022.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 6 set. 2022.

O Juiz de Direito Francisco José Lisboa, natural da Bahia, Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, que cursava durante o processo de independência, exarou em seu despacho:

Nam tem logar a prisam do Recorrente para livra-se no caso de que trata a pronuncia do Juiz a quo, porque elle fora primeiro acometido e nam podendo a pena ser maior do que tracta o Artigo 100º do Codigo de Processo criminal, podia o Recorrº livrar-se solto, devendo o Processo ser ordenado na forma do Art. 5 da Lei d'Outubro de 1831. Por tanto o Juiz a quo **mande soltar** o Recorrº se ainda estiver preso e **pague as Recorridas as custas**. Nazareth, 29 de Janº de 1834. Francisco José Lisboa¹⁹ (Grifos nossos).

Ou seja, considerou a prisão ilegal, apontando que o crime deveria ser julgado na forma do Art. 5 da Lei de 26 de Outubro de 1831 que diz: "As offensas phisicas leves, as injurias, e calumnias não impressas, e as ameaças, reputar-se-hão crimes policiaes, e como taes serão processados". Desse ponto de vista, não caberia ao Juiz de Paz de Itaparica julgar o suposto crime, muito menos obrigar o réu à prisão, impedindo o "gozo dos seus direitos políticos". Por fim, manda soltar "se ainda estiver preso" e ordena que as Recorridas – Maria Felippa e sua filha – paguem as custas do processo.

Também abona o quanto alegado pelo réu no seu recurso: que ele, Manoel Rodrigues, teria sido primeiramente agredido. E aí está uma interessante informação a respeito da acionante, que vai ao encontro das características atribuídas à personagem histórica Maria Felipa, que, tanto no romance *O Sargento Pedro - Tradições da independência*, de Xavier Marques (1910), como em *Ilha de Itaparica - História e Tradição*, do cronista e historiador Ubaldo Osório (1979), é descrita como uma mulher forte e destemida, que participou ativamente dos combates durante o período de conflitos armados pela independência.

No propósito de compreender melhor o processo jurídico e seu significado, passamos a aproximar a lente do perfil de alguns cidadãos singulares na Itaparica daquele tempo.

¹⁹ APEB - Processo crime. Itaparica, 1834. APEB. Seção Judiciária. Doc. 33/1381/13.

Antônio José Baptista Massa

Segundo Nóbrega e Da Silva (1923, p. 36. 136), o então professor público de primeiras letras fugiu de Itaparica após o ataque dos lusitanos em 10 de julho de 1822, para alistar-se como cadete no batalhão recém-formado em Cachoeira, composto na sua maioria por emigrados da ilha. Juntamente com seu irmão, participou ativamente da campanha, desde a extração de armamento, munições e pólvora em poder de lusitanos espalhados pelo interior da ilha, até a batalha do 7 de janeiro, quando esteve nas trincheiras da praia do Mocambo. Após a guerra, somava mais doze anos atuando como professor público, até ser alçado do magistério à magistratura. A casa onde funcionava a botica do seu irmão era o espaço de sociabilidade onde as ideias impressas não só na Bahia, como no Rio de Janeiro e em Portugal (p. 11-13), ganhavam, “a voz das ruas, aspecto por tanto tempo ignorado pela historiografia.” (BASILE, 2003, 367-372). Ambos eram pardos e, com base na certidão de batismo²⁰ de Francisco José, às vezes descrito como “ilheu” (CALMON, 2010, p. 384), seriam oriundos da então Vila de Nazaré das Farinhas.²¹ Esse conjunto de características coloca os irmãos Baptista Massa no topo da lista dos indivíduos que, em todo o Recôncavo, foram capazes de transmitir as complexas e inusitadas ideias políticas da época a pescadores, marisqueiras, carpinteiros, marinheiros, vendedoras de ganho, sapateiros, pequenos lavradores, etc., em sua maioria negros, mulatos e pardos, forros e escravizados, que mais tarde lutaram, trabalharam e padeceram a penúria da fome durante a defesa da ilha.²²

Em outro trecho da supracitada carta escrita a 3 de janeiro, Antônio José Baptista Massa pondera:

²⁰ Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007, database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-KS97-RG?cc=2177272&wc=M7ZR-P68%3A369566101%2C369566102%2C369832603> : 7 March 2022), Nazaré > Nossa Senhora de Nazaré > Batismos 1786, Jan-1800, Jun > image 151 of 243; Paróquias Católicas, Bahía (Catholic Church parishes, Bahía).

²¹ A povoação foi elevada à categoria de vila através do mesmo decreto-lei que concedeu a Itaparica o mesmo status. (IMPÉRIO DO BRAZIL, 1873, p. 151).

²² Apesar da considerável documentação encontrada sobre os Baptista Massa e das homenagens públicas concedidas aos mesmos, com exceção de recentes estudos que já se mostram promissores, a biografia destes personagens encontra-se ainda por fazer.

[...] por que esses exaltados parecendo que com isto dão provas de patriotismo, todavia não he senão hum principio de se desenvolver discordia, por que pretendem fazer huma entrada {...} .. não tem por objeto se não vozes de = morra, viva = e como dessa arte se seguirão fins sinistros...hum dos influentes deste divertimento he meu inimigo fidagal, e das mais althoridades desta vila.... apesar que a lei me autorga poderes para evitar qualquer tumulto, e conserva a polícia na sua plenitude, com tudo manifesto a vex^a... Vila d'Itaparica 3 de Janeiro de 1834.²³

É possível supor que o ocorrido investigado neste processo tivesse relação com os acontecimentos "sinistros" mencionados por Baptista Massa para os festejos do 7 de janeiro daquele ano. Tal hipótese, contudo, ainda carece de comprovação documental, apesar de plausível.

No dia 3 de fevereiro, Baptista Massa toma conhecimento do despacho do Juiz de Direito Francisco José Lisboa, que mandava soltar o réu: "O escr. faça Concluzos. Itaparica, 3 de Fevereiro de 1834. AJBMassa".²⁴ Entretanto, no canto superior direito desta mesma folha, consta uma observação não datada: "O Art. 12 §7º do Cod. do Proc distrato esta Carta de Lei de 26 de 8º e acresce serem dous os crimes, denunciados e não hum".²⁵

Assim, para defender sua competência no julgamento do caso, Baptista Massa insurge-se com base no Art. 12 §7º do já mencionado Código de Processo Criminal, que dispõe que tipos de contravenções, crimes e penas competiam à alçada dos Juízos de Paz. E acrescenta que são dois os crimes denunciados, indicando que tanto Maria Felippa quanto sua filha foram acometidas.

Manoel Rodrigues do Sacramento

Diferentemente da autora da queixa, o réu provavelmente sabia escrever, uma vez que consta a sua assinatura nos autos. Identificamos o seu possível testamento. Entretanto, as informações aí contidas pouco contribuem para a compreensão do período investigado. Próximo ao seu passamento no ano de 1851, Manoel Rodrigues se declara residente e freguês na freguesia de Barcelos do Sul, termo da Vila de Camamu, viúvo e pai de 7 filhos. No rol dos seus bens

²³ APEB - Seção Colonial/Provincial. Juízes – Itaparica. 1828-1836. Itaparica, 3 de janeiro de 1834.

²⁴ APEB - Processo Crime contra Manoel Rodrigues do Sacramento. Itaparica, 1834. Seção Judiciária, 33/1381/13.

²⁵ APEB - Processo crime. Itaparica, 1834. Seção Judiciária. Doc. 33/1381/13.

declarados, nada encontramos que o conecte a uma atividade econômica específica, como a navegação de cabotagem, o que nos permitiria supor que o mesmo estivesse de passagem pela Vila de Itaparica, parada obrigatória da maioria das rotas entre os portos da baía de Camamu e a Capital da Província através da Barra Falsa,²⁶ como é conhecida, até hoje, a faixa litorânea da porção mais meridional da Ilha de Itaparica, tendo esse nome porque os bancos de areia mudam de forma e local conforme o movimento das marés.

Entretanto, o réu detinha conhecimento e recursos suficientes para arcar com o processo e recorrer de decisões, o que ele repete, no mesmo dia 3 de fevereiro nos seguintes termos:

IL^o S' Juis de Pas. Diz Manoel Roiz do Sacramento, que pretendendo V.S q' o supp^o seja obrigado a continuar no seu livramento em hum processo nulo p' não guardar as formulas do Art. 5 da Lei de 26 de outubro de 1831 cuja formula operar do desp^o do Mer.m^o Juis de Direito V.S. ainda não mandou guardar o Supp^o protesta contra V.S. em virtude dos artigos 160 e 162 do C. Criminal toda a perda, danno, lucros cessantes, tanto de sua pessoa incomodada, por tantas vezes, como de despesas judiciais, q' tem feito e continua a faser, e req' a V.S. se Digne mandar escrever o seu Prottesto, bem como que lhe M" passar por Cert' dos Autos o q' o Supp^o apontar. E.R.Mce.²⁷

Aqui, Manoel Rodrigues, respaldado pelo despacho do Juiz de Direito, com base nos Artigos 160 – “Julgar, ou proceder contra lei expressa” – e 162 – “Infringir as leis, que regulam a ordem do processo, dando causa a que seja reformado” do Código Criminal,²⁸ volta-se contra o juízo *a quo*, protestando contra Antônio José Baptista Massa “toda a perda, danno, lucros cessantes”, além das “despesas judiciais, que tem feito e continua a fazer” decorrentes do processo, o que pode configurar como um indício que o mesmo exercia alguma atividade econômica, que fora prejudicada em consequência da decisão contra ele prolatada.

Batista Massa despacha: “Junta aos autos e faça Conclusos, 5 de fever^o de 1834”. No dia seguinte, convida o tabelião a vir à sua própria casa para juntar uma nova petição aos autos.

²⁶ APEB - Seção judiciária. Testamentos. Camamu, 1851. 01/172/2809.

²⁷ APEB - Processo crime. Itaparica, 1834. Seção Judiciária. Doc. 33/1381/13.

²⁸ BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 6 set. 2022.

João de Deos Telles de Menezes

Pouco se sabe sobre este escrivão, tabelião do cartório de Itaparica. Em 1822, aparece como tabelião da Vila de Inhambupe, e só. Não sabemos ainda como teria chegado a Itaparica.²⁹

Aos cinco dias do mes de fevereiro de mil oitocentos e trinta e quatro annos neste Primeiro Districto da Freguesia do Santissimo Sacramento de Itaparica comarca de Nasaret (digo) do Sacramento e Villa de Itaparica comarca de Nazareth, em meo Cartório faço conclusos estes autos ao Juis de Pas o Cidadão Antonio Jose Baptista Massa. De que para constar fiz este termo. E eu João de Deos Telles de Menezes que o escrevi."³⁰

Acrescenta um valor simbólico ao documento o registro de que são os últimos termos de sua autoria, visto que ele fez o seu passamento em data desconhecida do mês de maio daquele ano, antes da conclusão do processo.³¹

Conclusos appedº

De quanto a requerimento de Maria Felippa, se abriu a Conclusão para se juntar ao processo.

Aos seis dias do mes de fevereiro de mil oito centos e trinta e quatro annos nesta Freguesia e Denodada Villa de Itaparica e Primeiro Districto della e casa da Residencia do Juis de Pas Antonio José Baptista Massa, onde eu Escrivão vim e por ele foi aberta a Conclusão para se juntar como juntei a petição de Maria Felippa que se aqui segue. De que fiz este termo. e eu João de Deos Telles de Menezes, que o escrevy. ³²

²⁹ Inhambupe foi uma das "vilas coligadas" que se congregaram em torno do Conselho Interino, sediado na Vila da Cachoeira. João de Deos aparece aí como tabelião em pelo menos 20 testamentos entre os anos 1806 e 1824. In: APEB. Judiciário, Testamentos. <<http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/00Nov/BaseDeDadosSICROJudiciarioTestamento.pdf>>. Acesso em 21.10.2022.

³⁰ APEB - Processo crime. Itaparica, 1834. Seção Judiciária. Doc. 33/1381/13

³¹ Foi deferido o Requerimento de Miguel Francisco Telles pedindo a vista da Nomeação do Juiz Municipal a Serventia vitalícia do Offício de Tabellião e mais annexos da Villa de Itaparica que vagou por falecimento de João de Deos Telles de Menezes mandando-se-lhe passar o competente Título. sessão de 27 de maio de 1834. In: In **Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia**, Volume 17. Salvador: APB, 1929.

³² APEB - Processo crime. Itaparica, 1834. Seção Judiciária. Doc. 33/1381/13.

A residência em questão era situada à rua Direita da Matriz, hoje rua Padre Luís da Grã, em uma casa alugada “de porta e janela”, pertencente à irmandade do Santíssimo Sacramento.³³ Muito próximo ao Paço Municipal e na rota obrigatória de quem vinha do interior da ilha pelo Caminho da Fonte para o porto ou para a Praça da Quitanda. Exercendo aí o cargo de Juiz de Paz, Baptista Massa determinou a conclusão do processo e João de Deus, por sua vez, enquanto escrivão, juntou a petição de Maria Felippa, sendo a mais longa e importante de todo o processo. Considerando o domínio da técnica processual e a própria caligrafia da mesma, resulta evidente que ela foi redigida pelo próprio Batista Massa.

Diante da constatação acima, surgem os seguintes questionamentos: o veterano das lutas pela Independência buscava defender a legitimidade do processo por sentimentos de justiça ou de amizade pela vítima? Buscava resguardar-se de possíveis prejuízos em razão da última petição do acusado, ou vaidosamente defendia o brio da função por ele exercida? A singularidade do processo justifica a longa citação seguinte:

Illmº S^{o**} Juiz de Paz

Diz Maria Felipa, pr. si e pr. sua filha Maria Roberta q' denunciando pr. offenças físicas contra Manoel Roi'z do Sacramento foi o R. pronunciado, e remetido o processo a Jurados p'r ser crime comprehendido no art. 201 do Codigo criminal. Apenas preso, e afiançado o Sup.do recorrea da pronuncia p^a o Juis de Dir.to da Comarca o q' provera ao Reo na frente da prisão, mandando-o relaxar della e indicando no mesmo Despº de Recuso, q' o processo devia ser ordenado na forma do art. 5º da Lei de 26 de 8brº de 1831; isto hé policialm.te, Acrescentando aq.le Menº mais, p^a legalisar a soltura ordenada do R., q' [...] desde não podia ser maior, do q' o contido no art. 100 do cod de Proc.

Com q.to. a Sup.e respeite a decisão do Juiz de Dir.to, reconhece todavia, q' actos humanos, nem sempre importão o cunho da perfectibilid.e, e que aq.la decisão não foi justa.

P.r q' a Carta de Lei citada, tendo existencia m.to antes do Cod. de Proc., era então applicavel ao juiso de Paz, q não tendo alçada definida, podião os juiser aplicar a pena correspondente a q.l q.er

³³ APEB - Seção Judiciária, Processo Cível. Libelo contra Antonio José Batista Massa. Autor: O Juiz, Irmãos e Mesários da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Itaparica, 1835. Doc: 40/1433/32.

art. do cod. crim. e bem se reconhece, q' a dt.a Lei de 26 de 8br.o de 1831 veio ampliar pena, e não diminuir; veio acelerar o processo contra determinados criminosos, q' naq.la datta, quase impunes ficavão, em conseq.a de seguros, q' foram legalm.te negados á crimes policiaes.

Em 13 de dezembro de 1833 por em baixa o codigo do processo, e o artigo 12 § 7º define a alçada dos juises de Paz = Julgar os crimes, aq' não esteja imposta maior pena = Porém recorra-se ao Cod. Crim. o Art, 201 = offensas fisicas, com q' se cause dor ao offendido = se reconhecerá evidentim. e q' não hé dado a V.S. julgar o crime indicado, já recorrendo a disposição do art. 201 citado, e ja recorrido a essa m.ma Carta de Lei de 26 de 8br.o de 1831 art. 5º, P.q' nem este art., e menos os demais contidos na indicada Lei definem a quantid.e da pena, q se deverá aplicar a ofensas leves fisicas.

Ora sendo art. 201 do Cod. o applicavel, prefixada a alçada do juiso de Paz pela dispoz.m do art.12 § 7º do Cod. do P., hé evidente, q' o crime proposto excedendo a alçada de V.S, deve ter a direção do art. 228 do m.mo Cod. do P., ao q cumpre a V.S obedecer P. ser Lei posterior a Carta de Lei referida de 26 de 8br.o de 1831, cujo processo já não hé exequível.

Si porém a todavia o juis de dir.to m.dou relaxar o Reu da prisão, por hypotheticam.e presumir se, q' o crime estava em relação com o art. 100 do Cod. do Proc., e q' se devera proceder pelo art 5º da Lei de 26 de 8br.o de 1831; nem por isso pretende a Sup.e deixar de recorrer competentim.e protestando nunca anuir a hua decisão, q' offendão os artigos 12 § 7º e 228 do Cod. do Proc., e não menos a disposição ampla, e generica do artigo 292 do m.m Cod.

Se o recurso do art. 295 estivesse concentrado na Pron.cia, talvez q' o R. não ficaria criminoso com fiança, porém aq.le recurso hé mais arduo pª pobres, e desvalidos, como a Sup.e.

Cumpre pois a V.S. m.dar juntar esta aos autos, como protesto offerecido pela Sup.e contra a decisão do Juis de Dir.to, e remetter os Autos a o Tribunal de jurados seg.do o art. 228 do Cod. do Proc. ahi e competentim.e se desmostrará a criminalidad.e do R, patenteando-se energicos, e claros art. do mesmo Cod. em vigor, m.to reservados de certo p.a rebater o pretendido acomettim.to da Sup.e m.er, e fraca contra o R, moço m.t valente, e desembaraçado . E.R.Mce." ³⁴

Da análise da petição acima reproduzida, salta aos olhos a discrepância entre a erudição patenteada no texto e a condição da acionante, que sequer assinava por si própria, sendo necessário que alguém o fizesse a rogo. Outro

³⁴ APEB - Processo crime. Itaparica, 1834. Seção Judiciária. Doc. 33/1381/13

aspecto que se destaca da análise do quanto escrito é o notável domínio da técnica processual.³⁵ Isto se evidencia na construção do raciocínio jurídico, tão bem engendrado, que ao mesmo tempo consegue divergir do entendimento do juiz de direito, ainda que admitindo uma outra competência jurisdicional para a apreciação do feito. Isto resultava em dois cenários favoráveis ao Juiz de Paz, pois, ao reconhecer a prerrogativa do Tribunal de Jurados para o julgamento, Batista Massa eximia-se da eventualidade de uma possível condenação sua em indenizar o réu, bem como remetia o julgamento de Maria Felippa para a coletividade dos seus próprios conterrâneos, os habitantes de Itaparica.

Outro item que soa relevante é que, a partir deste documento, temos o nome da filha de Maria Felipa, pouco comum para a época, como de certa forma é o da sua mãe. Isto veio a abrir um novo caminho para a pesquisa. Maria Roberta, é tudo que sabemos. Pelo menos por enquanto, já que novas investigações no cartório civil de Itaparica e em outros acervos, quando iniciadas, poderão revelar uma possível descendência desta mulher, contribuindo para as narrativas orais já coletadas no pioneiro trabalho de Eny Kleyde Vasconcelos Farias (2010).

3. Andamento do processo

No dia seguinte, Baptista Massa reconhece a petição, deferindo em seu despacho: “é claro que devem estes Autos serem remetidos ao Tribunal de Jurados e ao Juiz de Paz da Cabeça do Termo”, que vinha a ser ele mesmo.³⁶ Em 14 de fevereiro, são emitidas as intimações, que acrescem custas ao processo, dirigidas pelo escrivão às vítimas Maria Felipa e sua filha Maria Roberta através de *cartas missivas*; e ao acusado Manoel Rodrigues do Sacramento ‘em própria pessoa’. No rol das testemunhas que também foram intimadas por *cartas missivas*, constam os nomes de Isabel Maria da Conceição, Caetana Maria dos Anjos, Joanna Maria de São José, Maria Lourença e Francisca Maria da Assunção. Uma delas, não sabemos

³⁵ O teor desta petição exemplifica as profundas mudanças inseridas na jurisprudência brasileira depois da implementação do Código do Processo Criminal, ainda mais por se tratar de um embate entre um juiz de direito formado em Coimbra, e um Juiz de Paz que também era professor público, ambos “veteranos” da independência.

³⁶ APEB - Processo crime. Itaparica, 1834. Seção Judiciária. Doc. 33/1381/13.

qual, teria testemunhado que Maria Felipa fora quem primeiro havia agredido o réu.

Até o presente momento, não foi possível encontrar outro documento que cite sequer uma possível homônima de qualquer uma dessas cinco mulheres. Não conhecemos suas profissões, o que disseram em juízo, se moravam na Vila de Itaparica ou em um dos povoados próximos. Apesar disso, é certo que existiram. Muito provavelmente, eram outras mulheres do povo, anônimas, de cuja existência apenas tomamos conhecimento pela relação de seus nomes nos autos do processo. Apesar de estarem cientes da ameaça de serem conduzidas à força, nenhuma delas compareceu à primeira sessão do Tribunal de Jurados.

Conduzida a apreciação do processo ao Tribunal de Jurados no dia 8 de Abril de 1834, como preceituava o código de processo, reuniram-se no plenário da Câmara de Vereadores: o Juiz de Direito, que presidiu a sessão; a autora; o réu; e os jurados constantes da lista formada para esta finalidade, dentre os quais foram sorteados, por um menino,³⁷23 cidadãos para funcionarem no julgamento da questão.

Após prestarem o juramento solene na seguinte fórmula: "Juro pronunciar bem, e sinceramente nesta causa, haver-me com franqueza, e verdade, só tendo diante dos meus olhos Deus, e a Lei; e proferir o meu voto segundo a minha consciência." Foram então conduzidos pelo Juiz de Direito a uma sala reservada, guardada a porta com dois oficiais de justiça, para deliberar. Elias José Pedrosa, cumprindo o rito processual, submeteu aos seus pares o questionamento: "Há nesse processo suficiente esclarecimento sobre o crime, e seu autor, para proceder a acusação?" O parecer do conjunto dos jurados foi afirmativo, ou seja, reconheceram haver nos autos elementos bastantes para a admissibilidade do processo contra o réu.

Passemos então à composição do júri. Para ser jurado, o cidadão tinha que preencher alguns requisitos.³⁸ Conforme a lista dos votantes da Vila de Itaparica, vários dos cidadãos aptos ao exercício da função haviam se envolvido, de

³⁷ Tal como preceitua o Artigo 238 do Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832.

³⁸ Os mesmos necessários para poder votar, ou seja, ser maior de 25 anos, renda mínima de 100 mil reis, etc. (AMENO, 2012, p. 123)

diferentes modos, na guerra da Independência.³⁹ A análise da lista dos 23 sorteados para o julgamento pode exemplificar melhor. Aí, constam as assinaturas dos juízes que vêm acompanhadas do parecer do conselho de jurados.

Além do presidente, outros já citados neste artigo por ocuparem espaços de poder, coincidentemente, foram sorteados jurados. São eles: o Capitão João Antunes Guimarães, Agostinho José da Costa Lima e o Tenente Coronel Francisco Xavier de Barros Galvão. Este, divergindo da maioria, foi o primeiro a votar contra a admissibilidade do processo. Antecipando que foi voto vencido, sua postura pode ter sido mais orientada por querelas ocorridas na eleição para Juiz de Paz de 1833 do que pela apreciação dos elementos disponíveis. Na eleição, fora impedido de concorrer ao cargo de juiz de paz do primeiro distrito, em razão de recurso interposto a seu desfavor por José Libório de Souza, que nesse processo atuava como promotor público, encarregado, portanto, da função de acusar o réu e convencer os jurados da culpabilidade deste.⁴⁰

Theodoro José Pimentel e Isidoro Martins Braga eram ricos proprietários, armadores de baleia e traficantes de escravos. Além de estarem em Itaparica durante a guerra da Independência, são assaz conhecidos na historiografia, uma vez que eram ricos e deixaram um número considerável de descendentes. Graças ao trabalho de Wellington Castellucci (2018), tomamos conhecimento da história de um ex-escravizado que chegou à Ilha naquele mesmo ano de 1834 – possivelmente trazido de África por intermédio de Isidoro Martins Braga –, passando então a ser propriedade de Theodoro José Pimentel, de quem mais tarde compraria sua liberdade, dando início ao culto aos ancestrais – o culto de Babá Egun – na Ilha de Itaparica, nos territórios correspondentes aos atuais distritos de Amoreiras e Barro Branco. Estamos a falar de Marcos Theodoro Pimentel – o famoso Marcos, o Velho.

Outro jurado, Caetano Álvares de Souza Junior – que não votou, pois foi considerado *suspeito* –, anos mais tarde, batizaria o filho liberto de Marcos, seu

³⁹ Lista dos cidadãos apurados para o conselho de jurados d'esta Vila de Itaparica - Correspondências Recebidas e expedidas das Câmaras das Vilas e Câmaras de Salvador 1833 - 1882 - Correspondências Recebidas da Câmara de Itaparica. APEB.

⁴⁰ Conforme consta na Ata da eleição dos juízes de paz de 1833 - Correspondências Recebidas da Câmara de Itaparica. APEB. 1833-1839.

primogênito Marcos Cardoso Pimentel – conhecido como Marcos, o jovem. (CASTELLUCCI, 2014, p. 217).

Já Joaquim Cajueiro de Campos, Francisco José de Oliveira Guimarães (Mascarenhas Júnior, 2019, p. 29), Miguel José de Oliveira Almeida⁴¹ e José Maria das Neves de Almeida⁴² compõem o rol dos religiosos que foram sorteados para atuar como jurados.

O itaparicano Cajueiro de Campos nascera em 1802. Tinha, portanto, 20 anos no “tempo da guerra” da qual participou. Em 1825, ocupava o cargo de professor de gramática latina da freguesia do Santíssimo Sacramento, vindo a tornar-se renomado latinista, poeta e escritor, publicando diversas obras (SILVA, 2000, p. 394). É o mesmo que, em 1853, enquanto vigário colado da freguesia do Santíssimo Sacramento de Sant’Ana, socorreu espiritualmente a Maria Quitéria de Jesus nos últimos momentos da sua vida, fazendo questão de frisar, no assento de óbito, que a mesma “tinha patente de Alferes e vencia soldo”, prova documental poucas vezes citada, uma vez que a existência desta heroína não é contestada.

A maioria desses homens da fé católica votaram favoravelmente à admissibilidade do processo, com exceção de José Maria das Neves de Almeida, à época padre coadjutor da paróquia do Santíssimo Sacramento, único a seguir o voto vencido de Barros Galvão. Dez anos mais tarde, o mesmo Barros Galvão se tornaria o primeiro presidente da Sociedade 7 de Janeiro, que tinha por objetivo “promover, por todos os meios, a comemoração dos feitos brilhantes da Independência. Desempenhou papel significativo no cultivo dessa memória, tanto que atualmente o seu nome suplanta os demais nas narrativas populares, e até mesmo em atos “oficiais” (OSÓRIO, 1979, p. 231). Os outros juízes do caso são: Sinfrônio Fernandes Veloso, João d’Oliveira Braga, Bento Dias da Cunha, Antônio dos Reis Nunes e Ricardo Jacome Porfírio, personagens acerca dos quais, até o presente momento, não logramos encontrar dados biográficos consistentes.

⁴¹ Aparece como consultor da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Captivos, no **Almanach para o ano de 1845**, p. 283. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁴²ACMS – Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (LEV – Laboratório de Restauo Eugênio Veiga). Batismo de Maria - 2 de fevereiro de 1834. Livro de Batismos da Freguesia do Sacramento de Itaparica (1815-1840).

Pelo rito processual, deveria ser estabelecido um outro corpo de jurados, desta vez para a apreciação do mérito do feito e a sua conseqüente sentença. Contudo, não foi este o curso processual tomado. Apesar de intimada a constituir um patrono para a sua causa, para a nossa surpresa, sete dias depois da sessão em que a acusação contra o réu foi admitida, o escrivão recebe petição de Maria Felipa apresentando a sua desistência do processo. No documento, lê-se:

[...] aos quatorze dias do mês de abril de mil oitocentos e trinta e quatro [...] compareceram Maria Felipa e por ella me foi dito que vinha desistir como de facto desiste da acusação que faz a Manoel Rodrigues do Sacramento por se ter com este convencionado pagando ambos as custas na forma de sua petição retro.... E pela desistente não saber ler nem escrever a seu rogo assinou Agostinho José da Costa Lima.

Além de vereador, Agostinho ocupava a função de secretário da Câmara de Itaparica. Possuía vastas extensões de terra em Manguinhos e Porto dos Santos. Era certamente uma das figuras de maior prestígio em toda a Ilha de Itaparica. A maior parte dos documentos oficiais produzidos em Itaparica neste período foi redigida, transcrita ou assinada por ele.⁴³ A sua assinatura "a rogo" de Maria Felipa evidencia a singularidade dessa mulher, que, a despeito de ser descrita nos autos como pobre, fraca e por último analfabeta, mobilizou em torno de sua causa uma considerável rede de pessoas atreladas às altas esferas social, jurídica e política da recém-criada Vila de Itaparica, através de um curioso e inovador dispositivo jurídico recém-implantado na legislação brasileira.

Considerações finais

Para além do processo, e ainda através da metodologia de investigação prosopográfica, foi possível encontrar outro fluxo de relações que aproxima Maria Felipa das narrativas sobre a personagem histórica da qual nos propusemos a tratar. Isto por intermédio do Padre Francisco Pereira de Souza, que, apesar de não estar relacionado com o processo aqui abordado, teve a sua biografia analisada, por também ocupar uma cadeira de vereador na primeira legislatura da vila.

⁴³ Para além dos atos e correspondências oficiais, pode servir de exemplo a redação do testamento de Francisco José Baptista Massa.

Entretanto, foi no exercício de sua função eclesiástica, na capela de Santo Antônio dos Velasquez⁴⁴, em 1832, registrou o seguinte termo de batismo:

A vinte e quatro de abril de mil oitocentos e trinta e dois na capela de Santo António dos Velasquez, O reverendo Francisco Pereira de Souza, batizou solenemente e pôs os santos oléos a Maria, crioula, com oito meses de idade, filha legítima João Francisco da Luz e Maria Valentina do Sacramento. foram padrinhos Antonio Francisco de Deos, solteiro, e poz a Coroa de Nossa Senhora Maria Felippa, Solteira. o que para constar se fez este assento, que assino. [sic] [...]

Até o presente momento, esse é o único registro paroquial por nós encontrado nos livros das freguesias então existentes na ilha de Itaparica, em data próxima ao período investigado,⁴⁵ que crava este prenome. O padre Francisco Pereira de Souza e seu filho, o Cônego Francisco Pereira de Souza (1831-1912), estão profundamente ligados à formação intelectual de Francisco Xavier Ferreira Marques (1861-1942), escritor nascido em Itaparica, o primeiro a registrar literariamente o nome de Maria Felipa, citando-a em seu romance *O Sargento Pedro*. O próprio Xavier Marques, em artigo publicado em 1911, aporta uma pista ainda não completamente investigada na sua biografia ao afirmar: "e, no próprio lar de quem estas frases compõe, há alguém que da sua ascendência se revê, posto que com olhos extintos pela idade, na tradição patriótica de um Baptista Massa" (*Revista Bahia Ilustrada*, julho-agosto 1919). Xavier não somente veio ao mundo em Itaparica, como foi educado e conviveu com pessoas que se distinguiram nas lutas pela independência que tiveram lugar na região durante o segundo semestre de 1822 e primeiro de 1823; entre elas, possivelmente, a própria Maria Felipa, uma vez que Xavier nasceu em 1861, e ela, segundo Ubaldo Osório Pimentel, fez seu passamento em 4 de janeiro de 1873.

De tudo quanto exposto neste estudo, se não trouxemos à luz uma prova cabal e inequívoca da existência da heroína da independência Maria Felipa de Oliveira, ao menos conduzimos ao conhecimento público elementos que

⁴⁴ Tombada pelo IPHAN como patrimônio histórico nacional, situa-se na costa leste da Ilha de Itaparica, à beira-mar, entre os bairros de Gameleira e Jaburu. Nesta capela, foi sepultado Francisco Xavier de Barros Galvão, por causa da relação do local com a guerra, sendo seu corpo trasladado de Amoreiras em cortejo marítimo, em 17 de maio de 1862. (OSÓRIO, 1979, p. 293)

⁴⁵ São elas: Vera Cruz, Santo Amaro do Catu e Santíssimo Sacramento.

poderiam levar a tal afirmação, ao escrutinarmos os episódios atinentes à singular personagem aqui abordada. Os dados obtidos em diversas fontes documentais apontam que o grupo que hegemonizava o poder local no recorte proposto, reunindo indivíduos de diferentes origens, visões políticas, profissões, acúmulos de bens, patentes militares, cargos públicos, etc., tinha como principal característica coletiva as respectivas participações na recém-passada guerra da independência.

Uma vez que Maria Felipa, acionante neste processo, não ocupava cargos públicos e não detinha bens, toma corpo a hipótese de que era uma veterana da guerra, para que tivesse alguma relevância entre a "elite patriótica" de Itaparica nos idos de 1834.

Referências

Fontes

Periódicos

Bahia Illustrada Nº 20, julho-agosto 1919.

Correio do Porto. 13/04/1824.

Grito da Razão. 15/01/1825.

Arquivos:

Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

Seção Colonial/Provincial:

2419 - Correspondências Recebidas de Juizes - Itaparica 1828 – 1836

1323 - Correspondências Recebidas da Câmara de Itaparica 1833 - 1839

Seção Judiciária:

Processo crime: e. 33; cx. 1381; doc. 13; Itaparica, 1834.

Processo Cível: e. 40; cx. 1433; doc. 32; Itaparica, 1835.

Inventários: e. 5; cx. 1425; m. 1894; doc. 11; e. 4; cx. 1807; m. 2278; doc. 8.

Testamentos: Livros: 1,4.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador – ACMS - (LEV - Laboratório de Restauro Eugênio Veiga).

Livro de Batismo da Freguesia do Santíssimo Sacramento de Itaparica – 1815-1840.

IMPÉRIO DO BRAZIL Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831. Parte 1ª -

Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1873.

Bibliografia

ALBANO, Ana Lúcia. **A Typographia e Livraria de Epifânio Pedrosa no cenário editorial da Bahia oitocentista (1839-1865)**. Monografia de Conclusão de Curso – Biblioteconomia / Universidade Federal da Bahia, 2013.

ALMANACH PARA O ANNO DE 1845. Bahia: Typographia de Manoel Antônio da Silva Serva, 1845.

AMENO, Viviane Penha Carvalho Silva. O Conselho de Jurados do Termo da Vila de São José del-Rei, um estudo de caso (1832-1841). **Almanaque** n. 3, Guarulhos, UNIFESP, 2012.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **A Revolução de 7 de novembro de 1837**: Sabinada. Salvador: Escola Typographica Salesiana, 1938.

ASSEMBLÉIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL 1823. AC1823-D-86 - Indicação n. 8 para se erigir em vila a Ilha de Itaparica. 1823.

BASILE, M. *A guerra literária da Independência*. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 4, n. 7, p. 367–372, 2003.

BRASIL. **Código do Processo Criminal de Primeira Instância**. Lei de 29 de novembro de 1832.

CALMON, Miguel. Centenário da Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1922), pelo Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. **O ano da Independência**. Brasília: Senado Federal, 2010.

CASTELLUCCI, Wellington. A árvore da liberdade nagô: Marcos Theodoro Pimentel e sua família entre a escravidão e o pós-Abolição. Itaparica, 1834-1968). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2018, v. 38. n. 78.

DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Pernambuco nas luctas emancipacionistas da Bahia em 1822-1823**. Recife: Typografia do "Jornal do Recife, 1900.

FARIAS, Eny Kleyde de Vasconcelos. **Maria Felipa de Oliveira**: heroína da independência da Bahia. Salvador: Quarteto, 2010.

FLORY, Thomas. **Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808–1871**: Social Control and Political Stability in the New State. University of Texas Press, 1981. <https://doi.org/10.7560/740150>.

GASPAR, T. DE S. Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23). **Varia História**, v. 31, n. 57, p. 905–908, 2015.

GERAL, B. A.; (1823), C. E. L. **Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823**. 2003.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)**. Tese de Doutorado. Salvador: Programa de Pós-Graduação em História - UFBA, 2015.

IMPÉRIO DO BRAZIL. **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831**. Parte 1ª - Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1873.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **O ano da independencia**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1922.

LIM-16-12-1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 06/set/2022.

LIM-29-11-1832. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm. Acesso em: 07/set/2022.

MAGALHAES, Pablo Iglesias. Uma imprensa clandestina na Bahia colonial: a oficina calcográfica e xilográfica de José Libório de Sousa (1810-1815). BLANCO, Pablo Sotuyo. (org.). **Musicologias sem fronteiras**: estado de pesquisa no Núcleo de Estudos Musicológicos da UFBA. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 191-224.

MARQUES, Xavier. **O Sargento Pedro**. Tradição da Independência. Bahia: Typographia Bahiana, 1910.

MASCARENHAS JÚNIOR, Wanderlei Carvalho. **Os livros de notas como fonte**: análise e catalogação dos livros de notas 06 (1870-1872), 07 (1872-1874) e 08 (1874-1875) - Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe. Monografia de Conclusão de Licenciatura em História – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.

NOBREGA, B. F.; DA SILVA, M. A. P. **Fac-simile da primeira e unica edição da Memoria historica: sobre as victorias alcançadas pelos itaparicanos no decurso da campanha da Bahia, quando o Brasil proclamou a sua independencia**. Salvador: Typographia Social, 1923.

OSÓRIO, Ubaldo. **A Ilha de Itaparica**: História e tradição. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

RODYCZ, W. C. **O Juiz de Paz Imperial**: uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil Justiça & História, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2003.

SILVA, Camila Borges da. As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831). Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura / PUC-RJ, 2014.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os segadores e a messe**: o clero oitocentista na Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2000.

VELLASCO, Ivan de Andrade. O juiz de paz e o Código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX. **Justiça e História**, v. 3, n. 6, 2003.

Recebido: 30.01.2023

Aprovado: 14.11.2023

ISSN 1982-4238